



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO, INOVAÇÃO E CONSUMO

JÚNIO SOARES DOS SANTOS

**ACESSO CONFLITUAL DE ÁGUA NO CONTEXTO DO EIXO LESTE DO
PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A LUTA DAS
MULHERES INDÍGENAS**

Caruaru/PE

2025

JÚNIO SOARES DOS SANTOS

**ACESSO CONFLITAL DE ÁGUA NO CONTEXTO DO EIXO LESTE DO PROJETO DE
INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS**

Dissertação apresentada à banca junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão, Inovação e Consumo.

Área de concentração: Inovação, Cultura e Consumo na Gestão de Negócios Locais.

Orientadora: Prof. Dra. Jaqueline Guimarães Santos.

Caruaru/PE

2025

. Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Santos, Júnio Soares dos.

Acesso conflitual de água no contexto do eixo leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco: a luta das mulheres indígenas / Júnio Soares dos Santos. - Recife, 2025.

93f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo (PPGIC), 2025.

Orientação: Jaqueline Guimarães Santos.

1. Água; 2. Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF); 3. Rio São Francisco; 4. Mulheres; 5. Povos indígenas. I. Santos, Jaqueline Guimarães. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

JÚNIO SOARES DOS SANTOS

**ACESSO CONFLITUAL DE ÁGUA NO CONTEXTO DO EIXO LESTE DO
PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A LUTA DAS
MULHERES INDÍGENAS**

Dissertação apresentada à banca
junto ao Programa de Pós-
Graduação em Gestão, Inovação e
Consumo da Universidade Federal
de Pernambuco, como requisito
para obtenção do título de mestre
em Gestão, Inovação e Consumo.
Área de concentração: Inovação,
Cultura e Consumo na Gestão de
Negócios Locais.

Aprovado em: 30/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Jaqueline Guimarães Santos (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dra. Elisabeth Cavalcante dos Santos (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodosio (Examinador Externo)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de registrar meus agradecimentos a Deus, por me permitir realizar mais este sonho, estando presente durante todo o processo, sobretudo nos desafios inerentes a busca pelo desenvolvimento pessoal e profissional que estiveram e estão para além da formação acadêmica. Durante esse processo pude contar com a interseção de Nossa Senhora Aparecida, rainha e padroeira do Brasil, e Nossa Senhora do Ó, padroeira da minha cidade natal, Altinho. Elas foram a presença confortante de um colo de mãe durante cada passo que dei desde a aprovação no programa, até a defesa e conclusão.

Em seguida, deixo registrado os agradecimentos a minha família, parte importante de minha vida educacional e pessoal, sem os esforços deles, não teria sequer chegado até aqui. Minha mãe, Rita Soares, uma mulher forte e convicta de sua luta e sua fé, me ensina todos os dias que somos capazes de realizar nossos sonhos. Minha irmã, Juliana Soares, com seu jeito doce e realista, sempre reforçando que ninguém pode tirar de nós o que conquistamos com esforço e dedicação. Meu pai, Inácio José (em memória), sempre fez questão de reforçar o valor de nossas conquistas, alcançadas com suor, determinação e preservando nossa dignidade. Foi na certeza da disponibilidade desse regaço acolhedor que fui em busca de realizar nossos sonhos, pois em todas as vezes que espaços ou oportunidades me forem sistematicamente negados, podemos ser ponte uns dos outros para, como em tantas vezes, superarmos tais investidas.

Reservo também um lugar especial para minha orientadora, Jaqueline Santos, que ao final desse ciclo ocupa um espaço que está muito além de um termo técnico. Desde nosso primeiro contato em uma disciplina onde estive como aluno especial tive a certeza de que nossa parceria traria resultados brilhantes. Essa certeza foi reforçada cada dia ao longo dessa jornada graças ao seu profissionalismo e transparência, conseguindo transitar entre a rigorosidade, demandada pelos procedimentos acadêmicos, e a flexibilidade, demandada pela realidade humana que habita em nós. Abro aqui um espaço para reforçar meu agradecimento ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Organização, Sociedade e Natureza (GEPOS), que durante a minha passagem por este ciclo foi um lugar de acolhimento e de força impulsionadora.

Não poderia deixar de registrar meus agradecimentos aos amigos que caminharam comigo ao longo desta trajetória. A vida acadêmica é exigente, por vezes solitária, e ter pessoas que celebram nossas conquistas torna o percurso mais leve e significativo. Aos amigos que a faculdade me deu, agradeço por cada conversa, cada incentivo e cada espaço de partilha que ampliou minhas formas de ver e viver este ciclo. E, em especial, aos amigos que estiveram

comigo muito antes desse percurso acadêmico, mesmo quando as demandas e ausências impostas pelo estudo pareciam ocupar um espaço maior que nosso vínculo. Vocês reafirmam a potência que habita em nossos sonhos e na dedicação diária para a realização de cada um deles. Assim, deixo registrado meu reconhecimento coletivo a todos que, de diferentes formas, fizeram parte dessa jornada.

Ainda no quesito de reforçar os laços que me impulsionaram até aqui, destaco a comunidade indígena Pedra Tinideira, da etnia Pipipã, onde tive a honra de realizar a pesquisa de campo. Foi um processo bastante enriquecedor e que só se tornou possível por meio da autorização e do acolhimento que me foi dado ao acessar o seu território e a escutar histórias, vivências e modos de ser e existir que carregam força, memória e resistência. Estar em contato com mulheres tão potentes, que reafirmam diariamente sua existência, seu conhecimento, seu território e sua luta, foi uma experiência que ultrapassou a dimensão acadêmica e transformou minha própria compreensão de mundo. Sou imensamente grato pela confiança, pela generosidade e pela partilha, que fazem deste estudo não apenas uma produção científica, mas também um compromisso ético com aqueles que sustentam e renovam nossas aprendizagens.

Estendo meus agradecimentos aos professores que fizeram parte da minha trajetória no PPGIC e no CAA, vocês me inspiram a continuar acreditando na ciência e na produção de conhecimento voltada para o contexto ao qual fazemos parte. Cada disciplina, diálogo e orientação contribuíram para consolidar a compreensão de que produzir conhecimento é também um ato de responsabilidade social. Mais do que reconhecimento, é necessário que tenhamos condições reais de lutar pela garantia da universidade pública, gratuita, democrática e socialmente referenciada como este espaço que transforma vidas, amplia horizontes e afirma o direito à educação como pilar de justiça social.

A educação pública foi a ponte que me trouxe até aqui e, sem dúvidas, me levará muito além. Nesse caminho, reconheço a importância do financiamento público à ciência, especialmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da chamada universal nº 18/2021, cujo apoio financeiro possibilitou a realização desta pesquisa de campo em Floresta - PE. Essa atuação reafirma que as pesquisas científicas brasileiras ganham ainda mais força e representatividade quando o Estado assume o compromisso de investir na produção de conhecimento, fortalecendo a convicção de que ciência, educação e políticas de fomento caminham juntas na construção de um país mais justo, democrático e comprometido com a transformação social.

RESUMO

A água representa um elemento essencial para a vida de seres humanos, animais e ecossistemas. Ao tratar a questão do uso da água é importante também levar em consideração a sua distribuição em cada região específica do país, reconhecendo que há diferenças marcantes na quantidade, qualidade e distribuição que cada região disponibiliza, como no caso do Nordeste, região com características de um clima semiárido que possui um baixo índice pluviométrico e um histórico de privação de fontes de água e concessão desse bem apenas atrelado às estratégias de autopromoção política e social. Além desses aspectos, faz-se necessário considerar as formas de o acesso se configura, quais atores estão envolvidos nesse processo e como cada uma deles é afetado em relação ao seu papel de gênero, etnia, raça e classe social. Analisando de forma cronológica algumas das ações governamentais de minimização do problema, a obra de maior destaque foi o projeto de transposição do rio São Francisco, que teve seu início em 2007 e atualmente está em pleno funcionamento. O projeto foi planejado com a promessa de levar água a quem tem sede, mas no decorrer de sua construção, além de não cumprir seu principal objetivo, ainda devastou a vida de muitas famílias que viviam às margens de onde os canais foram construídos, incluindo as comunidades indígenas. Diante do exposto, este estudo teve o objetivo de analisar como as mulheres da comunidade indígena Pipipã localizada em Floresta/PE têm protagonizado lutas pelo acesso à água no contexto do Eixo Leste do PISF. O estudo adotou uma abordagem qualitativa e, para a compreensão do fenômeno investigado, foram utilizadas a entrevista narrativa, a Cartografia Social como instrumento coletivo de produção e interpretação dos territórios e práticas da comunidade, além da observação participante acompanhada de anotações e apontamentos registrados no diário de campo, bem como a análise documental, a partir do acesso atas de reunião e arquivos produzidos pelos representantes da comunidade e outros documentos. Para a análise dos dados foi utilizada a análise narrativa baseada no modelo desenvolvido por Bárbara Czarniawska. Os resultados da pesquisa apontaram o reconhecimento dos desafios de acesso à água que ainda persistem mesmo após a implementação do PISF e como esses desafios estão sendo enfrentados pelas mulheres da comunidade indígena Pipipã, contribuindo assim com perspectivas inclusivas para a inserção das demandas de povos indígenas nas discussões de acesso e distribuição da água.

Palavras-chave: Água; Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF); Rio São Francisco; Mulheres; Povos Indígenas.

ABSTRACT

Water is an essential element for the life of humans, animals, and ecosystems. When addressing the issue of water use, it is also important to consider its distribution in each specific region of the country, recognizing that there are significant differences in the quantity, quality, and distribution available to each region, as is the case in the Northeast, a region with a semi-arid climate, low rainfall, and a history of water scarcity and the granting of this resource only linked to strategies of political and social self-promotion. In addition to these aspects, it is necessary to consider how access is configured, which actors are involved in this process, and how each of them is affected in relation to their gender, ethnicity, race, and social class. Analyzing chronologically some of the governmental actions to minimize the problem, the most prominent project was the São Francisco River transposition project, which began in 2007 and is currently fully operational. The project was planned with the promise of bringing water to those who thirst, but during its construction, in addition to failing to fulfill its main objective, it devastated the lives of many families living along the banks of the canals, including indigenous communities. Given this, this study aimed to analyze how women from the Pipipã indigenous community located in Floresta/PE have been leading struggles for access to water in the context of the Eastern Axis of the PISF (São Francisco River Integration Project). The study adopted a qualitative approach and, to understand the investigated phenomenon, narrative interviews, Social Cartography as a collective instrument for the production and interpretation of the community's territories and practices, participant observation accompanied by notes and observations recorded in a field diary, as well as document analysis, based on access to meeting minutes and files produced by community representatives and other documents, were used. For data analysis, narrative analysis based on the model developed by Barbara Czarniawska was used. The research results highlighted the recognition of challenges to water access that still persist even after the implementation of the PISF (São Francisco River Integration Project) and how these challenges are being faced by women in the Pipipã indigenous community, thus contributing inclusive perspectives to the inclusion of indigenous peoples' demands in discussions about water access and distribution.

Keywords: Water; São Francisco River Integration Project (PISF); São Francisco River; Women; Indigenous Peoples.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa geral do PISF	28
Figura 2: Eixo Leste do PISF e Reunião na Associação Lafayette, Ambos Situados em Monteiro - PB	33
Figura 3: Trecho do Canal em Sertânia - PE e Estação de Bombeamento em Custódia - PE ..	33
Figura 4: Mapa da Localização da Comunidade Indígena Pipipã	43
Figura 5: Mapa de Localização do PISF e dos Territórios Indígenas Afetados: Truká, Kambiwá, Pipipã, Tumbalalá	44
Figura 6: Casas da Aldeia Pedra Tinideira.....	48
Figura 7: Os Pipipã Dançando o Toré.....	52
Figura 8: Formas de Abastecimento - Bomba Elétrica e Caixa D'água do Programa Operação Carro-Pipa	55
Figura 9: Local de Realização da Cartografia Social.....	65
Figura 10: Mulheres Participando da Construção da Cartografia Social	67
Figura 11: Crianças Participando da Cartografia Social	68
Figura 12: Cartografia Social da Aldeia.....	69
Figura 13: Cartografia Social da Aldeia.....	70
Figura 14: Cartografia Social da Aldeia.....	72
Figura 15: Cartografia Social da Aldeia.....	73
Figura 16: Cartografia Social da Aldeia	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Questões Gerativas para Entrevista Narrativa.....	36
Quadro 2: Sujeitos Participantes da Pesquisa de Campo	37
Quadro 3: Ações que compõem o PBA 12	46
Quadro 4: Trechos das Entrevistas Narrativas Realizadas nas Pesquisas de Campo de 2023 e 2024	53
Quadro 5: Trechos das Entrevistas de Campo de 2023 e 2024.....	56

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA	10
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	14
1.2 RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA.....	14
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2. RELAÇÕES DESIGUAIS DE PODER NO ACESSO À ÁGUA: UM OLHAR A PARTIR DA ECOLOGIA POLÍTICA DA ÁGUA	17
2.1 A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS EM DEFESA DO SEU TERRITÓRIO E ACESSO À ÁGUA À LUZ DO ECOFEMINISMO	19
2.2 ACESSO CONFLITAL DE ÁGUA PELOS POVOS TRADICIONAIS NO CONTEXTO DO PISF	26
3 PERCURSO METODOLÓGICO	31
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA E A PESQUISA EXPLORATÓRIA	31
3.2 A IMERSÃO NO CAMPO DA PESQUISA	34
3.3 PESQUISA DE CAMPO FINALIZADA: O PROCESSO DE ANÁLISE NARRATIVA	39
4. CARACTERIZAÇÃO DA ALDEIA PEDRA TINIDEIRA E A CHEGADA DO PISF NO TERRITÓRIO.....	41
4.1 ACESSO CONFLITAL À ÁGUA E PRÁTICAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA PIPIPÃ	52
4.2 TERRITÓRIO, ÁGUA E O PISF: A CONSTRUÇÃO DA CARTOGRAFIA SOCIAL PELAS MULHERES INDÍGENAS PIPIPÃ	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	79

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

A água desempenha um papel crucial em nossas vidas, influenciando diversas dimensões, incluindo saúde, subsistência e dignidade, além de ser essencial para a sobrevivência das diferentes espécies. Além disso, para alguns povos faz parte da sua identidade cultural e é fundamental para manutenção das relações sociais e territoriais. Ao longo do tempo, a água adquiriu diferentes conotações e assumiu uma variedade de significados, influenciada por diversos contextos culturais e momentos históricos. Essa diversidade de interpretações encontra sua manifestação em estruturas institucionais específicas, práticas sociais e religiosas, bem como nas atividades econômicas (SANTOS, 2022).

Ambrósio (2019) destaca a inegável importância e impescindibilidade desse bem finito, sua relação vital com a sobrevivência das espécies assume uma significativa relevância, especialmente à medida que observamos sua crescente escassez em territórios onde antes sua ausência era imperceptível, além do elevado uso da água para atividades produtivas. Esse fenômeno torna-se ainda mais alarmante quando consideramos as atividades industriais, que frequentemente contribuem para a degradação e monopolização das fontes de água, exacerbando a escassez e contribuindo para um acesso desigual pela população, sobretudo em regiões brasileiras onde há baixa pluviosidade (Rocha, 2022).

[O] Brasil é conhecido por ser um país com boa quantidade de água, cerca de 12% da água doce disponível no mundo, o que o torna a maior potência hídrica do planeta graças a três bacias principais, a Amazônica, o São Francisco e o Paraná. Porém, sua distribuição de água não é equilibrada em razão de algumas regiões terem maiores reservas de água do que outras (ORTIZ, 2021, p. 9).

Dessa forma, a questão da distribuição da água revela-se desigual, com algumas regiões desfrutando de maior disponibilidade, enquanto outras enfrentam carência, o que é materializado na falta de acesso à água por parte da população. De acordo com o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2023), as consequências são particularmente severas para mulheres, crianças e adolescentes que experimentam restrições no acesso à água desde muito cedo.

Em 2020, cerca de 3,5 milhões de crianças e adolescentes viviam em residências abastecidas por poços, muitas vezes dependendo da água da chuva para suas necessidades diárias. Adicionalmente, 21,3 milhões de crianças enfrentavam falta de saneamento básico, vivendo em habitações com banheiros compartilhados, fossas rudimentares ou até mesmo valas a céu aberto. Essas informações derivam do estudo intitulado “As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e

na Adolescência no Brasil”, o qual se baseia nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, conduzida em 2020 pela UNICEF. O estudo também oferece uma análise específica da região Nordeste, enfatizando que a situação se agrava nela, além da região Norte, onde existem Estados em que mais de 80% das crianças e adolescentes são privados do acesso à água potável.

Corroborando, os dados do Censo de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacam alguns avanços e desafios relacionados ao acesso à água e saneamento básico no Brasil, revelando que, embora tenha havido melhoras desde o ano de 2010, com um aumento significativo nos percentuais de pessoas vivendo em lares com descarte adequado de esgoto, banheiros exclusivos e coleta de lixo, ainda persistem desigualdades regionais e de raça, uma vez que 37,5% da população continua sem acesso ao sistema de esgotamento sanitário.

O Instituto Água e Saneamento (ISA, 2024) reforça, ainda, sobre questões de desigualdade no acesso à água e saneamento básico, especialmente em áreas rurais, comunidades vulneráveis e grupos raciais, como pretos, pardos e indígenas, pois enfrentam condições mais precárias em comparação com pessoas brancas. Especialmente para alguns povos tradicionais, sobretudo aqueles que não vivem próximos aos rios ou outras fontes de água, o seu acesso é um desafio e sua falta tem efeitos culturais, de costumes e crenças, pois apresentam uma relação imbricada com a natureza e, especialmente, com a água (Camargo, 2018).

Desse modo, considerando a relevância da água, as desigualdades em seu acesso e conflitos em torno dela, chamo atenção para a relevância de discutir a questão da água levando em consideração os pressupostos de sua dimensão política (Almeida, 2022). Desde programas de distribuição de água até a implementação de infraestrutura hídrica, as decisões políticas moldam profundamente a disponibilidade e qualidade da água para as populações, porém, vale destacar que essas políticas não refletem as necessidades reais das comunidades e, na maioria das vezes, o favorecimento é destinado a grupos hegemônicos em detrimento de outros, perpetuando desigualdades socioeconômicas (Santos *et al.*, 2023).

Além de enfrentarem desafios significativos no acesso à água potável, muitas comunidades são forçadas a lidar também com os conflitos de interesse políticos e econômicos dos múltiplos atores e agendas que estão em jogo na formulação e implementação de políticas relacionadas à água, e que por fim, acabam priorizando, em sua maioria, o desenvolvimento urbano em detrimento das áreas rurais, colocando em risco a segurança hídrica de milhões de pessoas (Araújo *et al.*, 2020).

Nesse contexto, um campo de estudo que contribui para a análise da questão política em torno do acesso à água é a ecologia política da água. Este é um campo interdisciplinar, oriundo do campo teórico-epistemológico da Ecologia Política, que examina as relações entre as questões ambientais relacionadas à água e aos processos políticos, sociais e econômicos que influenciam sua gestão e distribuição (Iamamoto *et al.*, 2020). A ecologia política da água aborda também questões como acesso desigual à água, sua privatização, conflitos por água, governança da água, justiça ambiental e resistência comunitária a políticas de gestão hídrica injustas.

A importância fundamental deste tema reside no fato de o Brasil possuir uma diversidade climática que influência não apenas a disponibilidade de água nas diferentes regiões, mas também molda as suas práticas de gestão, além dos desafios enfrentados pelas comunidades locais e as políticas de enfrentamento dessa questão. Tratando especificamente do Semiárido nordestino, contexto em que essa pesquisa foi realizada, a questão da água é emaranhada com a própria história da região, marcada por complexidades e desafios sociopolíticos, longos períodos de estiagens e, principalmente, distribuição desigual de água, tornando esta uma área notável para se discutir a gestão da água e os conflitos que dela decorrem (Santos; Ioris, 2024).

Para um melhor entendimento sobre as particularidades da região Nordeste, é preciso compreender a questão histórica em torno da água. Primeiramente, é uma região de clima árido e seco, onde várias famílias enfrentam historicamente carências além da água, como renda, saúde e educação, o que contribuiu para o êxodo rural e deslocamento para outras regiões do país (Florêncio, *et al.*, 2023). Além disso, as políticas hídricas adotadas revelam-se de curto prazo, emergenciais e fragmentadas, resultando em benefícios passageiros para a população local. Um desafio adicional surge da persistente sombra da chamada “indústria da seca”, uma expressão que denota a exploração histórica da escassez de água pela classe dominante local como um meio para garantir recursos públicos e influência política às custas das comunidades mais vulneráveis (Santos, 2020; 2023). Esses fatos históricos reforçam a importância crítica de uma abordagem política sensível no tocante à gestão da água, que considere as necessidades e direitos das comunidades, sobretudo, as rurais.

É nesse contexto que o Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF) ganhou contornos e, após anos de debates e diferentes versões do projeto, ele foi iniciado em 2007 e atualmente está em fase de conclusão. O PISF tem o objetivo principal de transpor as águas do rio São Francisco, através de dois eixos principais, o leste e o norte, para outras bacias localizadas no Nordeste Setentrional, de modo a oferecer a segurança hídrica para a região, sendo considerada a maior obra de infraestrutura hídrica do país (MIDR, 2025).

Contudo, estudos realizados sobre o PISF explanam que os conflitos por água têm se acentuado (Cartaxo, 2023; Ismael, 2022; Santos, 2020; 2022; 2023; Silveira; Silva, 2019), porém, poucos estudos que tragam à tona a perspectiva de gênero, por isso já aponto como relevante o tema discutido nesta dissertação. É pertinente dizer que os conflitos ambientais por água no Nordeste também estão intrinsecamente ligados às desigualdades de gênero, refletindo a pressão enfrentada pelas mulheres no acesso à água. A questão da luta das mulheres pela água emerge como uma poderosa entrada no debate de gênero, destacando as complexas dinâmicas de desigualdade. Em muitas comunidades rurais, indígenas e quilombolas, são as mulheres que carregam o fardo desproporcional da busca por água, enfrentando longas jornadas diárias e riscos à saúde para garantir o abastecimento de suas famílias. Essa realidade ressalta não apenas a disparidade no acesso à água, mas também evidencia as questões de poder e marginalização que permeiam as relações de gênero (Sacramento, 2019). Ao focar a luta das mulheres pela água, o debate de gênero ganha uma dimensão tangível e urgente, destacando a necessidade de políticas e práticas que reconheçam e abordem as desigualdades estruturais subjacentes e promovam a igualdade de gênero no acesso à água e espaços de debates políticos.

Especialmente no que diz respeito às políticas hídricas no Semiárido, até metade do século 20, não levaram em conta as questões de gênero, e o homem tornou-se o principal ator desse processo, enquanto as mulheres foram marginalizadas (Façanha, 2019). Muito embora esse ainda seja o formato prevalecente, e na gestão das águas as diferenças de papéis atribuídos conforme os sexos ainda causem reflexos na gestão e no acesso à água, a igualdade de gênero tem sido um tema de prioridade nas agendas da ONU e atualmente há um foco na discussão das necessidades de políticas públicas que considerem a igualdade de gênero e o empoderamento feminino para a inserção das mulheres nos processos de discussões e tomada de decisões relacionadas à gestão das águas (Rosa; Guarda; Alves, 2020).

Contudo, é ainda ínfima a participação efetiva de mulheres nas decisões sobre os destinos e formas que garantam o pleno acesso à água, sobretudo para mulheres indígenas, por isso a luta, seja pelo acesso à água, território e identidade, protagonizada pelas lideranças femininas indígenas dentro de suas comunidades têm ganhado destaque e transformando essas mulheres em defensoras incansáveis de suas comunidades e territórios, desafiando estereótipos e contribuindo para a construção de um movimento global de luta feminista. Essa luta não destaca apenas a importância da equidade de gênero, mas também ressalta a necessidade urgente de proteger e valorizar as vozes e

contribuições únicas das mulheres indígenas na construção de um mundo mais justo e sustentável (Almeida; Angelin; Veronese, 2023).

Assim, esta pesquisa se debruçou na comunidade indígena do povo indígena Pipipã, localizada em Floresta/PE, mais especificamente na Aldeia Pedra Tinideira, a qual foi atingida diretamente pelo Eixo Leste do PISF, com o intuito de responder a seguinte questão: **Como as mulheres indígenas têm protagonizado as lutas pelo acesso à água no contexto do Eixo Leste do PISF?**

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

Como objetivo geral a pesquisa buscou compreender como as mulheres indígenas têm protagonizado as lutas pelo acesso à água na comunidade tradicional povo Pipipã, localizada em Floresta/PE, no contexto do Eixo Leste do PISF. Os seguintes objetivos específicos foram assim definidos:

- ⇒ Caracterizar a comunidade indígena povo Pipipã e compreender como o PISF afetou seu território;
- ⇒ Identificar e analisar como se dão os conflitos por água na comunidade Pipipã;
- ⇒ Evidenciar como as mulheres representam o território, água e o PISF através da construção coletiva da cartografia social.

1.2 RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

A escolha do tema desta pesquisa foi profundamente atravessada por experiências pessoais marcantes, como o fato de ter nascido e crescido em uma região do Nordeste brasileiro historicamente marcada por conflitos em torno do acesso à água. Recordo-me dos relatos da minha mãe sobre a dura realidade enfrentada para ter acesso à água, tendo que submeter-se a percorrer longas distâncias até os caminhões pipa cedidos por políticos locais da época, uma prática que escancarava não apenas a precariedade do abastecimento, mas também a responsabilização recorrente das mulheres pela manutenção das atividades domésticas e pelo bem-estar da família.

Por muito tempo, me questionei sobre essa configuração de papéis de gênero que delegava às mulheres, quase exclusivamente, a responsabilidade pela manutenção das atividades cotidianas e o cuidado com o lar. Com o tempo, compreendi que os movimentos empreendidos por minha mãe, assim como os de tantas outras mulheres em contextos semelhantes, ultrapassavam a simples

manutenção das atividades diárias, tratava-se de uma resistência silenciosa, mas profundamente estratégica, voltada à quebra de ciclos. Ao investir na educação como caminho para a autonomia e transformação, ela fez com que outros espaços pudessem, e continuem podendo, ser gradualmente alcançados. Todas estas questões me acompanham ao longo de muitos anos, por isso optei por me debruçar sobre a questão de gênero e água no contexto do PISF.

Entendo, contudo, que esta pesquisa também é atravessada pela minha posição social e identitária enquanto não-mulher e não-indígena. Assumir esse recorte evidenciam tanto os limites da minha experiência, quanto a responsabilidade ética de não me apropriar de narrativas que não me cabem, mas de criar condições para que elas ganhem visibilidade. É necessário ainda destacar que esse movimento não significa uma intenção de neutralidade, que por si só seria impossível, mas um esforço consciente de manter uma postura de escuta atenta e comprometida com as vozes das mulheres indígenas, compreendendo que minha atuação como pesquisador se dá em diálogo e em respeito ao protagonismo delas.

Considerando os efeitos sacionaturais que um grande projeto como o PISF pode acarretar os modos de vidas das pessoas, especialmente para os povos tradicionais, a presente pesquisa é relevante por trazer à tona o olhar dos povos marginalizados. Além disso, estudos a partir de uma perspectiva crítica são fundamentais para desmistificar a questão da água no Nordeste, sobretudo após a concretização do maior projeto hídrico do país.

Assim, os estudos que se concentram no entendimento das dinâmicas dos povos tradicionais desempenham um papel fundamental, uma vez que podem revelar os inúmeros desafios enfrentados por essas comunidades, que persistem na luta pelo reconhecimento e pela efetivação de seus direitos. Essa luta, muitas vezes silenciada nas instâncias hegemônicas de poder, evidencia não apenas a marginalização histórica desses povos, mas também a urgência de sua inclusão nas arenas decisórias. As formas de resistência empregadas por povos indígenas para se inserirem em contextos políticos tencionam as estruturas tradicionais de governança e expõem as limitações de uma gestão pública que ainda opera sob lógicas monoculturais e excludentes.

Considerando que esta dissertação faz parte de um projeto mais amplo em desenvolvimento no âmbito da Chamada Edital Universal CNPQ nº 18/2021, esta pesquisa, e seus desdobramentos, podem criar espaços de debates que possam confrontar a lógica excludente e a desvalorização de narrativas e experiências das mulheres indígenas que sofrem com o histórico de silenciamento, reconhecendo, assim, a centralidade do protagonismo indígena na construção de alternativas políticas e sociais mais plurais e inclusivas.

Nesse sentido, poderá contribuir, também, com a elaboração de políticas públicas mais inclusivas quanto às questões de gênero e de povos originários, sobretudo para as mulheres. Ao problematizar as desigualdades no acesso à água, a pesquisa aponta a necessidade de modelos de governança que reconheçam a diversidade de atores e saberes envolvidos na gestão e uso da água e do território desses povos. Assim, destaco a preocupação desta pesquisa em apontar possíveis caminhos para a construção de mecanismos participativos que considerem o protagonismo das mulheres indígenas como elemento estratégico, teórico e conceitual para o enfrentamento e efetivação de uma gestão democrática e equitativa de água e território, conforme será discutido no capítulo analítico a posteriori. A seguir apresento a estrutura da presente dissertação.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

A dissertação está dividida em quatro capítulos, além deste introdutório em que apresentei a contextualização da temática e defini os objetivos da pesquisa, bem como a sua relevância para o entendimento da discussão sobre água e gênero no Nordeste. O próximo capítulo tratará do referencial teórico, composto pelo arcabouço teórico, contemplando os seguintes tópicos: ecologia política, ecofeminismo decolonial e povos originários da tribo Pipipã, este último capaz de direcionar a construção do conhecimento sobre o campo que foi estudado.

O capítulo seguinte tratará do percurso metodológico, apontando como a pesquisa de campo foi construída, além de apontar as técnicas de coleta e análise de dados utilizados para o cumprimento dos objetivos propostos, além de responder à pergunta central do estudo.

O capítulo subsequente discute os resultados, apontando os principais achados da pesquisa de campo em diálogo com o aporte teórico. Em seguida, o capítulo das considerações finais, apresento as conclusões do estudo, bem como as limitações e indicações para pesquisas futuras. Por fim, indico as referências utilizadas ao longo da dissertação.

2. RELAÇÕES DESIGUAIS DE PODER NO ACESSO À ÁGUA: UM OLHAR A PARTIR DA ECOLOGIA POLÍTICA DA ÁGUA

A gestão da água tornou-se um dos desafios mais urgentes do nosso tempo, devido a uma série de fatores, incluindo o crescimento populacional, a urbanização, a poluição da água, as mudanças climáticas e o uso da água nas cadeias produtivas (Bentes; Xavier, 2020). Sabendo da essencialidade da água à vida humana e a sociedade, e que tem sido disputada entre atores organizacionais, sujeitos e organizações com desiguais relações de poder, é que a perspectiva teórica da ecologia política se mostra capaz de discutir o tema criticamente.

A ecologia política emergiu como um campo de estudo a partir da crise do capital no final dos anos 1960, fundamentando-se nas críticas existentes ao produtivismo, ao consumismo e seus impactos ambientais e sociais (Santos, 2017). Originou-se, portanto, da interseção entre disciplinas como a geografia humana, ecologia cultural e etnobiologia, focando nas dinâmicas de poder que permeiam a intervenção humana no meio ambiente. Dalla Corte (2019) aponta que, considerando a amplitude que envolve a ecologia política, a interdisciplinaridade torna-se um ponto essencial para compreender como as relações entre a sociedade e a natureza foram sendo constituídas ao longo da história, especialmente no contexto que examina as formas pelas quais as práticas humanas influenciam no ambiente.

Por se tratar de campo multifacetado, a ecologia política transcende as fronteiras tradicionais da política e da ecologia, propondo uma abordagem integrada para entender e abordar os desafios ambientais contemporâneos. Em sua essência, busca compreender as interações complexas entre sistemas naturais e estruturas políticas, examinando como as decisões políticas impactam o meio ambiente e vice-versa (Miranda *et al.*, 2022). Esse campo de estudo não apenas se preocupa com a conservação da natureza, mas também com questões de justiça social, poder e desigualdades, reconhecendo que as crises ambientais estão intrinsecamente ligadas a estruturas de poder e exploração demasiada da natureza para suprir as necessidades produtivas do capitalismo.

Ao observar as questões contemporâneas sob a ótica da ecologia política, torna-se evidente que os problemas ambientais não são isolados, mas são produtos de sistemas políticos, econômicos e sociais interconectados e mais amplos. Essa abordagem holística não apenas examina as causas e efeitos da ação humana, mas também propõe análises que reconheçam as complexidades e desigualdades sociais fundamentais para o funcionamento do sistema capitalista (Leff, 2013).

Especialmente no tocante a questão da água, é necessário atentar para a desigualdade nas formas do seu acesso, além das questões políticas fundantes para definir os fluxos de águas. Nesse contexto, Santos (2020) destaca a ecologia política da água como um subcampo da Ecologia Política capaz de elucidar especificamente as articulações políticas, práticas e decisões em relação ao manejo da água, das desigualdades e conflitos gerados pela dificuldade de acesso à água (Tadeu; Sinisgalli, 2019). Zhouri e Laschefska (2019) argumentam que os conflitos ambientais relacionados à água não são apenas disputas técnicas ou de gestão, mas expressam disputas políticas profundas por território, poder e modos distintos de vida, principalmente quando envolvem comunidades tradicionais e populações vulnerabilizadas.

Portanto, é à luz da ecologia política da água que busco aprofundar o debate sobre a distribuição, o uso da água e as implicações da privatização e comercialização da água. É preciso compreender que a gestão pública da água é essencial para garantir que esta seja gerida de maneira democrática e voltada para o interesse público (Loftus; Sousa, 2021), pois, do contrário, pode levar a escassez para comunidades vulneráveis, enquanto para atores hegemônicos têm acesso privilegiado a esse bem comum (Cocato, 2021).

Assim, uma das principais ênfases desse campo de estudo é o exame das relações de poder que moldam as decisões políticas em relação à água. Isso inclui a análise das dinâmicas entre diferentes atores, sejam governos, corporações ou comunidades locais, e como suas ações e interesses influenciam a sua gestão. Além disso, destaca a importância de considerar as vozes marginalizadas e suas relações com o meio ambiente, enfatizando a necessidade de justiça ambiental e luta por seus territórios e culturas, uma vez que

[...] a luta pela produção do território é também uma luta cultural por autonomia e pela autodeterminação, na qual a mobilização de grupos hegemônicos para exercer o controle sobre os usos da biodiversidade contida nos seus territórios constitui um fator imprescindível para a sua sobrevivência social e política (Santos, 2022, p. 3).

Nesse contexto, considerar as comunidades tradicionais e como estas se articulam na defesa de sua sobrevivência e modos de viver, torna-se pertinente por se tratar de uma pauta negligenciada. Corroborando, Rodrigues (2021) argumenta que a recorrente luta de comunidades tradicionais não se dá apenas pela contrariedade à ideologia do crescimento econômico desenfreado e da desigualdade social que isso gera, mas também da luta pelo território e pela sua própria existência. Essa luta se dá de forma diferente a depender do gênero e de raça, uma vez que mulheres sofrerão efeitos diferentes dos homens ou que os brancos e os não-brancos também passarão por situações completamente diferentes umas das outras (Dutra, 2021).

Desse modo, as mulheres indígenas desempenham um papel crucial na gestão, uso e preservação da água em suas comunidades, além de demonstrarem a interconexão entre a água e o território. Por isso, a falta do acesso à água pode refletir mais arduamente na vivência das mulheres, que ainda têm de enfrentar desafios de discriminação de gênero e falta de participação nas decisões relacionadas à sua gestão.

Diante das disputas que atravessam não apenas as dimensões técnicas, mas sobretudo políticas e territoriais, torna-se imprescindível ampliar o escopo analítico para incluir outras camadas de desigualdade que estruturam o acesso à água. É nesse ponto que o diálogo com os aportes do feminismo decolonial e do ecofeminismo se mostram fundamentais, pois permitem compreender como tais conflitos se entrelaçam com opressões históricas baseadas em gênero, raça e colonialidade, aprofundando a compreensão dos impactos socioambientais sobre as mulheres marginalizadas, conforme discutirei na seção seguinte.

2.1 A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS EM DEFESA DO ACESSO À ÁGUA E DO SEU TERRITÓRIO À LUZ DO ECOFEMINISMO DECOLONIAL

Antes de adentrar nas discussões específicas sobre o feminismo decolonial e o ecofeminismo, é necessário apresentar os fundamentos conceituais da decolonialidade, que orientam as reflexões deste capítulo. Compreender o movimento decolonial exige um retorno às marcas deixadas pela colonização nos países da América Latina, marcas estas que ainda reverberam nas estruturas sociais, políticas e epistemológicas contemporâneas. A partir dos teóricos desse campo, como Quijano, Mignolo e Fals Borda, é possível compreender como o colonialismo foi transformado em um sistema de dominação contínuo, a colonialidade, que atravessa dimensões como o saber, o ser e o poder.

Nesse contexto, destaco a colonialidade do ser, a colonialidade do poder e a colonialidadade do saber, as quais se desdobram em diferentes frentes, por exemplo, através do controle da natureza, conhecimento, gênero e sexualidade (Mignolo, 2010). Quintero, Figueira e Elizalde (2019) discorrem sobre tais aspectos, respectivamente, como a imposição de padrões culturais e identitários que marginalizam indivíduos e comunidades externas aos modelos sociais europeus; a natureza vista como uma fonte única e exclusivamente utilitária e exploratória reduzindo ecossistemas e a biodiversidade como recursos lucrativos; e o gênero encarado apenas como a imposição de normas heteronormativas limitando a autonomia das diversas identidades de gênero, sobretudo para com mulheres racializadas.

Nesse sentido, Fals Borda (1987) propôs a pesquisa-ação participativa como uma alternativa decolonial na produção do conhecimento, ao reconhecer os saberes populares como legítimos e valorizar a participação ativa dos sujeitos da pesquisa. Ao romper com a epistemologia tradicional, sua abordagem questiona a hierarquização do saber científico e confronta a colonialidade do saber, contribuindo para uma ciência engajada e transformadora.

Complementando, o sociólogo peruano Aníbal Quijano afirma que a colonialidade do poder se refere à persistência das relações de poder e dominação estabelecidas durante a era colonial que continuam a moldar as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. Essa dominação eurocêntrica não está limitada apenas às questões citadas anteriormente, mas também a imposição de uma visão de mundo onde identidades e formas de produção de conhecimento cotidiano ou científico são silenciados, distorcidos e apagados pela supremacia de uma classe dominante (QUIJANO, 2005), ou seja, a máxima perpetuada por essa estrutura “pressupõe a existência de uma matriz colonial do poder na trama social que constitui a história da América Latina, um sistema ordenador e acumulativo das relações sociais e da disposição do poder” (Quintero; Figueira; Elizalde, 2019, p. 6).

Esses conceitos se tornam ainda mais potentes quando confrontados com as cosmovisões indígenas, que expressam, por meio de suas práticas e discursos, uma resistência viva à colonialidade do ser e do saber. A lógica colonial reduziu territórios a mapas e propriedades, rompendo com concepções que reconhecem a natureza como parte da existência e da identidade. Essa ruptura evidencia como a colonialidade do ser opera apagando modos de vida alternativos ao modelo hegemônico ocidental. Além disso, como destacam Zhouri e Laschefske (2010), os processos de desenvolvimento e gestão ambiental ainda reproduzem práticas coloniais ao desconsiderar a participação das comunidades locais e os seus saberes no planejamento de políticas públicas. Essa exclusão reforça a colonialidade do poder ao manter a decisão concentrada em elites técnicas e políticas que ignoram os direitos territoriais e culturais dos povos tradicionais.

A presença da colonialidade do poder no âmbito da produção científica reflete a perpetuação de determinados pensamentos, discursos e produções textuais historicamente difundidos no meio acadêmico alertando para a necessidade de uma abordagem crítica que questione e desconstrua os padrões colonizadores presentes nas estruturas de conhecimento (Ferreira *et al.*, 2023). Como afirmam Harari e Pozzebon (2024), a produção científica dominante é marcada por uma racionalidade eurocentrada, que invisibiliza outras formas de saber e exclui sujeitos historicamente silenciados, sendo necessário adotar uma ‘metodologia outra’ que seja dialógica, situada e comprometida com a justiça epistêmica.

No mesmo sentido, Maia e Farias (2020), destacam a colonialidade como uma forma de pensamento em que o conhecimento foi sistematicamente hierarquizado dentro de uma escala eurocêntrica, de modo que qualquer forma de expressão da subjetividade que não se alinhasse a essa perspectiva era suprimida. Essa visão colonial não apenas marginaliza outras formas de conhecimento, mas também perpetua relações de poder desiguais e hierárquicas que continuam a influenciar profundamente as estruturas acadêmicas e sociais contemporâneas.

Esse movimento ainda pode ser percebido atualmente sendo defendido pelos seus precursores como um tipo de estrutura dominante, daí novamente a importância de produções de conhecimento diversas e que realcem outros tipos de saberes além dos que são considerados como hegemônicos, como ora o presente trabalho está sendo produzido. Tendo o conhecimento disso, essa estrutura de dominação pode ser explicada da seguinte forma, se por um lado o colonialismo pode ser considerado como um marco ideológico da dominação colonizadora, a colonialidade passa a ser a sua continuação, assumindo diversos formatos ao longo da história para então manter a manutenção desse poder colonizador (Maia; Farias, 2020).

O Brasil, enquanto nação colonizada, carrega profundas cicatrizes de um passado marcado pelo colonialismo escravocrata, cujas influências reverberam até os dias atuais. A narrativa histórica é frequentemente permeada pela perspectiva do opressor, perpetuando uma visão unilateral dos eventos que moldaram o país. Esse legado colonialista, enraizado em estruturas de poder que subjugaram e exploraram vastos segmentos da população, muitas vezes negligencia momentos cruciais e vozes marginalizadas ao longo da história (Carneiro, 2021). O silenciamento dessas narrativas relevantes é conveniente para a classe dominante, que prefere ocultar os episódios em que as dinâmicas sociais não foram tratadas com a devida sensibilidade e respeito à diversidade dos sujeitos envolvidos. Álvaro e Araújo (2021) apontam a necessidade de uma reflexão decolonial crítica sobre o legado colonial no Brasil é crucial para reconhecer e confrontar as desigualdades persistentes e para construir uma narrativa histórica mais inclusiva.

Nesse contexto, é fundamental recorrer a estudos que estejam dispostos a questionar a lógica proposta pela estrutura colonial, por isso esta pesquisa se embasa na perspectiva decolonial, a qual explora as estruturas de poder, as relações sociais e as consequências duradouras do colonialismo, fornecendo *insights* valiosos sobre questões de justiça social, identidade cultural e lutas ambientais, uma vez que a ideia central da “decolonialidade é o reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, assim como as múltiplas e heterogêneas reações das populações e dos sujeitos subalternizados à colonialidade do poder” (Costa; Grosfoguel, 2016, p. 7).

Nesse contexto, a luta das mulheres indígenas ganha contornos. Para que o debate sobre acesso à água, lutas feministas e desigualdade de gênero seja enriquecido e compreendido de forma abrangente, a partir do bojo da Ecologia Política, fez-se necessário recorrer ao feminismo decolonial e ecofeminismo. Ambas as abordagens críticas propõem uma análise interseccional das questões ambientais e de gênero, considerando não apenas as desigualdades estruturais entre homens e mulheres, mas também as disparidades geradas por sistemas de opressão coloniais e capitalistas. O feminismo decolonial foca na intersecção entre o colonialismo, o patriarcado e racismo, reconhecendo como as hierarquias de poder continuam ao longo da história a influenciar a distribuição desigual de recursos, incluindo terras e água, e as marginalização de comunidades racializadas e indígenas (Miranda; Lima, 2022).

O campo do feminismo decolonial tem como perspectiva a reconstrução de narrativas femininas marginalizadas e o rompimento com a imposição do modelo colonial que ao longo da história, por vezes, tenta silenciar vozes de mulheres racializadas e colonizadas, desconsiderando as marcas que essas mulheres carregam diariamente em sua vivência (Sabino; Santos, 2023). Esse movimento surge como um meio pelo qual histórias de resistência, resiliência e vitalidade ganham força na reivindicação de direitos que não se adequem apenas aos formatos de corpos, discursos e conhecimentos eurocêntricos.

Conhecida por seus estudos na área do feminismo decolonial, María Lugones, nascida na Argentina e erradicada nos Estados Unidos, foi uma expoente nos estudos e teorização sobre as variadas formas de resistência de várias formas de opressão, e tem seu trabalho influente até os dias atuais, abrangendo uma variedade de campos teóricos, incluindo filosofia feminista, teoria crítica, estudos culturais e estudos étnico-raciais. Com seus estudos sobre essa perspectiva do feminismo, a principal abordagem era a busca por desafiar as hierarquias de poder coloniais e patriarcais que moldam as experiências das mulheres não brancas em comunidades subjugadas (Lugones, 2008).

Carvalho (2023) destaca que a abordagem de Lugones, ao tratar temas como colonialidade do poder, interseccionalidade e epistemologias feministas do Sul Global, ressalta a importância de perspectivas diversas e interseccionais na busca por justiça social e emancipação feminina. Sua proposta de feminismo decolonial não apenas analisa as múltiplas formas de opressão por meio da colonialidade de gênero, mas também enfatiza as práticas de resistência às relações de poder, destacando que sua abordagem teórica oferece uma estrutura robusta para compreender as dinâmicas complexas que moldam as experiências das mulheres em contextos globalizados e coloniais. Essa

perspectiva crítica não apenas desafia as estruturas de dominação existentes, mas também oferece caminhos para a construção de movimentos de resistência mais inclusivos.

A colonialidade de gênero emerge como um conceito crítico que revela as complexas intersecções entre opressão, dominação e hierarquia nas identidades de gênero, perpetuando desigualdades profundamente arraigadas. Lugones (2014) ressalta que essas formas de normatividade de gênero enraizadas em visões eurocêntricas e patriarcais, operam em conjunto com outras formas de opressão, como raça, classe, sexualidade e nacionalidade. Nesse contexto, Ferrara e Carrizo (2021) destacam as críticas de Lugones à exclusão histórica da mulheres não-brancas das lutas libertárias, enfatizando a importância da interseccionalidade como referencial analítico, justamente por evidenciar como as imposições de gênero, juntamente com raça, classe e sexualidade, colaboram para reforçar as estruturas de poder existentes, mantendo certos grupos no topo da hierarquia social enquanto marginaliza e subordina outros.

O contexto latino-americano, notadamente o Brasil, é marcado por uma complexa interseção de questões de desigualdade de gênero, raça e classe, frequentemente abordadas de maneira superficial e distorcida. Nesse cenário, o feminismo decolonial surge como uma corrente essencial para a desconstrução das narrativas limitantes e estereotipadas que perpetuam a marginalização das mulheres, especialmente aquelas pertencentes às classes menos favorecidas. É crucial reconhecer que a violência no Brasil reflete padrões persistentes do período colonial, nos quais se reproduzem dinâmicas patriarcais e racistas e essa vertente do feminismo, ao questionar essas estruturas de poder arraigadas, oferece uma abordagem crítica e transformadora para confrontar as injustiças históricas e construir caminhos mais inclusivos e igualitários para todas as pessoas (Álvaro; Araújo, 2018).

Buscando dialogar com o feminismo decolonial ora discutido, e entendendo o papel crucial das relações entre mulheres, a natureza e território, em particular para as mulheres indígenas, me aproximei das discussões do campo do ecofeminismo, o qual volta o olhar para a interligação entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres, argumentando que a dominação ambiental e a exclusão das mulheres estão intrinsecamente ligadas em sistemas patriarcais e capitalistas (Cisne; Araújo, 2021).

Nessa perspectiva, as questões de gênero e a legitimação dos direitos das mulheres vão ao encontro das preocupações e lutas ambientais, de modo a explorar as intersecções entre a opressão de gênero e a degradação ambiental, destacando como as hierarquias de gênero e as práticas patriarcais estão vinculadas à exploração da natureza (Brasil; Pádua, 2022; Campos (2022). Trazer esse ramo do feminismo decolonial pela perspectiva ecológica é também lembrar das desigualdades de acesso a

água, terras e espaços políticos que assolam a vida das mulheres indígenas, que, em sua maioria, acabam sendo afastadas e desconsideradas desses espaços políticos pela estrutura patriarcal que segue sendo imposta socialmente (Tancetti; Esteves, 2020).

Uma das autoras expoentes no tema é a ecofeminista e ativista ambiental india, conhecida por sua luta contra a globalização corporativa e por promover práticas agrícolas sustentáveis e a soberania alimentar, Vandana Shiva. Na obra seminal, publicada em 1993, Maria Mies e Vandana Shiva apresentam o ecofeminismo como uma crítica radical ao sistema capitalista, patriarcal e colonial que subordina tanto as mulheres quanto a natureza. Para as autoras, “o ecofeminismo trata da interconexão e da totalidade entre teoria e prática. Trata-se da ligação entre a dominação da natureza, das mulheres e de outros grupos. [...] Trata-se de uma nova visão da realidade, da ciência e do conhecimento, e das relações entre os seres humanos e o mundo não humano” (MIES; SHIVA, 2014, p. 14)

Para o ecofeminismo as forças que exploram e oprimem a natureza são as mesmas que subjugam as mulheres, destaca, de um lado, o quanto as mulheres são as mais prejudicadas quanto as injustiças ambientais, por outro, a luta provocada pelas mulheres são fundamentais para problematizar as questões ambientais (Ferreira, 2022). Contudo, o ecofeminismo não se limita apenas à luta das mulheres, mas busca disseminar sua mensagem por toda a sociedade, promovendo respeito por todos os seres vivos, independentemente de diferenças de raça, gênero, classe ou religião, reconhecendo que em nossa diversidade, compartilhamos a mesma humanidade.

Portanto, considero que a interseção entre o feminismo decolonial e o ecofeminismo oferece possibilidades assertivas na análise e na prática da justiça social e ambiental, a partir da compreensão das interconexões entre opressões de gênero, raça, classe e natureza de forma mais abrangente e holística, por isso ecofeminismo decolonial se mostra a abordagem apropriada para observar o fenômeno estudado nesse trabalho de dissertação, entendendo que a opressão das mulheres e a exploração da natureza fazem parte do mesmo sistema de dominação colonial-moderno-eurocentrado (Dantas, 2023; Torres; Sinâni, 2024).

Ao abordarmos a luta das mulheres indígenas por água e território, sob a perspectiva do ecofeminismo decolonial, reconhece-se que as resistências não se limitam à denúncia das múltiplas opressões que incidem sobre seus corpos e territórios, mas se expressam também por meio de práticas cotidianas que reafirmam formas autônomas de viver e produzir. Essas práticas desafiam as lógicas capitalistas centradas no lucro e na mercantilização da natureza, ao priorizarem a coletividade, a sustentabilidade e o cuidado, conformando uma ecologia política do cuidado profundamente

enraizada nos territórios e nas relações entre mulheres, natureza e ancestralidade (Chaves, 2021; Barbosa; Nóbrega, 2023).

Um recorte histórico, apresentado por Funari (2016), sobre a atuação de mulheres camponesas, quilombolas e indígenas do Sertão do Pajeú, mostra o protagonismo delas na luta pela defesa de seu território e pelo acesso à água. Isso aponta para uma reconstrução da narrativa, na qual as mulheres indígenas assumem papel central na defesa da natureza e na preservação de sua cultura e identidade ancestral com profunda conexão com a terra e água, elementos fundamentais para a sua história e de seu povo.

As práticas políticas das mulheres indígenas, como as mobilizações em torno do acesso à água e à proteção dos territórios, evidenciam a presença de um feminismo que se enraíza nas suas vivências, ancestralidades e resistências. Nesse sentido, o movimento das mulheres Apinajé, conforme analisado por Torres e Sinâni (2022), aproxima-se das perspectivas do ecofeminismo decolonial ao articular saberes tradicionais e estratégias de luta que rompem com os moldes eurocêntricos do feminismo ocidental. Essas mulheres têm se inserido em diversas esferas políticas, ocupando espaços de articulação e decisão nos movimentos indígenas nacionais, enquanto pautam o corpo-território e as territorialidades a partir de experiências coletivas e comunitárias. Suas ações, fundamentadas no bem viver e no fortalecimento das alianças femininas, demonstram como o feminismo decolonial se concretiza nas práticas e nas cosmologias indígenas, revelando a potência das vozes que historicamente foram marginalizadas no debate político e acadêmico.

Assim, é notável a contribuição entre o ecofeminismo e as perspectivas feministas decoloniais convergindo em questionar diversos aspectos fundamentais, desafiando o antropocentrismo, o androcentrismo e o etnocentrismo inerentes ao paradigma moderno ocidental. Estas correntes contestam não apenas a centralidade humana em relação ao universo, mas também a persistência do patriarcado na estrutura social contemporânea e a visão que considera certos grupos étnicos ou nações como socialmente superiores aos demais. Essa interseção de pensamentos destaca a importância de repensar as relações entre humanidade, gênero e cultura, criticando “a apropriação masculina da agricultura e da reprodução biológica, reconhecendo como as mulheres são as mais afetadas pelos sistemas industriais, militares e capitalistas, devido ao papel crucial que desempenham no cuidado e na reprodução da vida (Ott, 2023, p. 157).

A seguir serão tratadas as particularidades que compõem o contexto dos povos tradicionais, sobretudo após os impactos derivados das obras do projeto de transposição do rio São Francisco, modificando completamente o cenário em que esses povos foram obrigados a se inserir. Além disso,

serão explanadas também as repercussões culturais, políticas e identitárias que afetaram profundamente os seus modos de organização, acesso à água e reconhecimento de seu território.

2.2 ACESSO CONFLITAL DE ÁGUA PELOS POVOS TRADICIONAIS NO CONTEXTO DO PISF

O Nordeste brasileiro é uma região que historicamente enfrenta problemas em relação à água devido seus longos períodos de estiagens, resultando em perdas econômicas e aumento da vulnerabilidade social, sobretudo para a parte mais carente da população (Carmo; Lima, 2020). Porém, pensar historicamente o Nordeste e os efeitos de seu clima semiárido revela a necessidade de refletir para além de discursos que distorcem os fatores sociais e políticos que contribuem com a intensificação dos fatores naturais.

O fator climático é sempre a principal característica utilizada para justificar as questões econômicas e de desigualdade social presentes na região, contudo Nunes e Silva (2020) foram categóricos ao apontarem que

[...] num rebuscar histórico e cultural encontramos, no Nordeste do Brasil, marcas reais de um processo complexo que envolve povoamento, colonização, latifúndio, coronelismo e preconceito. Os fenômenos climáticos naturais, a seca propriamente dita, provocou, no decorrer do tempo, uma série de limitações que vão além da sua própria abrangência. No entanto, o processo de ocupação e expansão do Nordeste, associado as questões socioeconômicas e políticas mostram detalhes que nos levam a compreender que a realidade social de desigualdade atraso econômico estão, por exemplo, para além da seca (Nunes; Silva, 2020, p. 3).

Desse modo, é evidente que o fator climático da região não é o único responsável pelos impactos negativos enfrentados pela população, pelo contrário, na maioria das vezes, serve apenas para reforçar estereótipos pejorativos sobre o Nordeste, bem como maquiar questões conflituais de concentração de terra e distribuição desigual de água (Santos, 2023). Nesse contexto, o Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF) com outras bacias do Nordeste Setentrional foi se tornando cada vez mais uma realidade, com o objetivo de deslocar águas do rio para áreas com maior escassez, possibilitando a democratização do acesso à água, contribuindo com a diminuição da desigualdade e dos conflitos por água (Cartaxo, 2023).

O PISF, desde a sua implantação, tem sido objeto de estudo e debate em diferentes perspectivas analíticas e tem gerado divisões quanto a sua contribuição para a população. Por um lado, destaca o intuito de tornar o acesso à água possível e promover o desenvolvimento nas áreas

menos favorecidas, já por outro, são levantados questionamentos quanto à sua real eficácia e aos seus impactos ambientais e sociais irreversíveis (Santos, 2020).

De fato, são muitas as camadas a serem observadas em torno do projeto, mas o que não pode ser ignorado é o quanto tem gerado conflitos na gestão das águas, mas também “[...] a remoção dos campões de seus lugares, eles perdem suas moradias, terras, singularidades, afetividade, além de terem de se adaptar ao processo de reassentamento [...]” (Cartaxo, 2023, p. 61), obrigando essas pessoas a se adaptarem a uma nova realidade de atividades e relações sociais, que por vezes resultam no aumento de conflitos.

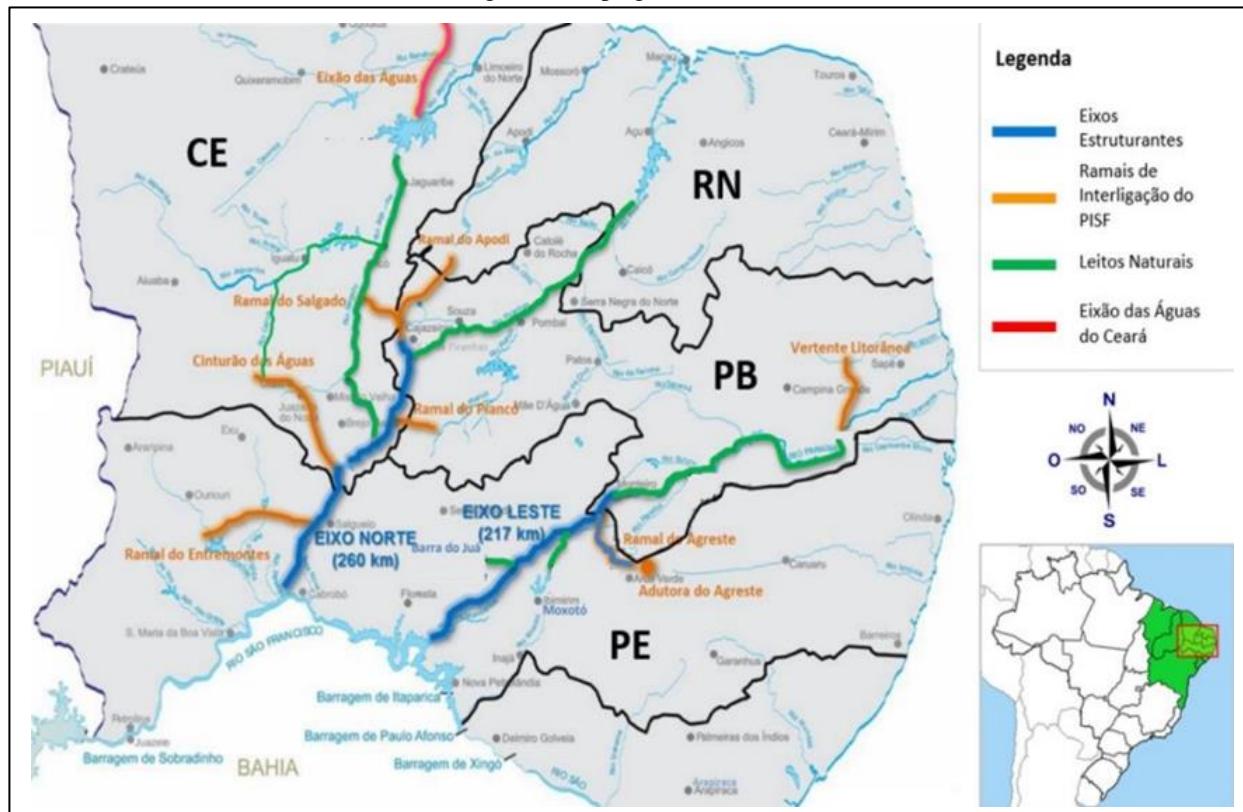
Essas dinâmicas de conflito e deslocamento, contudo, afetam de modo particularmente agudo as mulheres das comunidades tradicionais, cujos vínculos com a terra, a água e os modos de vida locais estruturam não apenas sua subsistência, mas também formas específicas de resistência. No Nordeste brasileiro, experiências como as das pescadoras artesanais e das mulheres defensoras dos territórios aquáticos e florestais evidenciam como o acesso à água também se configura como um campo de disputa de gênero e raça.

No contexto das interseções entre gênero, território e justiça ambiental no Nordeste brasileiro, Conceição (2016) aponta a produção audiovisual “Mulheres das Águas” como um exemplo prático que documenta a realidade vivida por pescadoras tradicionais nos manguezais da região. Mais do que um relato sobre a degradação ambiental, o documentário tensiona a invisibilidade social e política dessas mulheres, cuja subsistência e vínculos culturais estão intimamente relacionados ao ecossistema costeiro. A obra revela como os processos de poluição industrial opera como força de expropriação ambiental e simbólica, impactando diretamente os modos de vida sustentáveis historicamente mantidos por essas comunidades. As mulheres retratadas não apenas denunciam essas violências socioambientais, mas mobilizam práticas de resistência baseadas no trabalho coletivo, na ancestralidade e na valorização de saberes locais. Assim, o documentário contribui para o debate sobre a colonialidade ao expor a marginalização histórica das populações tradicionais, em especial das mulheres racializadas, e ao reivindicar o reconhecimento de suas práticas como formas legítimas de conhecimento e defesa territorial.

Nesse sentido, ao considerar as múltiplas formas pelas quais as mulheres e comunidades tradicionais têm reagido às violências ambientais e aos processos de marginalização territorial, torna-se fundamental refletir também sobre as intervenções estatais voltadas à gestão hídrica no Nordeste brasileiro. Uma dessas iniciativas é o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), concebido como uma resposta governamental à escassez hídrica que historicamente afeta vastas áreas da região.

O PISF é um complexo projeto, executado com o intuito de resolver o problema da dificuldade de acesso à água pelas populações localizadas nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte (Silva, 2022). O projeto é composto por dois eixos, conforme a Figura 1, compreendendo uma extensão de 217 quilômetros no Eixo Leste, e 260 quilômetros para o Eixo Norte.

Figura 1: Mapa geral do PISF



Fonte: Agência Pernambucana de Água e Clima (2024).

O Eixo Leste passa pelos municípios pernambucanos de Floresta, Custódia, Betânia e Sertânia, finalizando no município paraibano Monteiro, já o Eixo Norte, atravessa, respectivamente, os municípios pernambucanos, cearenses e paraibanos de: Cabrobó, Salgueiro, Terra Nova e Verdejante, Penaforte, Jati, Brejo Santo, Mauriti, Barro, São José de Piranhas, Monte Horebe e Cajazeiras. Em termos de investimentos financeiros, a obra movimentou um orçamento, até o ano de 2021, de aproximadamente R\$ 14 bilhões de reais (Silva, 2022).

A partir da sua implantação, a obra resultou em inúmeros efeitos negativos para a vida das famílias que viviam nos territórios por onde o projeto passou. Especialmente para tentar atenuar os efeitos sofridos pelos povos tradicionais, o MIDR elaborou o Projeto Básico Ambiental (PBA) 15,

porém, o PBA 15 foi elaborado considerando apenas os fatores técnicos ligados a uma visão patrimonialista e mercantil, ignorando completamente as consequências nas relações sociais, simbólicas e culturais desses povos (Santos, 2020).

Idealizar uma intervenção de tamanha magnitude sem tratar de forma assertiva os impactos que serão acarretados por ela, ao passo que se utiliza uma abordagem centralizada e que negligencia a participação e as verdadeiras necessidades das comunidades locais, é quase como triplicar o número de problemas existentes (Soares, 2022). Santos (2020) apresentou os efeitos negativos para diversas comunidades rurais, as quais foram reterritorializadas em vilas rurais ao longo do projeto hídrico, evidenciando que os conflitos por água foram acentuados.

Além das comunidades indígenas e rurais afetadas, comunidades quilombolas também foram atingidas (Ferreira; Binkowski, 2022). Especialmente para os povos indígenas, o projeto resultou em diferentes impactos, além de questões ambientais, como a alteração dos cursos d'água, perda de biodiversidade, deslocamento territorial e perda de acesso à natureza, enfrentam, ainda, uma série de desafios socioeconômicos e culturais na forma de preconceito e discriminação contra a prática de seus rituais, sua forma de cultivo e de se relacionar com a natureza, além da luta na busca pelo seu reconhecimento étnico como pertencentes ao povo de sua origem (Oliveira, 2022).

Contudo, é importante chamar atenção que as situações conflituosas de acesso à água, assim como dos efeitos negativos se concretizam em um contexto dinâmico e marcado por resistências. Gonçalves (2023) destaca o papel da resistência empregado pelos povos indígenas como uma demonstração de sua resiliência e determinação em proteger suas terras, natureza e culturas, em que comunidades têm lutadoativamente pelos seus direitos, mobilizando-se por meio de protestos, ações legais e iniciativas de resistência. Essa resistência destaca a importância de se reconhecer e respeitar os conhecimentos e perspectivas dos povos indígenas na tomada de decisões quanto ao uso da água que afetam suas vidas e territórios.

Um dos povos indígenas que sofre as consequências negativas das obras do PISF é o povo Pipipã, situado na Aldeia Pedra Tinideira (Coimbra; Branco, 2020). Uma das principais lutas enfrentadas por esse povo é pela demarcação de suas terras, que teve início em 2005, porém ainda não teve esse processo concluído (Souza; Santos Junior, 2020), o que acaba afetando o processo de preservação da cultura e identidade de seu povo, além da abertura para a expropriação de seus territórios. Outra fonte de luta dos Pipipãs é a luta contra a privação de acesso a água do PISF, além de outros fatores ligados à saúde e educação que discutirei no capítulo analítico deste trabalho de dissertação.

Demonstrando seu conhecimento e forma de se relacionar com a natureza, o povo Pipipã encontra na educação um meio pelo qual seus direitos são reivindicados e sua história é contada pelo seu próprio ponto de vista, reafirmando uma perspectiva contrária à colonialidade do saber. Sá (2021) aponta que o currículo intercultural dos Pipipã é a busca pela conscientização dos jovens sobre as histórias das lutas que seus antepassados enfrentaram para preservarem seu território e seu povo. Em termos de preservação da história e cultura, os Pipipã têm um ritual chamado de Aricuri, que é o momento específico em que “os curumins aprendem que ali é um lugar sagrado do Ser Pipipã e representa símbolo da luta pelo território, demarcado como área Kambiwá e auto demarcado apenas como território tradicional dos Pipipã” (Sá, 2021, p. 13).

No contexto do PISF, a questão do acesso conflitual à água ganha destaque, tendo implicações significativas para os povos originários que dependem diretamente da natureza para suas práticas culturais, subsistência e identidade. Neste cenário complexo, as dinâmicas sociais e ambientais se entrelaçam, resultando em desafios e conflitos específicos relacionados à distribuição, gestão e controle da água, revelando que a discussão sobre os direitos territoriais e ambientais deve ser repensada de maneira mais crítica, levando em consideração a vivência e territórios os povos indígenas, que para os Pipipã foi

[...] marcado pelo colonialismo europeu, concentração de terra, água e poder por oligarquias tradicionais. Na condição de vulnerável socioambientalmente, o povo Pipipã tem sofrido exploração dessa condição pela ausência do Estado, ao enfrentar condições precárias de saneamento, no acesso à água para consumo humano e subsistência, por oferta de políticas públicas desiguais nos campos da educação e atenção à saúde [...] (Gonçalves *et al.*, 2021, p. 9).

Assim, é preciso chamar atenção para a necessidade da gestão do PISF em garantir que os direitos dos envolvidos sejam garantidos, que suas perspectivas, conhecimentos, histórias e senso político sejam levados em conta. Do contrário, as limitações na abordagem do projeto em lidar com os desafios estruturais subjacentes da região Nordeste se perpetuarão, uma vez que transferir água de uma bacia para outra não aborda as questões fundamentais de gestão das águas, mudanças climáticas e distribuição desigual de poder e recursos (Soares, 2022).

A participação coletiva das comunidades, direta ou indiretamente, afetadas pela transposição, emerge como uma estratégia inclusiva essencial para minimizar a predominância da individualidade e centralização nas decisões relacionadas ao acesso à água. Esse enfoque pode ganhar relevância se considerarmos atentamente as interações profundas que os povos tradicionais mantêm com a

natureza. Do contrário, o PISF não atenderá as demandas por água e seguiremos acompanhando projetos grandiosos que, “na maioria dos casos, beneficiam os poderosos e despojam os fracos. Até mesmo quando tais projetos são financiados com recursos públicos, seus beneficiários são principalmente construtoras, indústrias e grandes agricultores” (Shiva, 2006, p. 107).

A seguir será apresentado o percurso metodológico, indicando as formas de construção dos dados da pesquisa e o método de análise empregado, de forma a responder à pergunta de pesquisa deste trabalho de dissertação, bem como o cumprimento dos objetivos geral e específicos.

3. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão apresentados os percursos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos neste trabalho de dissertação. Na pesquisa científica, os métodos podem ser entendidos como os procedimentos e técnicas utilizados para a coleta, análise e interpretação de dados para cumprir seu papel investigativo acerca dos fenômenos observados (Prodanov, 2013).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA E A PESQUISA EXPLORATÓRIA

Essa pesquisa foi construída a partir da abordagem qualitativa, por proporcionar uma compreensão aprofundada acerca do fenômeno estudado (Flick, 2009). Esse tipo de abordagem tem como ênfase a interpretação e compreensão dos dados obtidos buscando explorar, identificar e compreender nuances e significados atribuídos pelos sujeitos participantes, de modo a enriquecer o conhecimento sobre o contexto investigado. De acordo com Cervo (2007), as pesquisas qualitativas são amplamente empregadas devido à sua capacidade de utilizar uma variedade de métodos para coleta e análise de dados, permitindo o entendimento mais detalhado das complexas e dinâmicas formas de organização social, que seguem em constante modificação.

Esse estudo adota uma postura orientada por pressupostos da pesquisa decolonial, a qual propõe uma ruptura com os paradigmas eurocêntricos que historicamente orientaram a produção científica (Dulci; Malheiros, 2021). Em vez de recorrer a modelos universais e abstratos, privilegиеi a valorização de saberes situados, plurais e frequentemente silenciados. Mais do que uma metodologia, a pesquisa decolonial se constitui como um posicionamento político-epistemológico, desafiando os modos tradicionais de se produzir ciência e convocando o/a pesquisador/a a refletir criticamente sobre sua posição, seus privilégios e suas responsabilidades na construção do conhecimento (Silva; Wanderley, 2022).

Considerando os princípios da pesquisa decolonial, bem como os sujeitos que essa pesquisa alcançou, tal abordagem, sustentada em princípios como a valorização das epistemologias plurais, a crítica ao eurocentrismo e a defesa de saberes enraizados nos contextos históricos e culturais dos povos subalternizados, tornou-se fundamental ao afirmar que a homogeneização do pensamento resulta de uma ideia equivocada de humanidade única (Ferrari Júnior, 2022). É urgente repensar os modos de existir a partir de uma escuta profunda das vozes e das memórias coletivas dos povos originários, o que converge com o princípio de que o conhecimento deve ser construído em diálogo com os sujeitos e territórios aos quais estão vinculados.

Para o cumprimento dos objetivos propostos, entendemos como necessária a realização de uma pesquisa exploratória, uma vez que ela é frequentemente utilizada quando há pouco ou nenhum conhecimento do escopo do campo de pesquisa e dos sujeitos envolvidos. Por possuir uma natureza flexível quanto técnicas utilizadas, a pesquisa exploratória permite aos pesquisadores a adaptação de técnicas que melhor se adequem as descobertas que surgirem durante a investigação, possibilitando que informações antes não encontradas ou percebidas na literatura ou na observação do pesquisador sejam incorporadas na análise dos dados (Gil, 2008).

Uma pesquisa exploratória ao campo empírico foi realizada por parte dos(as) pesquisadores(as) que integram o Grupo de Estudos e Pesquisas em Organizações, Sociedade e Naturezas (GEPOS), liderado pela orientadora deste trabalho, em abril de 2023. É importante mencionar que este trabalho de dissertação faz parte de uma pesquisa mais ampla atualmente em desenvolvimento no âmbito do Edital Universal do CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021). Na oportunidade, foram realizadas algumas conversas informais e entrevistas semiestruturadas com alguns sujeitos do povo Pipipã, as quais foram gravadas com autorização prévia. Informo que não participei de tal pesquisa exploratória, mas participei das reuniões do GEPOS em que foram compartilhadas as experiências de campo, assim como transcrevi algumas entrevistas, bem como acessei as fotos e vídeos produzidos na comunidade. Ainda em 2023, pude realizar outra parte da pesquisa exploratória com uma liderança da comunidade no CAA/UFPE, uma vez que ele é aluno do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do CAA/UFPE. Nessa oportunidade, tive informações sucintas sobre como a comunidade se organiza nos movimentos para reivindicar o acesso à água e a demarcação de seu território, tornando evidente que há uma força de resistência empregada.

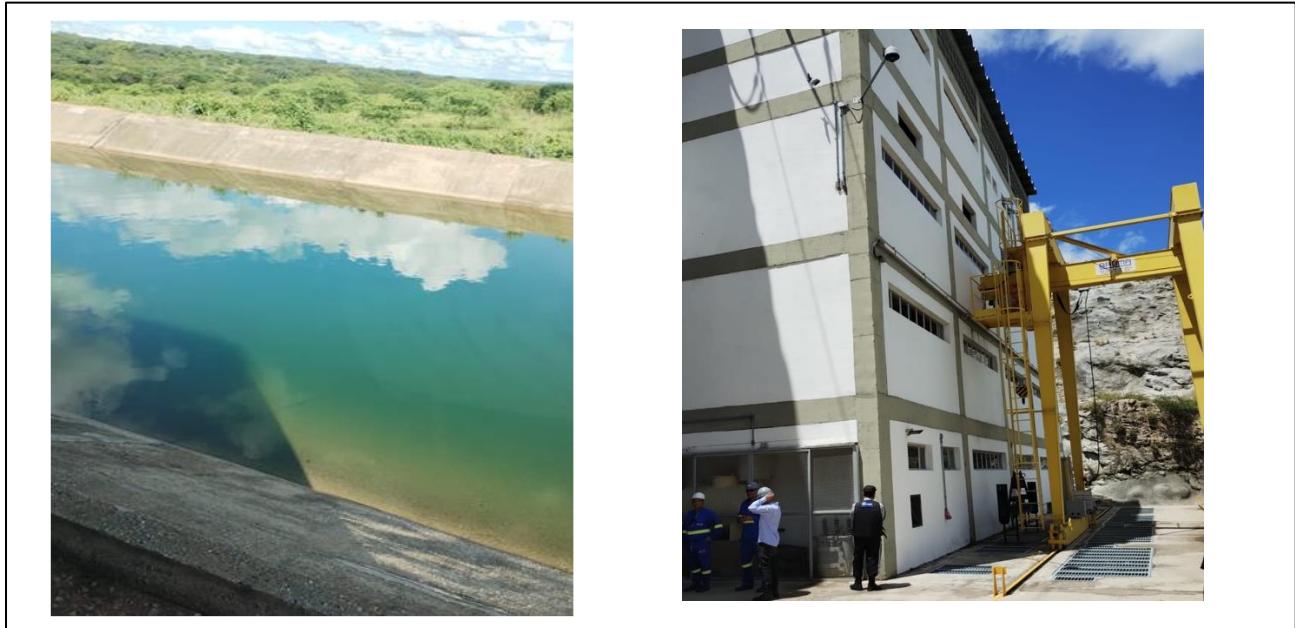
Visando maior familiaridade com o PISF e dos reflexos gerados por ele, em abril de 2024, participei de uma pesquisa campo, juntamente com outros membros do GEPOS. A pesquisa foi iniciada na vila rural Lafayette, localizada em Monteiro/PB, depois na vila rural Salão, situada em

Sertânia/PE, as quais são os locais onde as pessoas atingidas diretamente pelo empreendimento hídrico foram reterritorializadas. O segundo momento da pesquisa foi uma visita guiada ao eixo leste do projeto hídrico, localizado em Sertânia/PE, com integrantes da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e do Consórcio Operador do PISF (COP), responsáveis pela gestão e manutenção do PISF, além de uma exposição da equipe sobre informações gerais e técnicas do PISF. A Figura 2 e 3 apresentam alguns registros feitos durante a pesquisa exploratória.

Figura 2: Eixo Leste do PISF e reunião na Associação Lafayette, ambos situados em Monteiro/PB



Figura 3: Trecho do canal em Sertânia/PE e Estação de bombeamento em Custódia/PE



Fonte: Acervo próprio (2024).

Na visita técnica ao PISF pudemos observar uma estação de bombeamento, capaz de elevar a água a uma altura de aproximadamente 60 metros até o trecho seguinte do PISF, além da estrutura de comandos, subestações de energia e trechos de canais, conforme pode ser observado na Figura 3. Essa imersão no campo proporcionou conhecer a magnitude do projeto e todo o manejo necessário para o seu funcionamento, afinal é complexa. Além disso, puder observar as comunidades do entorno e os impactos sofridos pelas inúmeras famílias atingidas.

Embora tenha realizado a pesquisa exploratória, não posso deixar de reconhecer os desafios em realizar uma pesquisa em uma comunidade indígena, já que não fui socializado em um território indígena, pois as vivências, conhecimentos e percepções acerca do campo de pesquisa são completamente diferentes. Além disso, há preceitos “epistemológicas decorrentes do passado histórico e da forma como a ciência se reproduziu”, que não podem simplesmente serem desconsiderados no emprego das pesquisas científicas (Severo *et al.*, 2022, p. 3).

3.2 A IMERSÃO NO CAMPO DA PESQUISA

A imersão no campo iniciou em julho/2024, na Aldeia Indígena Pedra Tinideira, do Povo Pipipã, localizada na zona rural de Floresta/PE, distante cerca de 86 quilômetros da sede municipal. Durante a imersão, que teve duração de uma semana, fiquei hospedado na casa do atual presidente da associação e fui apresentado à comunidade através dele, o que me permitiu, de um lado, uma vivência na rotina da aldeia, entendendo a forma de organização social e os vínculos comunitários, por outro, facilitou as trocas profícias. A vivência coincidiu com o período das férias escolares na comunidade, permitindo trocas com mais pessoas.

Desse modo, contribuiu significativamente para estabelecer uma proximidade e confiança com as pessoas, por meio do diálogo e da participação na comunidade, contribuindo para uma construção dos dados com os sujeitos, através de uma investigação participativa e “valorização da sabedoria popular e avessa aos métodos e técnicas convencionais, que tornam o grupo investigado apenas como objeto de pesquisa” (Silva, 2024, p. 154).

É pertinente mencionar que a vivência na aldeia foi marcada pela constante autodesconstrução do meu lugar enquanto pessoa não-indígena, buscando alcançar uma postura de escuta e aprendizado, através de processos reflexivos. Tais processos estão em consonância ao que Fals Borda denomina de pesquisador(a) sentipensante, que é “aquella persona que trata de combinar la mente con el corazón, para guiar la vida por el buen sendero y aguantar sus muchos tropiezos” (Fals Borda, 2003, p. 9).

O processo de percorrer a aldeia pode ser descrito como uma etnografia caminhante, uma abordagem metodológica que propõe a escuta do território a partir do movimento, da presença e da relação sensível com o espaço e com as pessoas que o habitam (Busarello; Sawaia, 2022). Ao caminhar junto aos sujeitos da pesquisa, o pesquisador não apenas observa, mas compartilha experiências, afetos e trajetórias, construindo conhecimento em diálogo com os fluxos cotidianos. Trata-se de uma prática que rompe com a rigidez do olhar distanciado e objetiva captar os sentidos que emergem do corpo em movimento, das conversas informais e dos silêncios do percurso. Essa metodologia, portanto, privilegia a escuta atenta e o envolvimento ético com o contexto investigado, sendo especialmente potente em pesquisas que buscam respeitar saberes situados e modos de vida diversos.

Nesse processo de construção a partir das andanças pela aldeia, ora sozinho para encontrar as pessoas, ora acompanhado, fazendo os registros fotográficos e de áudio, procurava me distanciar da minha posição de observador externo, colocando-me à disposição do processo de compreensão e respeito pelas histórias e vivências compartilhadas.

Junto a isso, foram utilizadas as técnicas de observação, acompanhada dos registros realizados em diário de campo, tornando possível uma aproximação sensível e contextualizada aos sujeitos e aos territórios investigados (Harari; Pozzebon, 2024). Essa escolha metodológica possibilitou a inserção nas dinâmicas cotidianas da comunidade, vivenciando práticas, escutando narrativas e observando interações de forma direta, sem a intermediação de filtros excessivamente distanciadores. O diário de campo, nesse sentido, funcionou não apenas como instrumento de registro, mas como espaço de reflexão crítica sobre os encontros, deslocamentos, afetos e aprendizados ao longo do percurso investigativo.

Outra forma de construção dos dados da pesquisa foi a partir da entrevista narrativa, a qual foi concebida por Fritz Schütze na década de 1980, enquanto estava envolvido em sua dissertação, que foi publicada em 1975. Schütze, interessado em várias abordagens interpretativas nas Ciências Sociais e preocupado com fenômenos de difícil investigação através de métodos convencionais, defendia que tais métodos não eram capazes de capturar a complexidade dos fenômenos sociais. Além disso, ele sustentava que uma compreensão adequada da sociedade e dos fenômenos sociais exigia uma compreensão profunda dos indivíduos que compõem essa sociedade, pois é na interação com eles que a sociedade é moldada e transformada (Ravagnoli, 2018).

Portanto, a entrevista narrativa se baseia nas narrativas e experiências pessoais dos sujeitos participantes. Ao contrário das entrevistas estruturadas, que seguem um roteiro padronizado, na

entrevista narrativa, o/a pesquisador(a) incentiva os sujeitos participantes a compartilharem livremente suas histórias, percepções e interpretações sobre um determinado tema (Santos *et al.*, 2020). A postura do(a) pesquisador(a) para esse tipo de entrevista é crucial, pois, ao contrário de outros modelos de entrevista, o(a) pesquisador(a) formula uma pergunta instigante que não direcione a respostas específicas, mas encoraje uma narrativa espontânea sobre suas experiências vividas de forma autêntica, deixando transparecer as nuances e processos de vida que moldam a sua narrativa (Silva, 2019).

Desse modo, considero que a entrevista narrativa se adequou a abordagem da pesquisa decolonial, que se propõe a desafiar as estruturas dominantes de conhecimento e oferecer espaço para múltiplas vozes e perspectivas múltiplas a serem ouvidas e valorizadas. Para a realização das entrevistas narrativas, foram elaboradas algumas questões gerativas (ver Quadro 1), outras surgiram ao longo do processo de escuta e diálogo, de modo a incitar a narração das histórias dos sujeitos que participaram da pesquisa.

Quadro 1: Questões gerativas para entrevista narrativa

PERGUNTA GERATIVA	FINALIDADE
Como você se relaciona com a água, com o território, com a natureza? O que representa para você?	Compreender como as pessoas se relacionam com a água, terra, território, natureza, etc.
Como eram os modos de vida na região e o acesso à água antes do PISF?	Tentar captar como eram os modos de vida antes do início das obras do PISF.
Com a chegada do PISF como tem sido o acesso à água? Precisaram organizar alguma frente de luta para garantir tal acesso?	Compreender as formas de acesso à água e organização política.
O projeto resultou em alguma mudança territorial para a Aldeia? Como se deram tais mudanças?	Tentar captar como aconteceu, e quais os primeiros impactos, com o processo de implantação do projeto.
Como foi a organização para se adaptar a nova realidade?	Tentar identificar questões relacionadas ao reconhecimento do território como terra indígena; Tentar identificar as formas de resistência e luta empregadas pelas mulheres no processo luta.
Há alguma organização ou ator social que contribui na luta por terra e água?	Identificar alguma ação coletiva de participação na luta.

Fonte: Autoria própria (2024).

As entrevistas eram realizadas no período da tarde, começando após o horário do almoço e se estendendo até o final do dia. Algumas dessas entrevistas ocorreram de forma coletiva, com a presença e contribuição de mais de um membro da família, o que possibilitou o entrelaçamento de vozes, memórias e experiências compartilhadas. Seguramente, como já mencionado, a minha apresentação prévia à comunidade feita pelo presidente da associação contribuiu para uma recepção acolhedora, criando um ambiente de confiança e conforto para as pessoas. Esse contexto facilitou nossa comunicação, tornando o processo mais fluido.

Cabe destacar que, além das entrevistas narrativas realizadas durante a imersão ao campo, foram utilizadas as entrevistas oriundas da pesquisa de campo na Pedra Tinideira, realizada em abril de 2023, pela equipe do GEPOS, que integra um projeto de pesquisa vinculado ao CNPq, mencionada na seção antecedente. Para organizar as entrevistas específicas de cada momento, identifiquei por ano de realização e foram criados pseudônimos para garantir o anonimato. O Quadro 2 apresenta as entrevistas realizadas em cada imersão ao campo.

Quadro 2: Sujeitos participantes da pesquisa de campo

ENTREVISTAS	PSEUDÔNIMOS	PERÍODOS
Entrevista 1	Aracy (pôr do sol)	Abril/2023
Entrevista 2	Acaíá (morada do sol)	
Entrevista 3	Jaguará (guerreiro)	
Entrevista 4	Mirim (pequeno)	
Entrevista 5	Jurema (planta sagrada)	
Entrevista 6	Jaciara (filha da lua)	
Entrevista 7	Tupã (deus do trovão)	
Entrevista 8	Yamî (estrela brilhante)	
Entrevista 9	Itã (pedra)	
Entrevista 10	Moara (filha do sol)	
Entrevista 1	Cipó (planta medicinal)	Julho/2024
Entrevista 2	Itapirã (pedra bonita)	
Entrevista 3	Jandira (ajudante)	
Entrevista 4	Cunhataí (jovem)	
Entrevista 5	Araci (mãe do dia)	
Entrevista 6	Arandu (sábio)	
Entrevista 7	Amanaí (chuva mansa)	
Entrevista 8	Ybytuí (brisa da água)	
Entrevistada 9	Arandu (sabedoria ancestral)	
Entrevistada 10	Mocoró (educadora)	
Entrevistada 11	Mocoró (educadora)	
Entrevistada 12	Abaré (aquele que cuida)	
Citada na entrevista 12	Cajé (remédio ou cura)	
Citada na entrevista 12	Tapiá (aquele de governa)	

Fonte: Autoria Própria (2025)

Os pseudônimos escolhidos foram de origem indígena, inspirados em elementos culturais e da natureza, além de respeitar o gênero da pessoa entrevista. É importante dizer que, para garantir

uma fidedignidade das narrativas no processo de análise, fiz a gravação das falas com auxílio de um dispositivo móvel autorizado pelas pessoas através do consentimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em alguns momentos registradas através de áudio. Aponto que, em alguns momentos, as trocas não foram gravadas, pois se tratava de momentos engajados de trocas e optei por não interromper para solicitar a autorização da gravação. Esses diálogos revelaram dinâmicas e perspectivas que, provavelmente, não seriam captadas em uma abordagem de campo mais formal.

Além disso, a pesquisa documental também contribuiu para a coleta de dados, uma vez que consiste em uma documentação indireta realizada a partir de arquivos públicos, como no caso das políticas governamentais, ou mesmo em arquivos particulares, podendo ser representados por pautas organizadas pela própria comunidade como forma de reivindicação de seus direitos (Prodanov, 2013).

Os documentos consultados foram de bases institucionais e de fontes oficiais relacionadas ao acesso à água no território indígena. Entre eles, destaca-se o Plano Básico Ambiental (PBA 12), que apresenta diretrizes e dados técnicos sobre a gestão das águas na região. Além disso, foram analisadas informações disponíveis no site do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, especialmente aquelas vinculadas às ações da Transposição do Rio São Francisco. Todos esses materiais contribuíram para compreender os marcos institucionais que influenciaram diretamente a realidade vivida pela comunidade indígena pesquisada.

Além disso, registrei fotos e vídeos da comunidade, a partir da autorização das pessoas por meio do TCLE, garantindo a privacidade de imagem dos rostos dos entrevistados e do uso do material apenas para a finalidade de elucidar os cenários do campo para os leitores. É importante destacar que, além dos registros feitos por mim, tive acesso aos registros fotográficos e videográficos realizados pelo grupo GEPOS anteriormente. Esses materiais foram transcritos e incorporados à análise, proporcionando uma abordagem mais detalhada e, de certa forma, longitudinal, ao permitir observar à comunidade ao longo do tempo.

Ademais, para capturar as representações e relações da água e território, utilizei a Cartografia Social, processo que será detalhado na seção 3 do capítulo analítico. A Cartografia Social consiste em processo coletivo em que os sujeitos locais representam seus territórios com base em suas vivências e saberes, atribuindo significados aos espaços que habitam. Mais do que uma técnica de mapeamento, constitui uma prática política e pedagógica que valoriza os saberes tradicionais, fortalece a autonomia comunitária e questiona as lógicas hegemônicas de produção do conhecimento (Costa *et al.*, 2024).

No âmbito da proposta decolonial que orienta esta pesquisa, a etapa devolutiva assume papel central em estudos com comunidades tradicionais, por assegurar que os resultados não se restrinjam à esfera acadêmica, mas retornem de forma significativa às pessoas envolvidas. No contexto deste estudo, a devolutiva foi pensada como uma estratégia de diálogo e compartilhamento dos achados com a comunidade indígena Pipipã, reconhecendo o protagonismo das mulheres nas lutas pelo acesso à água e garantindo que suas experiências e perspectivas fossem valorizadas. Esse cuidado reflete não apenas uma responsabilidade ética, mas também uma prática metodológica que fortalece vínculos de confiança, promove a transparência no processo de investigação e contribui para a construção de saberes coletivos, alinhando-se aos princípios de pesquisas participativas e decoloniais. Para tanto, está planejado uma devolutiva, juntamente com o grupo de pesquisa GEPOS, na comunidade em breve.

3.3 PESQUISA DE CAMPO FINALIZADA: O PROCESSO DE ANÁLISE NARRATIVA

A sistematização e análise dos dados construídos na pesquisa de campo foi conduzida com base na técnica de análise narrativa proposta por Bárbara Czarniawska, reconhecida por seus estudos sobre a análise narrativa nas organizações. Em seus estudos, Czarniawska explora como histórias e narrativas constroem e mantêm estruturas sociais (Silva; Santos, 2022). Ela utiliza a metodologia interpretativa e enfatiza a importância das histórias no estudo da organização, mostrando que as narrativas ajudam a revelar as práticas sociais, culturais e políticas (Czarniawska, 1999).

A análise narrativa proposta por Czarniawska foi escolhida devido à sua capacidade de captar as múltiplas dimensões das experiências vividas e por permitir acessar as histórias não apenas como relatos lineares de eventos, mas como construções sociais que refletem e reforçam as identidades coletivas e as relações de poder (Nunes; Coelho, 2021). Essa abordagem se revela, especialmente adequada, para a pesquisa com povos indígenas, pois oferece uma forma de entender as narrativas como práticas culturais que não apenas relatam eventos, mas também constroem e articulam significados no contexto e território das comunidades.

Assim, o uso da técnica permitiu examinar como as histórias contadas pelas mulheres, e demais membros da comunidade, foram entrelaçadas, levando em consideração as dinâmicas de poder, as interações de gênero e as questões ambientais que permeiam a vida coletiva. Desse modo, a análise narrativa pôde possibilitar uma interpretação mais profunda das estratégias de resistência e das formas de organização comunitária, respeitando a complexidade das experiências individuais e coletivas das mulheres.

Além disso, a abordagem narrativa de Czarniawska possibilitou destacar a importância das narrativas como fontes de conhecimento, fundamentais para compreender as lutas e práticas dessas comunidades (Krenak, 2019). Ao considerar as organizações indígenas como redes dinâmicas de práticas e significados, e não como estruturas formais fixas, a metodologia interpretativa, fundamentada na escrita ativa, se mostrou essencial para ressignificar as formas de organização social, ao mesmo tempo em que respeita e preserva as narrativas orais que transmitem cultura, resistência e identidade (Prado, 2022).

Desse modo, ao dar centralidade às vozes indígenas, a valorização da narrativa promove uma descolonização metodológica, evitando o extrativismo epistêmico (Souza; Costa, 2021) e respeitando os saberes locais. Dessa forma, a análise narrativa de Czarniawska possibilitou uma compreensão respeitosa das experiências indígenas, contribuindo para a construção de uma leitura mais inclusiva e contextualizada do contexto em que a pesquisa foi realizada.

Estudos sobre organizações que utilizam a proposta da análise narrativa de Czarniawska (Dias, 2021; Lopes, 2023; Moraes; Santos, 2024), aplicaram a triangulação de dados como uma técnica interpretativa baseada na análise narrativa. Ao invés de buscar uma verdade única, ela foca na diversidade de perspectivas narrativas para compreender os fenômenos organizacionais. A triangulação, nesse contexto, envolve a combinação de diferentes técnicas e fontes de dados — como entrevistas, documentos e observações — com o objetivo de explorar os múltiplos ângulos de uma mesma realidade. Esse processo enriquece a interpretação, especialmente em ambientes culturais diversos, onde as realidades são formadas por histórias plurais e em constante transformação. Assim, essa pesquisa utilizou a triangulação de fontes de dados, uma vez que utilizou a observação participante, a cartografia social, entrevistas narrativas, além dos registros fotográficos e videográficos.

A partir da análise narrativa proposto por Czarniawska, o presente estudo foi estruturado com base na tríade hermenêutica de explicação, explanação e exploração (Silva; Santos, 2022; Lopes, 2023; Moraes; Santos, 2024). Cada uma dessas etapas foi pensada de forma a investigar, de maneira detalhada, os movimentos de luta das mulheres indígenas Pipipã pelo acesso à água, conforme apresentado a seguir:

Explicação: A primeira etapa envolveu a coleta e análise das histórias compartilhadas pelas mulheres e membros da comunidade sobre suas experiências com o acesso à água e território. Nesse processo, foram identificados os principais eventos e ações narrados, com foco no relato dos desafios enfrentados;

Explanação: Na sequência, examinou-se a forma como essas histórias se apresentaram, observando a estrutura das narrativas (com início, meio e fim) e o contexto social e cultural em que se deram.

Essa análise envolveu também a investigação das dinâmicas de poder, as relações de gênero e as interações dentro da coletividade, considerando os aspectos que moldam e influenciam as narrativas;

Exploração: Por fim, a interpretação das narrativas buscou identificar os significados mais profundos que emergiram das histórias, com ênfase em como as mulheres, juntamente com outros membros da comunidade, lutam por seus direitos. Essa fase também almejou entender como essas ações refletem tanto as experiências individuais quanto as coletivas, contribuindo para uma análise mais ampla dos movimentos sociais em questão.

Em pesquisas com povos indígenas, a triangulação narrativa permite captar a diversidade de vozes na comunidade, revelando como diferentes membros — mulheres, homens, anciões — relatam suas experiências e práticas de organização social. A adoção dessa abordagem foi fundamental para compreender, junto aos povos Pipipã, as complexidades das lutas coletivas e individuais, considerando a interseção entre gênero, cultura e resistência.

Com base nos processos de construção e análise dos dados, os quais permitiram captar as nuances e complexidades do acesso à água no território indígena Pipipã, a seção seguinte apresenta achados analíticos da pesquisa.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ALDEIA PEDRA TINIDEIRA E A CHEGADA DO PISF NO TERRITÓRIO

A Aldeia Pedra Tinideira está localizada no território do Assentamento Serra Negra, berço histórico do povo indígena Pipipã, situado na zona rural de Floresta/PE, cerca de 86 quilômetros da sede municipal, e há 436 quilômetros da capital pernambucana, Recife. Na região predomina o clima semiárido, marcado por elevadas temperaturas na maior parte do tempo. Como em outras regiões do Nordeste, as chuvas são escassas e mal distribuídas ao longo do ano, contribuindo assim para a predominância da vegetação de caatinga, composta por arbustos espinhosos e árvores de pequeno porte (Pinto; Santos, 2025).

A formação da Aldeia se deu entre 2012 e 2013 e foi marcada por conflitos entre os Pipipãs do Travessão que viviam no Assentamento Serra Negra. De acordo com algumas narrativas, tais conflitos surgiram devido à concentração de poder em uma única família indígena que buscava controlar as decisões e a organização social dos Pipipã localizados em Serra Negra. Como resultado,

algumas famílias, que não se viam mais representadas por essa estrutura de poder, decidiram ocupar o território que compõe a fazenda Baixa dos Cabos, também situada no território da Serra Negra.

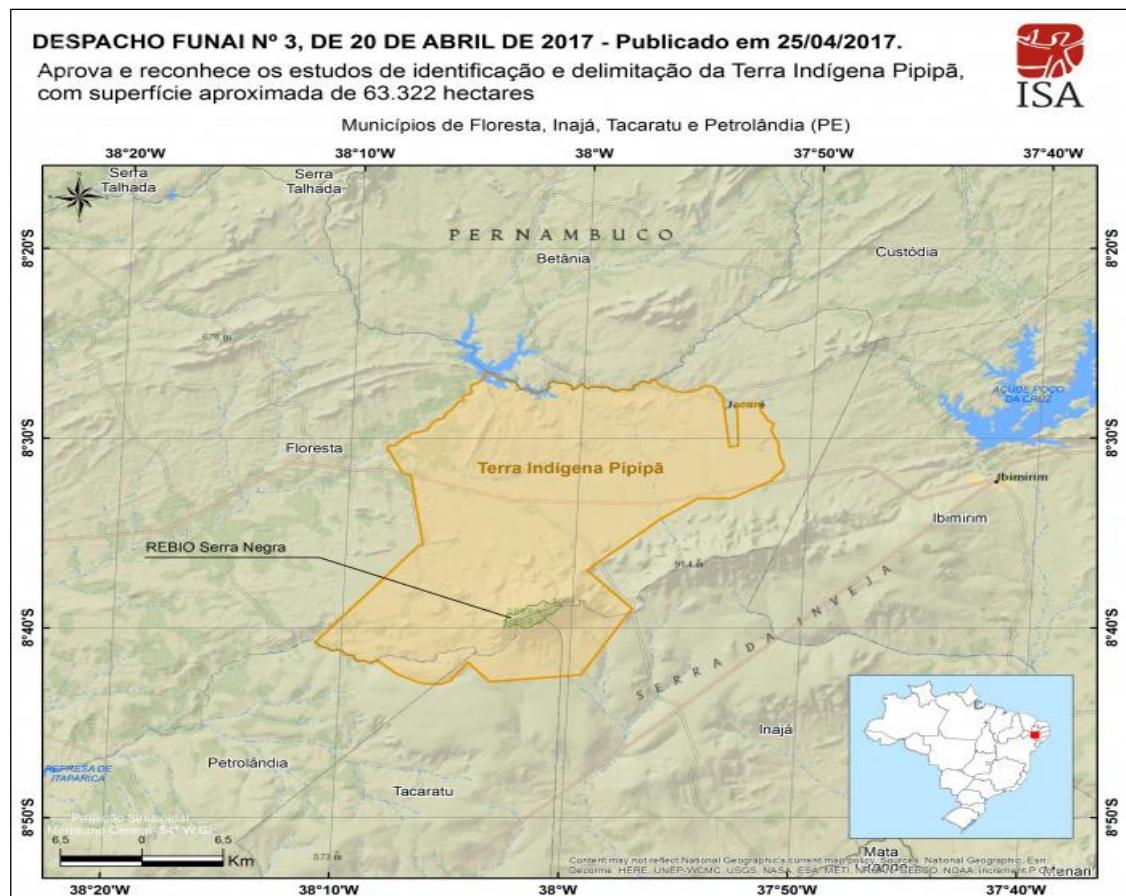
No início de formação da Aldeia Pedra Tinideira, o território se encontrava completamente desprovido de infraestrutura básica, como fontes de água e condições mínimas para a prática de atividades agrícolas, conforme a narrativa seguinte: “[...] era tudo muito difícil. As casa mesmo nem tinha, era só umas barracas de lona que a gente armava como dava. E pra comer, que a gente ia pra caça, né?! Era o jeito que tinha, porque não tinha outro jeito de conseguir alimento aqui”. (Trecho da entrevista 4, Campo 2024). Outra narrativa que detalha um pouco sobre a dinâmica adotada inicialmente conta como eram as noites das famílias, evidenciando como elementos culturais servem para o fortalecimento da cultura e identidade indígena.

A gente passava as noites ali ao redor da fogueira [apontando para uma parte do terreiro em frente à casa], conversando e entretenendo as crianças. Era o jeito de passar o tempo, né, e de espantar do frio e dos bichos, né?! A fogueira ficava acessa e o povo ficara por ali, contando história e conversando para ver se o tempo passava mais ligeiro. (Araci, Campo 2024).

É importante dizer que o território segue em processo de regularização fundiária desde 2005, com pequenos avanços desde então (Gonçalves *et al.* 2018). A região, que foi transformada em Reserva Biológica por volta de 1950, é considerada sagrada pelos Pipipã, por ser um local de concentração dos Encantados de Luz, os espíritos ancestrais. Além de sua importância cultural e histórica, o território é marcado por desafios sacionaturais, especialmente após a implementação do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, que afetou o território, os modos de vida e o acesso à água das comunidades que estão no seu entorno (Pinto; Santos, 2025), conforme discutirei mais adiante.

Conforme informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o processo de regularização encontra-se na etapa de delimitação, estágio que indica os estudos técnicos foram concluídos e aprovados pela Presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), com a devida publicação no Diário Oficial da União e do Estado de Pernambuco (ver Figura 4). Ainda de acordo com informações descritas no site oficial, o processo demarcatório, regulamentado pelo Decreto nº 1.775/1996, prevê, após a etapa de delimitação, as fases de declaração, ato do Ministro da Justiça, homologação, por meio de decreto presidencial e regularização fundiária, com o registro cartorário da área em nome da União, até a efetiva constituição da terra como território indígena reconhecido e protegido legalmente. Logo, observamos que ainda faltam algumas etapas para, finalmente, a Aldeia Pipipã ter seu território reconhecido perante a legislação brasileira.

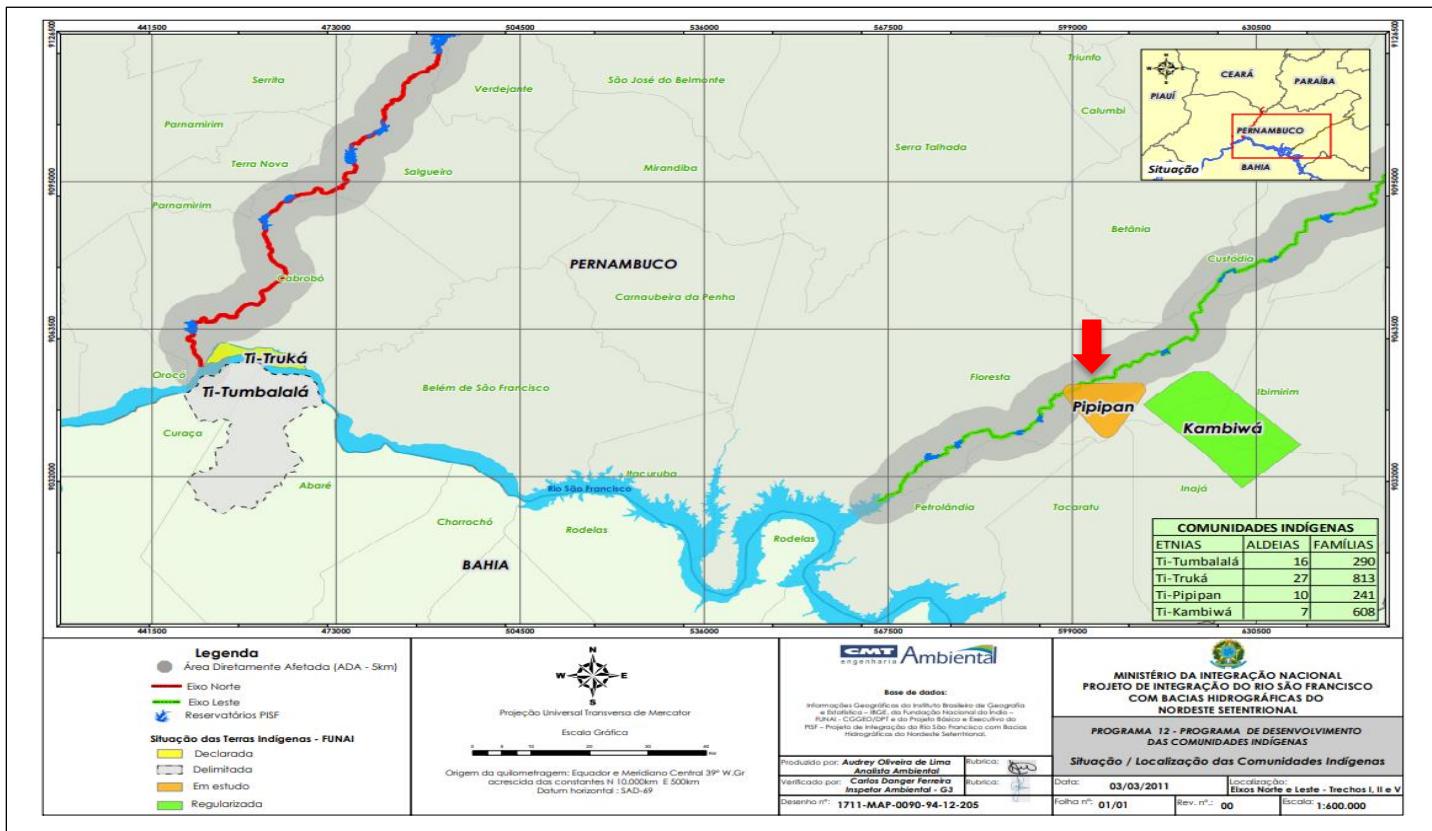
Figura 4: Mapa da localização da comunidade indígena Pipipã



Ainda no período de formação da aldeia, foi mencionado pelo presidente da associação que as obras do PISF já estavam em andamento no Travessão do Ouro, comunidade próxima à Pedra Tinideira. Ao passo do avanço das obras do projeto, ele chegou e atravessou literalmente o território Pipipã. A Figura 5 evidencia como o projeto hídrico PISF impôs uma divisão concreta no território e modos de vida do povo Pipipã, além de atingir outros territórios indígenas. O eixo leste do projeto divide o território, implicando em prejuízos da organização social e preservação histórica e cultural do povo Pipipã, interferindo diretamente em seus caminhos, acessos e formas de uso do território.

Mais do que um elemento geográfico, o mapa da Figura 5 revela uma lógica recorrente de grandes projetos que avançam sobre territórios sem considerar as dinâmicas locais partilhadas, impondo desafios que vão além da estrutura física, mas atingem o cotidiano e a relação desses povos com seu território. Observem que os dois eixos do PISF afetam diferentes comunidades indígenas, mas o território Pipipã foi aquele afetado diretamente.

Figura 5: Mapa de Localização do PISF e dos Territórios Indígenas afetados: Truká, Kambiwá, Pipipã, Tumbalalá.



Fonte: Programa de Apoio aos Povos Indígenas (2011, p. 54).

Conforme as obras avançavam e as dúvidas em torno do que estava se aproximando aumentavam, “[...] o pessoal que trabalhava no canal, acho que era os representantes do Governo, vinha aqui e falava pra gente como ia ser a obra e tudo mais, assim bem por cima sabe?! Mas vieram só algumas vezes no começo e depois não vieram mais” (Ybytuâ, campo 2024). Apesar da aparente intenção educativa por parte dos representantes institucionais do PISF, foi possível observar que as ações voltadas à comunidade assumiram, em grande medida, um caráter informativo pouco comprometido com o diálogo intercultural e a escuta ativa da comunidade. A retórica da educação, nesse contexto, funcionou mais como um meio para a legitimação da obra do que como uma mediação efetiva entre os interesses do Estado e os saberes e demandas da comunidade.

Tal abordagem evidencia a superficialidade do processo participativo, uma vez que a comunicação institucional se limitava, em muitos casos, à reprodução de discursos técnicos e promessas de benefícios, sem necessariamente considerar as experiências, preocupações e formas próprias de organização social do povo Pipipã. Essa prática revela a persistência de lógicas assimétricas nas relações entre o poder público e os sujeitos coletivos historicamente marginalizados,

comprometendo os princípios de justiça ambiental e os direitos à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado.

Embora esse trabalho educativo tenha sido apresentado como uma ação de interesse social, voltada para a orientação das pessoas que residiam no entorno do empreendimento hídrico, na prática, visava cativar a comunidade para que as obras pudessem seguir sem transtornos e resistências. Conforme o trecho relatado pelo presidente da associação, a comunidade recebeu alguns benefícios, cujo objetivo era minimizar possíveis resistências e promover a flexibilidade para as intervenções inerentes ao processo de implantação de grandes projetos como o PISF:

[...] pra agradar né, no início todo mundo é bom, e principalmente o exército, que foi quem ficou aqui na região, aqui na agrovila 6 e daqui se expandiu para as demais comunidades. Eles faziam muitas ações para as comunidades. Toda assistência eles davam, assistência médica, tinha a equipe deles, enfim [...]. Fazia datas comemorativas nas comunidades, né, dia dos pais, dia das mães, tinha dia de corte de cabelo, de beleza, enfim, tinha tudo isso, ou seja, aí com isso é um atrativo para as pessoas né, o povo nunca tinha visto aquilo, então chamou atenção né, tanto na Tinideira, como aqui na Agrovila, como nas Caraíbas, nas Roça Velha, que são as comunidades aqui atingidas pela transposição. Então não faltava nada, nada. No decorrer do tempo foram começando a fechar as portas “eita, já conseguimos, já estamos né... já temos o nosso espaço, então vamos começar a fechar as portas” [como se estivesse representando um diálogo entre os representantes da obra] e aí aconteceu né, foi se fechando as portas nesse sentido, mas no início teve sim todo esse trabalho de apresentação da parte do Governo né, principalmente ligado ao Ministério da Integração né, de apresentar o projeto, isso teve. (Abaré, Campo 2024).

Conforme a narrativa apresentada, a prática de barganha utilizada na implementação de grandes projetos como o PISF confirma uma estratégia frequentemente utilizada pelos atores hegemônicos envolvidos em grandes empreendimentos, que é o de garantir a maximização de resultados e obtenção de lucro, ao mesmo tempo em que tentam desviar a atenção da população sobre os verdadeiros efeitos socionaturais adversos (Maia; Farias, 2020). Além disso, também é possível observar a perspectiva decolonial, ao relacionar a persistência das trocas desiguais, isto é, um povo indígena à mercê das promessas de bens e serviços para suprir suas necessidades básicas. Essa dinâmica ressalta as contradições e tensões entre o “progresso” prometido pelos grandes projetos e a experiência vivida pelo povo Pipipã, marcada por desconfiança e expectativas de melhorias.

Esse movimento de troca não ficou restrito apenas às ações de datas comemorativas, pois houve ofertas de empregos para os homens da aldeia trabalharem na obra. Na narrativa de Cidara (Entrevistada 11), professora da escola da aldeia, e sua família, o seu esposo, também professor na mesma escola, destaca que seu esposo trabalhou nas obras do PISF de 2013 a 2019.

Algumas pesquisas têm evidenciado que promessas de desenvolvimento associados à implementação de grandes projetos frequentemente impõem severos processos de vulnerabilização

socioambiental às populações diretamente atingidas, agravando desigualdades estruturais e comprometendo sua saúde, segurança alimentar e modos de vida tradicionais. A degradação dos territórios, resultante da exploração intensiva de recursos naturais, poluição hídrica e desmatamento, impacta diretamente a subsistência dessas comunidades, que dependem do equilíbrio ecológico para sua sobrevivência (Gonçalves et al., 2018; Ferreira; Binkowski, 2021; Cartaxo, 2023).

Considerando os efeitos negativos que grandes projetos resultam aos territórios e com o foco em minimizá-los, é previsto no licenciamento ambiental a definição de medidas compensatórias. No caso do PISF há o Programa de Apoio as Comunidades Indígenas (PBA 12¹), parte integrando do Plano Básico Ambiental, programa formulado pelo então Ministério da Integração Nacional, que é o órgão empreendedor do projeto, na tentativa de minimizar os efeitos do projeto aos territórios indígenas. O programa tem como principais ações a demarcação e regularização do território, além do apoio à estruturação de atividades sustentáveis, respeitando as práticas culturais locais e iniciativas de promoção da segurança hídrica e da saúde, buscando preservar a autonomia territorial e a integridade cultural frente às mudanças ambientais (Brasil, 2005). Contudo, é preciso chamar atenção para a impossibilidade de tal programa minimizar os efeitos negativos aos territórios, uma vez que são ações pontuais, verticalizadas e não construídas coletivamente, e, em muitos casos, não são efetivadas na realidade concreta. Sem falar que, muitos dos efeitos não são mensuráveis e são incapazes de serem dirimidos.

Com o intuito de verificar possíveis evidências da implementação do Programa de Apoio à Comunidade Indígena na Pedra Tinideira, foram consultados documentos oficiais do programa para identificar as principais estratégias previstas. A partir desse material, foi elaborado o Quadro 3, que define as medidas prometidas no PBA12.

Quadro 3: Ações que compõem o PBA 12

AÇÕES	DESCRIÇÃO
Participação e consulta indígena	Garantia do consentimento livre, prévio e informado, permitindo que as comunidades participem ativamente da formulação e implementação das medidas.
Indenização e compensação	Implementação de um programa específico de indenização para terras indígenas afetadas pelo PISF, buscando mitigar os impactos socioambientais.
Entrega de moradias	Construção e entrega de casas adequadas para as famílias, reduzindo a precariedade habitacional.
Demarcação e regularização do território	Garantir a demarcação e regularização de terras indígenas, assegurando o direito territorial das comunidades.
Apoio a atividades sustentáveis	Incentivo à estruturação de práticas econômicas sustentáveis, respeitando as tradições culturais locais que promovam a autonomia das comunidades.

¹ Programa de Apoio as Comunidades Indígenas (PBA 12) descreve as ações para os territórios indígenas dos povos Truká, Kambiwá, Pipipá, Tumbalalá, mas para manter o foco no campo que está pesquisa se propôs a estudar, as observações serão direcionadas ao contexto do povo Pipipá da Pedra Tinideira.

Saúde e bem-estar	Adoção de políticas voltadas à melhoria da saúde indígena, incluindo acesso a serviços médicos, saneamento básico e infraestrutura de saúde.
Monitoramento e fiscalização	Acompanhamento contínuo por agentes institucionais, garantindo que as ações planejadas sejam implementadas e estejam atendendo às necessidades das comunidades.
Segurança hídrica	Implementação de medidas para garantir o acesso à água de forma segura e contínua.

Fonte: Elaboração com base no PBA 12 (2025).

Com base na imersão no campo e narrativas das pessoas foi possível observar que, embora o PBA 12 conte com um conjunto de ações que, em sua formulação, indicam um compromisso com a promoção de direitos fundamentais das populações indígenas afetadas pelo PISF, a previsão dessas medidas não garante sua efetiva implementação. Durante o trabalho de campo, foi possível constatar que o PBA 12 não foi apresentado a comunidade em nenhuma etapa do processo, seja antes, durante ou após a execução das obras de transposição. Abaré (entrevistado 12), destacou que em nenhum momento houve qualquer iniciativa, por parte dos responsáveis, de dialogar ou prestar esclarecimentos sobre o plano. Essa ausência de comunicação também foi evidenciada na narrativa de outro entrevistado que afirmou: “*não chegou ninguém aqui com esse projeto para apresentar nada a gente não*” (Mocoró, Campo 2024). Tais falas evidenciam uma lacuna, infelizmente comum, no processo de comunicação entre os responsáveis pela obra e as pessoas diretamente afetadas, evidenciando um processo verticalizado e unilateral.

Ao revelarem que nenhum dos objetivos do PBA 12 foi apresentado e que temas centrais, como o acesso à água, não foram discutidos com a comunidade, torna-se possível identificar a perspectiva decolonial ao reproduzir de um padrão histórico de silenciamento e marginalização nas decisões que comprometem e afetam profundamente seus modos de vida. Assim, ainda que o PBA 12 conte com sua estrutura medidas orientadas à mitigação dos efeitos, a exclusão das comunidades indígenas do processo de formulação compromete a legitimidade e a efetividade de tais ações.

Dando continuidade à análise das ações propostas pelo PBA 12, descritas no Quadro 3, o próximo ponto a ser debatido diz respeito a entrega de moradias. A maioria das residências é construída em pau a pique ou taipa, técnicas tradicionais de construção que se adaptam bem às condições sociais e ao contexto cultural da comunidade. Apesar dessa predominância de moradias tradicionais, foi possível encontrar algumas construções de casas de alvenaria que estão em andamento na aldeia, refletindo uma transição gradual para um modelo de habitação contemporâneo. Vale salientar que essas construções foram motivadas pelos proprietários das casas, não tendo

qualquer tipo de relação com a proposta apresentada pelo PBA 12. Isso evidencia o não cumprimento da ação do PBA.

O número de moradias na aldeia, conforme ilustrado na Cartografia Social que apresentarei mais adiante, é de aproximadamente 16 residências, localizadas lado a lado em duas fileiras, o que reflete uma disposição comum em comunidades rurais. A proximidade entre as casas é evidente, com quintais amplos e interconectados, facilitando inclusive a convivência e circulação entre as pessoas. Cada residência abriga de duas a três gerações da mesma família, o que indica uma forte estrutura de convivência intergeracional.

Figura 6: Casas da Aldeia Pedra Tinideira



Fonte: Acervo do Pesquisador (2024).

Esse arranjo socioterritorial sugere uma dinâmica comunitária em que as relações familiares e a troca entre diferentes gerações são centrais para o funcionamento da aldeia, criando uma rede de apoio e solidariedade entre os membros. Além disso, essa disposição das moradias pode refletir um modelo de organização que privilegia a interação constante, facilitando a convivência e a troca de saberes entre as gerações.

No quesito relacionado ao apoio a atividades sustentáveis, o que foi prometido segue distante do que foi encontrado no campo da pesquisa. Nos quintais de algumas casas existiam pequenas plantações de coentro, alface, melancia, banana e macaxeira, que serviam tanto para complementação da alimentação, como para serem comercializados na aldeia. Além disso, há pequenas criações de bodes utilizadas para as mesmas finalidades. Tanto a irrigação desse plantio, quanto a criação desses animais são realizadas por meio da água do projeto de transposição, levada do PISF até as residências pelo sistema de bombeamento, conforme detalharei na seção seguinte.

Além da comercialização de produtos da agricultura e animais, durante a imersão na aldeia pude observar a dinâmica de comércio local, por exemplo, um vendedor que percorre as casas em uma motocicleta no período da manhã comercializando pães e leite. Além disso, há uma residência na aldeia que tem um ponto de comercialização de itens básicos de alimentação, como fubá, arroz, açúcar e café. Essa dinâmica local de comercialização de alimentos ilustra uma forma de organização que valoriza o coletivo e evidencia modos de viver e gerar renda para manutenção dos modos de vida.

Outra fonte de renda predominante na Pedra Tinideira vem dos programas assistenciais do Governo Federal, como o Auxílio Brasil, já que, devido à falta de abastecimento de água regular, a criação de animais e as atividades agrícolas tornam-se inviáveis e não rendem ou garantem retornos financeiros fixos. Além desses programas, a escola da comunidade, regularizada como Escola Indígena após o movimento de luta dos próprios funcionários para que ocorresse a modificação do Currículo Escolar de modo que pudesse contemplar os conhecimentos tradicionais do povo Pipipã, representa outra importante fonte de renda, empregando diversas pessoas da própria aldeia em diferentes funções, desde professores até cargos administrativos e de apoio. Assim, enquanto os programas assistenciais garantem a subsistência básica, a escola contribui significativamente para a economia local, oferecendo oportunidades de emprego e desempenhando um papel central na estrutura socioeconômica da aldeia.

Contudo, é pertinente dizer que essas formas de trocas e vendas não são suficientes para geração de renda para todas as pessoas, uma vez que uma parte das pessoas precisam se deslocar da comunidade em busca de trabalho. Durante a pesquisa, a associação tinha cerca de 54 sócios e muitas famílias não moravam integralmente na aldeia, pois precisaram sair em busca de fontes de geração de renda e retornam ocasionalmente. Essa transitoriedade pode, de certa forma, afetar o fortalecimento da vida comunitária, pois nem todas as pessoas estão presentes nas atividades cotidianas da aldeia, o que pode impactar a manutenção de práticas culturais e a participação nas decisões coletivas.

Sobre os meios de subsistência utilizados no cotidiano da aldeia, vale relatar dois episódios que ocorreram durante a imersão e que reforçaram esses modos de vida, registrados no diário de campo. No primeiro dia de campo, assim que cheguei à aldeia, observei alguns homens bastante animados com a captura de uma capivara, realizada mais cedo. Eles se orgulhavam do feito e comentavam sobre a divisão do animal entre os envolvidos na caça. O outro episódio, que inclusive aconteceu durante uma troca na casa dos donos da venda, foi a oferta de um cozido de préa, um roedor nativo do Nordeste brasileiro, frequentemente encontrado em áreas de Caatinga e matas secas.

Esses episódios observados na aldeia revelam práticas que vão além da subsistência e destacam o forte sentido de comunidade e a profunda conexão com o ambiente. A comemoração pela captura da capivara no primeiro dia ilustra não apenas a importância da caça como uma prática tradicional de sobrevivência, mas também o orgulho cultural associado a esse conhecimento ancestral. A divisão do animal entre os envolvidos ressalta a solidariedade característica das relações sociais na aldeia, onde a partilha é um valor central.

A locomoção da aldeia até a cidade foi outro ponto que chamou atenção enquanto estive em campo. Os meios de locomoção são apenas dois, veículo próprio ou transporte alternativo/fretado, que custava um valor de aproximadamente R\$60,00 reais, para levar os moradores até a o ponto de parada mais próximo, que fica às margens da PE 360. Depois desse trajeto, os moradores ainda precisam pegar outro transporte para chegar na zona urbana de Floresta/PE. Devido aos altos custos, uma participante da pesquisa comentou que é frequente a organização da comunidade para o deslocamento coletivo, de modo a dividir o valor da viagem. Além disso, existe uma ambulância, cedida pela FUNAI, de uso específico para os serviços de saúde, e mesmo assim conta com uma quilometragem específica para realizar as viagens, causando outro ponto de instabilidade no acesso a serviços de saúde básica.

Pudemos observar, portanto, que, apesar de a aldeia ser diretamente afetada pelo PISF, as pessoas revelaram que as ações previstas no PBA 12 não foram implementadas na comunidade. Esse fato evidencia não só o descaso com os compromissos socioambientais assumidos pelo atual MIDR, mas também a negligencia quanto aos direitos dos povos tradicionais e agravando os efeitos da intervenção sobre a dinâmica social, cultural, territorial e ambiental da aldeia. A não execução do plano impede o fortalecimento de políticas públicas que garantam o protagonismo indígena nos processos decisórios que envolvem seus territórios. A análise das ações destacadas no Quadro 3 revela que a existência formal dessas diretrizes funciona apenas como uma estratégia de legitimação institucional, sem necessariamente representar transformações concretas na vida das comunidades envolvidas, reforçando assim, o fato de que as decisões e implementações permanecem no campo da promessa normativa, completamente descoladas das dinâmicas locais e das urgências vividas pelos povos indígenas.

Embora as adversidades, puder perceber as pessoas da aldeia unidas e há o senso de coletividade, além de que há uma relação íntima com o território, pois para o povo Pipipã o território é

“[...] algo sagrado, né, então esse contato que a gente tem direto com a natureza é uma da nossa identidade enquanto indígena. Então a água, o ar, tudo isso são elementos que a gente

cuida né, tenta o máximo preservar e garantir também para os nossos, porque a gente sabe que se a gente não cuidar, não preservar, daqui a pouco não vai ter pra ninguém né. [...]. É a casa comum, sem é... a natureza, sem a água , não há vida né?! E uma das nossas identidades enquanto indígena é exatamente isso, é saber a mãe natureza faz parte da gente né, e que se a gente fere a natureza a gente tá ferindo a nós mesmos, estamos ferindo a nossa mãe. [...]." (Abaré, Campo 2024).

O trecho apresenta um recorte importante sobre o que é ser indígena, oferecendo uma visão íntima e pessoal de quem vive essa realidade. Ao falar sobre a natureza, o presidente da associação compartilha uma perspectiva que vai além da mera convivência com o ambiente, ele expressa uma relação de profunda interdependência entre o ser humano e o território. Para o povo Pipipã, a água, o ar e a terra não são recursos, mas elementos sagrados que fazem parte essencial de sua identidade. O entendimento de que, ao ferir a natureza, eles estariam ferindo a si mesmos revela uma conexão espiritual e cultural que molda suas práticas cotidianas.

Essa visão, impregnada de respeito e cuidado com a natureza, nos permite ver o território não apenas como um espaço físico, mas como uma extensão do próprio ser, algo que é vivido e sentido de forma única pelos povos indígenas. Além disso, considerar a perspectiva indígena na caracterização de um contexto social é fundamental para garantir uma compreensão mais autêntica das dinâmicas comunitárias e culturais, indo contra narrativas dominantes que negligenciam a visão de mundo dos povos indígenas, distorcendo ou simplificando suas realidades. Isso não só enriquece a análise social, mas também fortalece a valorização e o respeito pelas identidades e saberes ancestrais.

Para além do que foi exposto acerca dos modos de vida dos Pipipã, vale destacar outros elementos que constituem esses movimentos de defesa e perpetuação de sua cultura e identidade. Os Pipipã, por meio da educação, conseguem manter viva a sua história e suas traduções, reivindicando o currículo escolar que serve como base para aplicação dos conteúdos escolares, propondo inclusão de conhecimentos tradicionais e de datas comemorativas próprias das festividades da comunidade, demonstrando que não estão passivos de interesses que não condizem com a sua realidade, seu histórico de lutas e que não garantam sua perpetuação e reconhecimento (Coimbra; Branco, 2020).

Outro elemento que corrobora com a perspectiva de preservação e reafirmação identitária são os rituais praticados pela aldeia, que seguem representando um símbolo da continuidade de suas tradições e modos de vida. O registro exposto abaixo foi capturado durante a pesquisa realizada em 2023 pelo GEPOS, no dia em que era celebrado o Dia dos Povos Indígenas e a comunidade se reuniu para dançar o Tore.

Figura 7: Os Pipipã Dançando o Toré



Fonte: Acervo do Pesquisador (2023)

Este tópico tratou de apresentar a caracterização a aldeia Pedra Tinideira desde a sua formação, perpassando pelos movimentos empregados pelos Pipipã na reivindicação de seus direitos, trazendo recortes de como a comunidade foi sendo organizada ao longo do tempo. As questões e reflexões especificamente relacionadas ao acesso à água serão tratadas detalhadamente na seção a seguir.

4.1 ACESSO CONFLITUAL À ÁGUA E PRÁTICAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA PIPIPÃ

Esta seção apresenta e discute como se deram as formas de acesso à água na aldeia, destacando uma cronologia dos períodos, incluindo antes, durante e depois do PISF. Além disso, serão abordadas algumas formas de resistência percebidas no cotidiano da comunidade para garantir tal acesso. Inicialmente, ainda na formação da aldeia, quando as obras de construção dos canais da transposição se aproximavam do território da aldeia, as condições precárias obrigaram as famílias recém-chegadas ao território a se mobilizarem para reivindicar o acesso à água, conforme as falas destacadas no quadro a seguir

Quadro 4: Trechos das entrevistas narrativas realizadas nas pesquisas de campo em 2023 e 2024

PESQUISA DE CAMPO I - ANO 2023	PESQUISA DE CAMPO II - ANO 2024
Ainda iam construir [se referindo às obras do PISF]. Os carros-pipa vinham deixar a água aqui, mas não era sempre, né? Não era sempre. Aí, quando faltava água, a gente ia ali e tomava o canal [...]. Os carros da obra mesmo, do canal, vinham deixar a água aqui para a gente, porque senão a gente ia passar sede, né? Aí a gente fazia uma grevezinha ali de frente para poderem enxergar a gente e liberar a água. Um pouco de água para a gente aqui, né? (Jaguará, Campo 2023).	Assim, quando a gente chegou logo, não tinha, né, esse canal. Ainda não tinha, não. Aí depois ficaram passando, trabalhando aqui e a gente sem água. A gente fez uma parada aí de frente, com as crianças tudo, né? Aí eles vieram e fizeram uma combinação pra colocar pelo menos água pra gente. E pipa, né, mesmo. Mas aí no início, então colocaram. Depois encerrou, não colocaram mais foi nada." (Araci, Campo 2024).
A firma mesmo trabalhando no canal, teve pena do povo e colocou água. Porque a gente fez até... <i>Proibimo</i> ali de cavar o canal. Foi cavado pra lá e pra cá, a gente fizemo um terreiro ali pra poder entrar em acordo e eles disseram que não foi [trecho não identificado] fazendo para passar o canal não, foi feito acordo pra poder eles depois dá um área de terra arriada a nós aqui, ninguém recebeu nada daqui da empresa. (Tupã, Campo 2023).	Quando foi pra passar a transposição, a gente brigou, assim, foi pra lá [se referindo às margens do canal] pra poder reivindicar a água e até umas casas aqui, que era pra a transposição, já que ia passar dentro da área aqui, era pra deixar a água, que foi feito, foi reunido com o pessoal, que era pra fazer o projeto, pra na hora que passasse aqui, ter a água aqui pra gente. E era pra construção de umas casas, foi pedido. Só que depois eles fizeram a reunião, o pessoal do governo aí, mas negaram. Não deu certo não. (Mocoró, Campo 2024).

Fonte: Autoria Própria (2025).

As narrativas apresentadas manifestam a dificuldade enfrentada pela comunidade desde a sua chegada à fazenda, descrevendo como as famílias se organizaram para reivindicar não apenas o acesso à água, mas melhores condições de moradia, como relatado por Mocoró. Essa mobilização destaca uma estratégia de enfrentamento bastante significativa, visto que os moradores se recusaram a adotar uma posição de passividade diante das transformações danosas e irreversíveis que a obra estava causando no território.

Com a finalização das obras do PISF no território da aldeia, criou-se uma expectativa generalizada em torno da promessa de acesso à água para a comunidade, sobretudo por ter sido diretamente afetada. No entanto, como evidencia a narrativa a seguir, essa promessa veio acompanhada de muitas incertezas.

[...] o que eles apresentavam [fazendo referência aos responsáveis pela obra], o que eles falavam é só que era água para todos, né, ou seja, o acesso à água. Agora, como é que você ia ter acesso a essa água, né, o que você ia fazer com essa água, se era só para o consumo humano, se era para uma horta comunitária, se era para uma área comum de trabalho, né, ou se cada um ia ter direito a duas, três, cinco hectares de terra, né, produzindo com aquela água, nada disso foi apresentado, não. (Abaré, Campo 2024).

Ao analisar a ação do PBA12 relacionado à segurança hídrica, observa-se que o acesso à água, tanto durante as obras da transposição quanto após sua conclusão, permaneceu praticamente inexistente "até pra tomar um banho" (Jandira, Campo 2024). Foi nesse momento que os Pipipã

passaram a contar com o abastecimento do programa Operação Carro-Pipa para tentar suprir minimamente suas necessidades.

A Operação Carro-Pipa (OCP) é uma iniciativa emergencial do Governo Federal, instituída pela Portaria Interministerial nº 1/MI/MD, de 25 de julho de 2012, com o objetivo de fornecer água potável as comunidades rurais afetadas pela estiagem no Semiárido brasileiro (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, 2023). Coordenada pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e executada pelo Exército Brasileiro, o programa atua mediante a distribuição de água por meio de caminhões-pipa. Na aldeia, o abastecimento acontecia de acordo com o que foi relatado na narrativa a seguir.

[...] eles [se referindo aos responsáveis pelo abastecimento] escolhia o apontador, que é a pessoa responsável de receber a água, porque tem um aplicativo do exército, né, do governo, quando ele chega, o apontador daquela comunidade, daquela aldeia dá o ponto lá, abre e vê, e confirma que realmente recebeu a água, e todo mundo da comunidade pode utilizar daquela água para beber, é só exatamente pra isso, é só pro consumo humano (Ybytuí, Campo 2024).

Essa forma de abastecimento, além de deixar a comunidade em um cenário de vulnerabilidade e autonomia limitada, era incerto, reforçando a marginalização e a negligência histórica das políticas públicas em garantir o direito básico à água para os povos indígenas. A partir desse cenário, a comunidade começou a empregar estratégias para garantir o acesso à água por meio do bombeamento elétrico diretamente do projeto hídrico. É importante compreender que essa prática não está relacionada apenas à necessidade imediata de acesso à água, mas também à relação histórico, cultural e simbólica, enquanto povo indígena mantêm com a água e o território.

A Figura 6 ilustra a infraestrutura utilizada pela comunidade para coletar e armazenar água do PISF para a distribuição na comunidade, revelando as estratégias locais de manejo diante da ausência de políticas públicas e efetividade da ação de segurança hídrica preconizado no PBA12. Logo, a forma de resistência da comunidade foi implantar sua infraestrutura própria, de modo a garantir o acesso ao bem comum indispensável a vida humana.

Figura 8: Formas de Abastecimento - Bomba Elétrica e Caixa D'água do Programa Operação Carro-Pipa



Fonte: Acervo do autor (2025).

Para compreender o processo de aquisição e instalação da bomba elétrica, bem como toda a infraestrutura hídrica local, o então presidente da associação da Pedra Tinideira revelou os desafios enfrentados pela comunidade, desde a mobilização das pessoas, os custos, a mão de obra dos envolvidos, até as dificuldades recorrentes com a manutenção do equipamento. Ele contou que

“[...] de início, uma das professoras, né, porque lá tem duas, a Acari, junto com a agente de saúde Cajé, conseguiu em Floresta, né, com um político amigo da comunidade, que é Tapiá né, ele sempre deu apoio, quando foi pro pessoal ir pra lá, ele foi quem disponibilizou os carros dele, né, e deu toda a assistência, a água, tudo no início ele quem mandava, né, então, junto com Tapiá, elas conseguiram uns canos pra fazer a encanação na comunidade e conseguiram uma bomba [...]” (Abaré, Campo 2024).

O trecho acima destaca a interseção entre a mobilização feminina e figuras políticas externas para resolver demandas que afetavam diretamente o cotidiano da aldeia, evidenciando um achado muito importante sobre a atuação feminina entre as mulheres Pipipã: suas lutas não se restringem à busca por benefícios individuais ou específicos às mulheres, mas se voltam para o bem-estar de toda a comunidade. Essa perspectiva, no entanto, não implica uma anulação de suas próprias necessidades ou identidades enquanto mulheres, mas reflete uma forma de liderança que valoriza o equilíbrio entre o coletivo e o individual.

As narrativas a seguir fazem referência ao período em que a bomba passou a ser utilizada na comunidade, revelando também o posicionamento das pessoas diante das limitações impostas ao seu uso. As narrativas não apenas expressam o sentimento de insegurança e frustração decorrentes dessas proibições, mas também evidenciam estratégias coletivas de resistência e enfrentamento construídas em resposta à negligência do poder público. A recorrente imposição de limites ao acesso à água reforça dinâmicas de controle e silenciamento que historicamente afetam os povos indígenas, ao mesmo tempo em que precariza ainda mais suas condições de vida. Ao expor os impactos concretos dessas restrições no cotidiano, as pessoas reafirmam a autonomia dos Pipipã e a urgência de se repensar políticas públicas que respeitem os modos de vida e os direitos territoriais dos povos originários.

Quadro 5: Trechos de Entrevistas Campo 2023 e 2024

CAMPO 2023	CAMPO 2024
<p>P: E agora, com a construção, mudou alguma coisa? Eles deixam vocês terem acesso?</p> <p>E: Não, ainda não deixam. A gente pega, mas é ilegal, né? Tem carro-pipa, tem. Vêm, tipo, dois carros-pipa por mês, mas é só numa cisterna só.</p> <p>P: Aí tem que durar um mês?</p> <p>E: É a gente pega a água do canal para tomar banho, para lavar a roupa, para dar ao bicho, mas a água da cisterna a gente deixa só para o consumo, para beber, né? Porque se a gente ficar só utilizando da cisterna, acaba antes do mês e a gente passa sede (Jaguará, Campo 2023).</p>	<p>A gente não vai tá olhando a água passando aí e não pegar né ?! (Cipó, Campo 2024).</p>
	<p>A única forma que tem é a bomba e mesmo assim eles proíbe, aí a gente fica triste também, né? Podendo dar uma força, né, pra gente e botar uma água logo, né, que a gente precisa mesmo. As coisas é difícil... A gente se mata pegando água na cabeça e eles dizem que não pode, mas não entendem a situação (Ybytuê, campo 2024).</p>

Fonte: Autoria Própria (2025).

Observamos, portanto, que as pessoas não foram autorizadas a instalarem as bombas e o reservatório, mas resistiram e persistem para garantir o acesso à água para atividades básicas. Para os povos indígenas a água carrega um significado que ultrapassa sua utilidade prática, representando um elemento de conexão com suas tradições e a luta contínua por autonomia e autodeterminação frente às estruturas de poder, que historicamente negligenciam suas demandas e silenciam suas narrativas. Esse processo revela como soluções emergenciais geram dependência para as famílias no tocante ao acesso à água, refletindo a fragilidade estrutural da região nesse aspecto, embora o maior

empreendimento hídrico do país esteja sendo finalizado no Nordeste. As restrições ao uso da água, limitada apenas ao consumo humano, ilustram os reflexos deixados pela escassez de políticas públicas que tratem o problema de maneira estrutural.

É pertinente destacar o uso do bombeamento elétrico, representa uma forma de resistência cotidiana, além de revelar o deslocamento da responsabilidade do Estado para as pessoas afetadas e a desigualdades de poder nas decisões que dizem respeito ao uso e manutenção de seu território. Portanto, discutir o bombeamento não é apenas falar de uma solução técnica, mas refletir sobre as formas como o poder público se ausenta, como a comunidade resiste e como o acesso à água continua sendo uma luta cotidiana em territórios historicamente negligenciados. É por meio das discussões tecidas pela ecologia política que conseguimos acessar uma base teórica adequada para compreender como essas estruturas dominantes se aproveitam de situações como essa para perpetuar a concentração de poder, moldando e controlando as formas de acesso e distribuição da água e do território.

Essa mobilização coletiva e de resistência da comunidade não apenas demonstra sua capacidade de enfrentamento diante das dificuldades impostas, mas também reafirma a sua história de luta enquanto povo indígena. É válido ressaltar que essa resistência não se limita a uma reação imediata às condições adversas atuais, mas é parte de um processo contínuo de reivindicação de direitos básicos diante de um histórico de exclusões e negligências. A adoção de estratégias, como o uso da bomba elétrica reflete tanto a resiliência quanto a criatividade da comunidade em driblar os obstáculos impostos. Mais do que uma solução prática, essas ações reafirmam o protagonismo dos Pipipã na luta por sua autonomia e pelo reconhecimento do direito ao acesso à água como parte de sua sobrevivência e dignidade.

Dada a contextualização sobre como acontece o uso do bombeamento elétrico e os objetivos que motivam essa utilização, cabe evidenciar os possíveis desdobramentos gerados a partir dessa forma de acesso. O primeiro ponto seria quanto as restrições impostas a essa utilização, como relatado no trecho a seguir por Itapirã (entrevistado 2). No momento da entrevista, ele narrou um episódio em que a comunidade enfrentou problemas quanto ao uso do sistema de bombeamento. A situação em questão foi relatada por ele (I) e sua esposa (E), quando relembram da chegada da Polícia Federal à aldeia após uma denúncia feita pela Codevasf², conforme relato do próprio cacique:

C: É ilegal. É ilegal ali, que já veio até polícia aí, já.

² A Codevasf é a operadora federal responsável pela gestão e manutenção do eixo leste do PISF. Há equipe local, com base em Custódia, para atender as demandas do PISF, inclusive fazendo fiscalizações constantes.

Eu (pesquisador): Já veio?

I: Já. Aí falou, disse que não ia levar a bomba, porque a bomba tava desligada, né? Aí eles foram até uma gente boa mesmo. Eles mandaram me chamar, eu fui. Aí disse, “olha, a bomba nós não vamos levar, porque ela estava desligada. Que era pra nós puxar e quebrar a encanação e tudo”, eu disse, não, beleza, você tá fazendo o trabalho de vocês, né?

Eu (pesquisador): Alguém da Compensa que veio?

I: Não, a Federal mesmo.

Eu (pesquisador): Ah, foi?

I: Foi. Foi denúncia da Codevasf. Que é o responsável. Quem manda aqui mesmo é a Codevasf.

E: Porque eles passam, né. Eles passam e vê as bombas, e vê o movimento, né. E vê que tá sendo retirada água dali. Aí como eles não querem vir diretamente, e aqui é uma área indígena, eles procurou, né? Foi procurar alguém que pudesse entrar e explicar sobre, né? Que não podia, né. Como a gente também já sabe que a gente pega né, por necessidade, porque não vai ficar sem água e uma água bem ali, que tá passando próximo a gente, e a gente vai ficar tendo essa dificuldade? Aí a gente vai e pega. Mas desde o início que a gente já sabe que não é certo, né. Aí eles vieram, também explicaram direitinho como é, e a gente ficou mais ciente ainda, né, do caso.

As narrativas revelam a complexa e permanente relação entre a comunidade indígena e os órgãos de regulação do uso da água, evidenciando o conflito histórico que marca a região Nordeste, embora a situação atual seja de abundância de água após a implementação do PISF (Santos, 2023; Santos, Ioris, 2024). A vistoria realizada pela PF, motivada por uma possível denúncia por parte dos responsáveis pela supervisão do PISF, ilustra não apenas a vigilância exercida sobre os povos indígenas, mas também a ausência de alternativas viáveis para o abastecimento hídrico da aldeia, ou seja, fica evidente uma atuação unilateral e negligente em relação ao propósito do projeto hídrico, uma vez que a fiscalização se concentra na punição do uso, sem que haja esforços concretos para compreender as necessidades da comunidade e viabilizar soluções efetivas para o seu abastecimento.

Conversando com outras pessoas sobre esse episódio, foi comentado que a maneira encontrada para driblar essa restrição foi a utilização da bomba apenas no período noturno, pois tecnicamente “*o risco de pegar a gente usando a água é menor né?!*” (Itapirã, Campo 2024). Esse ajuste na rotina reflete o dilema cotidiano enfrentado pela comunidade, como destacado na fala do cacique e da esposa: enquanto ele aponta o reconhecimento das regras impostas, ela se posiciona de forma mais incisiva, evidenciando a resistência diante das limitações que dizem respeito ao formato de organização do território. A fala dela não apenas reforça a consciência sobre as restrições legais, mas também expressa a determinação em garantir, apesar delas, o acesso à água como um direito fundamental para a sobrevivência e o bem-estar da comunidade.

Esse cenário reflete um padrão histórico de controle sobre os territórios indígenas, no qual direitos fundamentais são subordinados a normas que não consideram a realidade dessas populações. A ausência de políticas públicas que garantam acesso seguro à água não apenas perpetua essa

dependência, mas também expõe a contradição entre a imposição da lei e a garantia da dignidade humana. Assim, o episódio não se resume a uma simples fiscalização, mas simboliza um embate maior entre a burocracia estatal e os direitos dos povos indígenas à terra e sua relação com a natureza, em particular com a água.

Para além da restrição apontada no trecho anterior, outras dinâmicas cotidianas da aldeia podem resultar em conflitos que estão para além do uso da água em si, como no relato a seguir sobre o uso e manutenção do equipamento. Durante a conversa com Abaré, ele mencionou um período em que a bomba elétrica começou a apresentar defeitos e como isso pôde, de certa forma, ter gerado algum tipo de conflito dentro da comunidade. Ele explicou que com o uso consecutivo do equipamento no abastecimento chegou o momento em que

[...] deu problema e não compensava mais consertar, ou seja, teria que comprar outra, e a comunidade foi, né, deixando de lado, um foi tendo mais esperteza e disse assim “vou comprar a minha bomba, já tem a encanação da comunidade, mas vou comprar a minha”, então, quem tem condições hoje lá, tá fazendo dessa forma, né, por sinal, tem mais de, acho que tinha 3, 4 bombas lá dentro, né, e aquelas bombas são particulares, né, cada um que tá colocando, então, o conflito sim, existiu isso, porque uns ficam “ah, fulano tem, eu não tenho”, só que assim, é questão de falta de organização em si, porque se se organiza, tinha consertado ou comprado outra bomba e todo mundo hoje tava tendo água suficiente, mas a falta de organização ainda é grande (Abaré, Campo 2024).

A narrativa apresentada reflete como essa falta de organização, característica de muitos contextos em que as decisões são compartilhadas e construídas coletivamente, pode vir a contribuir para a fragmentação das soluções comunitárias e as desigualdades no acesso à água. A decisão de algumas pessoas de investir em bombas individuais, enquanto outros permaneceram dependentes de uma solução não favorável, não apenas expõe as desigualdades econômicas, mas também abre espaço para tensões entre interesses individuais e coletivos. Nesse sentido, as tensões descritas não representam um traço exclusivo da aldeia, mas evidenciam desafios comuns em formas de organização social que dependem de um equilíbrio delicado entre o coletivo e o individual.

Ainda no tocante a conflitos, a restrição do acesso e uso da água acaba gerando efeitos que vão além da questão hídrica, afetando diretamente a relação do povo Pipipã com seu território e sua identidade. O diálogo a seguir revela que mesmo os participantes entrevistados não tendo mencionado diretamente problemas com o uso da água para as plantações e criações, a dificuldade geral de acesso à água na aldeia pode indicar algumas possíveis tensões. O uso da água da transposição por meio do bombeamento, que como visto anteriormente, não beneficia a todos de maneira igual, pode gerar algum tipo de desconforto ou insatisfação nas relações dentro da aldeia, principalmente considerando o seu difícil acesso e a sua importância não só para o cultivo, mas para a vida cotidiana de todos.

De certa forma, a não exposição de conflitos pode significar que as pessoas se adaptaram à situação, mas isso não quer dizer que as preocupações estejam completamente ausentes. No trecho da entrevista 3, realizada na casa de Jandira (entrevistada 3), juntamente com a sua mãe (M) e sua irmã (I), foi comentado sobre a importância da atividade de plantio e cultivo como uma forma de preservar os modos de vida do seu povo:

J – Entrevistada 3: Porque isso num é bom né, uma horta orgânica. Minha mãe tem uma filha que mora aqui em Serra Talhada, ela pode plantar um pedacinho bem pequenininho, mas ali ela planta batatinha, cenoura, um *pouquim* de coentro... Ela disse que quando bota as coisa na banca, diz ela que aquele povo que é bem de vida não vai entrar dentro de uma CEASA pra trazer *mei* mundo de coisa não, cada coisinha lá é orgânica, que eles gostam de coisa orgânica.

Eu – Pesquisador: E seria até uma coisa, que é a próxima pergunta que tem aqui, essa questão da fonte de renda né, porque se não tem como plantar, nem criar animal também, que obviamente não tem água, aí a fonte de renda assim da comunidade é o que?

I: Não tem *cuma* [como] né, não tem. Eu mesmo aqui, muitas vezes eu penso assim “meu deus, se tivesse uma água favorável aqui, dava tanta hortinha”. A pessoa tem tanta vontade de trabalhar, mas... fica só assim fazendo uns *biquim* [bicos esporádicos]. Aí planta no tempo da chuva.

J - Entrevistada 3: Mas é muito bom uma *hortazinha*, muito bom, até pra você se alimentar é uma riqueza.

M: No tempo da chuva a gente se alegra de ver aquelas hortinha ... Só o feijão que a gente planta né.

J – Entrevistada 3: Ave, é uma coisa muito linda. E tudo isso impede de um agricultor comer uma coisa mais fácil né, e mais ... proteína né, porque tudo que você come hoje em dia tem muito ... porque que muita gente tá dando doença de CA [cancer]? É *mode* [por causa] a contaminação de veneno. Cê vê que antigamente, no tempo da minha vó, que era a mãe da minha mãe, ela comia uma coisa assim alimentada ali só da chuvinha e do sol, era o povo tudo sadio, agora o povo se contamina com aquelas frutas selecionadas, tudo contaminada de *mei* mundo de *contaminamento* de veneno né. Aí até onde fica? Aí por isso que prejudica.

Apesar da não observância de um conflito, o trecho apresentado demonstra como o uso da água para o plantio e criação de animais seria benéfico para o desenvolvimento de uma atividade econômica local e uma alimentação saudável. Essas narrativas destacam o papel fundamental da água na sustentação das práticas culturais e na promoção da autonomia da comunidade, reforçando a conexão entre a natureza e a identidade coletiva. Além disso, enfatiza a resiliência da comunidade em adaptar suas tradições às necessidades contemporâneas, garantindo, ao mesmo tempo, o bem-estar e a continuidade cultural para as futuras gerações. Dessa forma, a água se apresenta não apenas como um componente essencial para a subsistência, mas também como um elemento simbólico que fortalece a coesão comunitária e a preservação de práticas ancestrais, consolidando o sentido de pertencimento e unidade entre as pessoas.

Diante do exposto, é necessário considerar que esse contexto conflituoso pode servir como justificativa para exploração por parte de estruturas de poder, sejam elas Governamentais, Estatais ou privadas, que veem nessas fragilidades uma oportunidade para implementar estratégias emergenciais.

Um exemplo mencionado durante as entrevistas 11 e 12 foi a proposta de introduzir o sistema de abastecimento de água do SISAR (Sistema Integrado de Saneamento Rural) na aldeia, servindo, aparentemente, como uma solicitação viável para as questões de acesso à água

Quem chegou, na verdade, quem ainda vem, né, é o IPA, né, o IPA, e o Conselho de Desenvolvimento Rural do município, que veio na intenção de que as comunidades, né, tenham acesso a água através do SISAR. O SISAR é uma empresa na linha da COMPESA, né, que através do governo eles vêm e faz, né, implanta nas comunidades o sistema de água tratada só para o consumo humano. Só que pela experiência que a gente tem, não é tão favorável, não é tão bom. Aqui mesmo a gente tem, aqui na Agrovila 6, e é uma água tratada, só que essa água é de fato só para o consumo humano. É caríssima, né, é uma água cara, não é barata essa água. Tem família aqui que chegou por mês pagar R\$200, R\$600, no papel da água por mês, né, ou seja, é tanto o cloro, é uma água tão tratada que quando você vai colocar numa planta, a maioria daquela planta não resiste, ela está morrendo. Foi o caso aqui das minhas plantas em casa, né, perdi várias fruteiras. Então eles implantaram aqui e foram lá na Tinideira nessa intenção, né, de levar a água tratada através do SISAR, só que aí é uma água paga, né, a gente vai ter que pagar, e só para o consumo humano. (Abaré, Campo 2024).

Até agora, ninguém veio aqui apresentar nada disso aí não [se referindo a minha fala anterior se eles tinham conhecimento do PBA 12]. O que vieram apresentar foi um projeto ai da COMPESA pra colocar água pagando, aí quem quiser pode colocar, mas só pra consumir mesmo, sem nada de plantio. (Mocoró, Campo 2024).

Propostas como essa, sobretudo em um contexto como o da Pedra Tinideira, são frequentemente apresentadas como soluções práticas para problemas estruturais enfrentados por comunidades marginalizadas. Ao passo que conseguem ganhar apoio de parte da comunidade que deseja escapar das tensões e dificuldades, elas podem mascarar a centralização do controle sobre a natureza, comprometendo a autonomia comunitária e a capacidade de criar alternativas que respeitem as especificidades locais, mantendo-se paliativas e perpetuando a ausência de soluções estruturais e equitativas.

Em contrapartida as constantes investidas pautadas no discurso desenvolvimentista, a narrativa a seguir consegue reafirmar a capacidade de resistência empregada cotidianamente pelo povo Pipipã na busca por seus direitos. O trecho seguinte expõe a estratégia de buscar apoio junto aos órgãos responsáveis por proteger e promover os direitos dos povos indígenas, como é a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)

Eles foram [fazendo referência ao momento em que os representantes do SISAR foram até a aldeia], só que eu, na condição de presidente da associação, né, que ainda estou como presidente também, fui um dos que disse que não aceitaria. Até porque a gente também tinha recebido a visita do representante da FUNAI, Cícero Albuquerque, e ele ficou de encaminhar pra FUNAI e pra Ministério dos Povos Indígenas, né, a nossa necessidade, e a partir daí veio a forma da gente ter acesso à água. Então, se naquele momento a gente aceita o SISAR, a gente ia perder essa oportunidade da FUNAI estar levando a nossa proposta, a nossa necessidade. Porque senão, vocês já têm água do SISAR, vocês não precisam. Então, nós não aceitamos. Lá na Tinideira. A aldeia Caraíbas aceitou, estão fazendo, né, o sistema lá de abastecimento de água, com encanação, com reservatório, com tudo. Mas na Tinideira nós não aceitamos exatamente por isso. Pela experiência que a gente já sabe que não é uma água

barata, é uma água cara mesmo, né, e que as pessoas não iam ter condições de estar pagando. E a FUNAI ficou, né, de fato, de encaminhar isso. Então a gente tá aguardando da FUNAI um posicionamento de como vai ficar a situação nossa". (Abaré, Campo 2024).

A narrativa de Abaré, não apenas evidencia a postura crítica da comunidade diante de propostas externas, mas revela também a confiança em suas lideranças e estratégias coletivas. Sua posição reforça o papel da associação e da parceria com o representante da FUNAI como elementos centrais na resistência e na luta por direitos, funcionando como instrumentos fundamentais na mediação com os órgãos governamentais. Além disso, essa dinâmica reafirma que a recusa ao SISAR não é apenas uma decisão pontual, mas parte de uma estratégia mais ampla de preservação da autonomia e da identidade da aldeia Tinideira.

A partir do trecho anterior, a associação assume o papel de ser um dos meios pelos quais os direitos e demandas da comunidade são expressos e encaminhados. Além dela, o representante da FUNAI designado para a Serra Negra e demais aldeias localizadas na região, desempenha um papel fundamental ao registrar e repassar as reivindicações da comunidade. A satisfação da maioria dos sujeitos participantes da pesquisa é uma forma de comprovar a relevância dessas articulações. No entanto, a efetividade dessa mediação depende diretamente do compromisso e da atuação concreta de representantes e órgãos governamentais na formulação e implementação de políticas públicas que atendam às reais necessidades da aldeia. Assim, a luta por direitos não se restringe apenas às instâncias comunitárias, mas também à busca por diálogos e parcerias com instituições que demonstram comprometimento com a escuta ativa e a transformação social.

Essa intermediação entre lideranças da aldeia e lideranças externas que representam os Pipipã estendem a atuação e reivindicação para além das questões da água, como exemplo das demandas que se relacionam também com as reivindicações territoriais. Embora o reconhecimento formal da aldeia como território indígena não constitua um ponto central de análise neste trabalho, trata-se de uma questão que atravessa de maneira significativa o contexto vivido pelas famílias Pipipã. Durante algumas conversas com os moradores, percebi que esse reconhecimento esteve, em grande parte, associado à expectativa do pagamento de uma indenização ao proprietário da fazenda onde atualmente está localizada a aldeia, o que ignora as implicações mais amplas do processo de regularização que se encontra atualmente na fase de delimitação, conforme informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nesse cenário, o pagamento da indenização, longe de representar um avanço, pode tornar-se um entrave, esvaziando o sentido político da demarcação e desviando o foco da luta coletiva por território e pertencimento étnico para uma lógica de regularização fundiária baseada em

compensações financeiras. A atuação conjunta entre o representante da FUNAI e o presidente da associação desempenha um papel essencial na conscientização sobre a importância da demarcação e do reconhecimento do território. As narrativas das lideranças mais antigas da etnia também desempenham um papel fundamental ao reforçar a extensão territorial de Serra Negra, destacando sua importância histórica e cultural que reafirmam a ligação ancestral com a terra, tornando o reconhecimento não apenas uma questão legal, mas também um ato de preservação da identidade e dos direitos territoriais indígenas.

Diante da discussão apresentada neste tópico, é nítido que a forma pela qual o acesso à água ocorre está longe de atender as ações consolidadas no PBA 12, conforme apresentado no tópico anterior, revelando novamente uma desconexão entre as promessas governamentais e a realidade vivenciada na aldeia. A maioria das famílias ainda “*depende do exército ou da bomba de algum vizinho*” (Amanaí, Campo 2024), o que expõe a precariedade das infraestruturas oferecidas e a persistência de relações de dependência.

Esse cenário não apenas evidencia o fracasso das políticas públicas em garantir o direito básico à água, mas também pode gerar conflitos sociais, tanto pelo uso desigual da água, quanto pela perpetuação de desigualdades e injustiças, especialmente entre aqueles que têm acesso a equipamentos próprios, como a bomba e as encanações para apropriar as águas do PISF e os que dependem de terceiros para suprir suas necessidades básicas. Essa situação, além de prejudicar as famílias, deslegitima o discurso de inclusão e desenvolvimento sustentável prometido pelo projeto de transposição.

Embora esta pesquisa se debruça sobre a luta Pipipã pelo acesso à água, durante toda a permanência na aldeia tive o cuidado de não considerar apenas movimentos de resistência relacionados à questão da água e território, pois antes disso a luta é pela existência e preservação de sua identidade. As falas a seguir expressam explicitamente a noção de resistência que este tópico se propôs a apresentar

“[...] dentro dos povos indígenas, a gente costuma usar um tema que diz também, resistir para existir. Então, a gente está ali resistindo mesmo. Porque as políticas públicas são poucas. Não só a questão da água, mas também tem outros fatores que a comunidade e que a aldeia é muito carente. Então, a gente está ali resistindo mesmo ... É o Governo dizendo não e a gente ali [...]”. (Abaré, Campo 2024).

A gente aqui segue tentando, tem a associação também que ajuda a gente e nós vamos se virando como a união que a gente tem. Porque se a gente não brigar pelo que é da gente, não vai ter ninguém pra vim aqui e dar as coisas que a gente precisa, num é verdade?! (Mocoró, Campo 2024).

O esforço coletivo Pipipã é um elemento central para a reafirmação de sua identidade, evidenciando que a mobilização de seu povo vai além de desafios pontuais, abrangendo múltiplas esferas da vida dentro e fora da aldeia. A escassez de políticas públicas eficazes, e pensadas a partir do contexto indígena, junto às adversidades cotidianas reforçam não apenas a necessidade de organização, mas também demonstram como a resistência se torna um instrumento de permanência e continuidade histórica.

4.2 TERRITÓRIO, ÁGUA E O PISF: A CONSTRUÇÃO DA CARTOGRAFIA SOCIAL PELAS MULHERES INDÍGENAS PIPIPÃ

Esta seção apresentará a Cartografia Social, elaborada durante a construção dos dados, representou um espaço coletivo de luta utilizado pelas mulheres para a reivindicação, tanto do acesso à água quanto para outras demandas enfrentadas na comunidade. Foi possível perceber que as lutas e reivindicações da aldeia não são exclusivas das mulheres, mas construídas coletivamente, envolvendo toda a aldeia. Contudo, é preciso reforçar que as mulheres exercem um papel de destaque, não apenas por sua atuação direta nas demandas da comunidade, mas também por sua capacidade de articular e fortalecer as mobilizações coletivas.

Uma ressalva indispesável diz respeito à perspectiva pessoal pela qual essa análise foi realizada, a de um homem negro e não-indígena. Esse reconhecimento torna-se válido por considerar as limitações presentes na observação e interpretação das dinâmicas vivenciadas pelas mulheres, sobretudo de mulheres indígenas, que de forma alguma poderão ser capturadas em sua totalidade, pois há vivências, sentidos e saberes que só poderão ser plenamente compreendidos a partir de dentro, por quem os vive.

Ao considerar os movimentos de luta, é pertinente reconhecer que, inseridas em um contexto histórico e social ditado pelo patriarcado, as mulheres enfrentam desafios únicos em diversas esferas de suas vidas, seja no mercado de trabalho, no âmbito acadêmico ou em espaços políticos. Diante de tais adversidades, a própria existência dessas mulheres pode ser encarada como um ato contínuo de luta. O contexto dos povos indígenas deixa esses movimentos ainda mais particulares, devido sua vinculação com a cultura, história e identidade que cada mulher carrega consigo.

No tocante a realização da cartografia social, é importante dizer que as pessoas que participaram foram as mesmas com quem realizei as entrevistas narrativas. Para manter o critério de identificação definido na metodologia, sempre que uma narrativa for mencionada, a participante que

proferiu o trecho será identificada pelo mesmo número atribuído anteriormente, seguindo o formato: (Trecho da Cartografia Social, entrevistado 11). Esse procedimento facilita a correlação entre as falas e os participantes da atividade, mantendo a organização e a fidedignidade das narrativas.

Após ter caminhado por toda a aldeia e compreendido um pouco melhor as dinâmicas cotidianas, optei por reservar um dia inteiro para a realização da Cartografia Social. A escolha dessa proposta visava criar um ambiente mais descontraído e acolhedor, permitindo que os sujeitos participantes se sentissem mais à vontade para compartilhar suas ideias e percepções, além de garantir um tempo adequado para a atividade. Ter optado por este formato favoreceu a espontaneidade das interações, tornando a atividade mais fluida e significativa.

O local escolhido para a construção da cartografia foi a casa do presidente da associação (ver a Figura 7), um espaço central que naturalmente facilitava o encontro e a participação da comunidade. Durante a manhã, iniciei o encontro com uma conversa introdutória sobre o que é a Cartografia Social e como ela poderia ser utilizada para representar as características territoriais da aldeia, destacando que ela é mais do que um simples mapa, mas uma representação social construída coletivamente a partir do olhar da própria comunidade, sobre o território, a relação com a natureza, com a água, com o projeto hídrico, etc., que destacassem o que considerassem essenciais.

Figura 9: Local de Realização da Cartografia Social



Fonte: Acervo do autor (2024).

Inicialmente, chegaram apenas três pessoas e, como esperado, a participação foi tímida. No entanto, à medida que novas participantes foram chegando, o ambiente foi se tornando mais dinâmico e envolvente. Esse episódio remete diretamente às reflexões de Boaventura (2007) sobre a importância de reconhecer nosso lugar enquanto pesquisadores, compreendendo que nossa presença em campo não é neutra e, consequentemente, pode interferir no contexto. Sendo assim, a construção do conhecimento precisa ocorrer por meio do diálogo e da interação mútua. Isso também ficou evidente na forma como o engajamento da comunidade se deu de maneira gradual, demonstrando a importância de criar espaços de confiança e participação ativa.

Outra estratégia adotada para estimular a interação foi sugerir que aquelas pessoas que haviam chegado primeiro passassem a explicação para as que fossem chegando posteriormente. Dessa forma, o processo de construção da cartografia social se desenvolvia organicamente, incorporando as percepções e experiências daquelas que vivenciam cotidianamente os desafios da aldeia. Esse processo favoreceu não apenas a apropriação coletiva do conhecimento, mas também reforçou a legitimidade das representações elaboradas, uma vez que emergiram diretamente das narrativas e vivências da própria comunidade.

Na sequência, fiz a apresentação dos materiais disponibilizados - cartolina, folhas sulfite A4, lápis de cor, marcadores de texto e canetas esferográficas e hidrográficas - reforçando que a escolha dos recursos ficaria a critério de cada pessoa. A opção por esses materiais, acessíveis e de fácil manuseio, esteve alinhada com à proposta de Cartografia Social enquanto uma metodologia participativa e que valoriza a construção coletiva do conhecimento por meio da expressão gráfica, que diferente dos mapas convencionais, que seguem uma perspectiva técnica e eurocentrada, permite que sujeitos historicamente marginalizados representem seus territórios a partir de suas próprias concepções e vivências (Costa *et al.*, 2024).

Após esse momento introdutório, as participantes foram direcionadas para a produção da cartografia. No total, participaram aproximadamente 12 pessoas, com idades entre 30 e 60 anos, incluindo duas professoras da escola da aldeia. Inicialmente, uma das professoras, a entrevistada 11, sugeriu a divisão em subgrupos para que cada um tratasse especificamente de alguma demanda específica considerada mais urgente na comunidade, porém, logo em seguida considerou que “[...] era bom se a gente fizesse todo mundo junto mesmo, que cada um vai dando uma ideia de um jeito [...] e vai completando no desenho” (Mocoró, trecho da Cartografia Social).

A narrativa de Mocoró evidencia o processo dialógico presente durante toda a construção da cartografia. A proposta de realizar a atividade em grupo reflete a valorização da construção

compartilhada do conhecimento, um princípio central na cultura indígena e nas metodologias participativas. O trecho narrado ressalta a importância da troca de saberes e da complementaridade das perspectivas individuais, demonstrando como a produção da cartografia social foi moldada pela interação entre as participantes.

É importante destacar que a participação das mulheres foi predominante na atividade, embora todas as pessoas tenham sido convidadas. Esse aspecto não apenas confirma a centralidade das mulheres nos processos organizativos da aldeia, mas também sugere um padrão mais amplo de protagonismo na mediação de conflitos e na proposição de soluções para demandas comunitárias. Essa observação torna-se pertinente pelo fato de que a Cartografia Social, enquanto metodologia participativa, não só representa o espaço e seus elementos significativos para a comunidade, mas revela como as pessoas participantes percebem e se posicionam em relação a esses espaços e às dinâmicas coletivas.

Figura 10: Mulheres participando da construção Cartografia Social



Fonte: Acervo do autor (2024).

É importante destacar que, além das mulheres, houve o envolvimento das crianças, representando um dos aspectos marcantes da atividade, elas estiveram ativamente presentes no processo, trazendo suas próprias interpretações do território (ver Figura 7). As cartografias das crianças podem tanto revelar um olhar genuíno sobre a aldeia, relação com a terra e com a água, quanto evidenciar perspectivas que, muitas vezes, são marginalizadas em análises convencionais.

Figura 11: Crianças participando da Cartografia Social

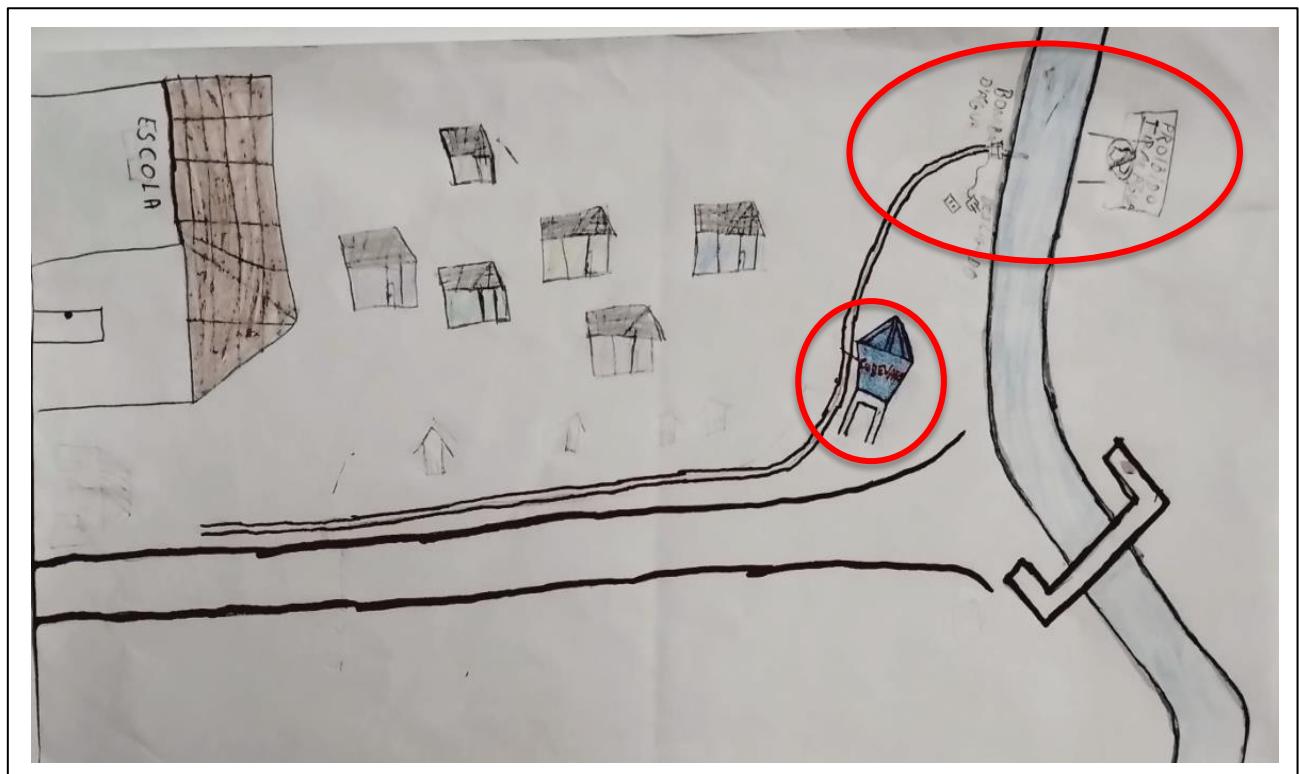


Fonte: Autoria Própria (2024)

Um momento particularmente simbólico aconteceu ao final da atividade, quando algumas dessas crianças não entregaram seus mapas e externalizaram o desejo de guardá-los, trazendo o significado pessoal e coletivo que aquelas representações carregavam para si próprias. Esse momento evidenciou que, assim como os adultos, as crianças vivenciam e ressignificam o território onde vivem, sendo profundamente afetadas por qualquer mudança.

Na cartografia social apresentado na Figura 8, elaborado por uma das crianças participantes do momento de produção, dois elementos significativos foram representados. No primeiro círculo, observa-se a indicação de uma placa com os dizeres “Proibido tirar água”, localizada próxima a uma bomba elétrica. Já no segundo círculo, posicionado mais abaixo, foi desenhada uma caixa d’água contendo a logomarca da Codevasf. Essa representação evidencia que a reivindicação pelo acesso à água não está vinculada à retirada direta por meio da bomba instalada às margens do canal, mas sim à exigência de uma distribuição estruturada, regular e institucionalizada, sob a responsabilidade dos órgãos representantes pela execução e manutenção do abastecimento.

Figura 12: Cartografia social da Aldeia

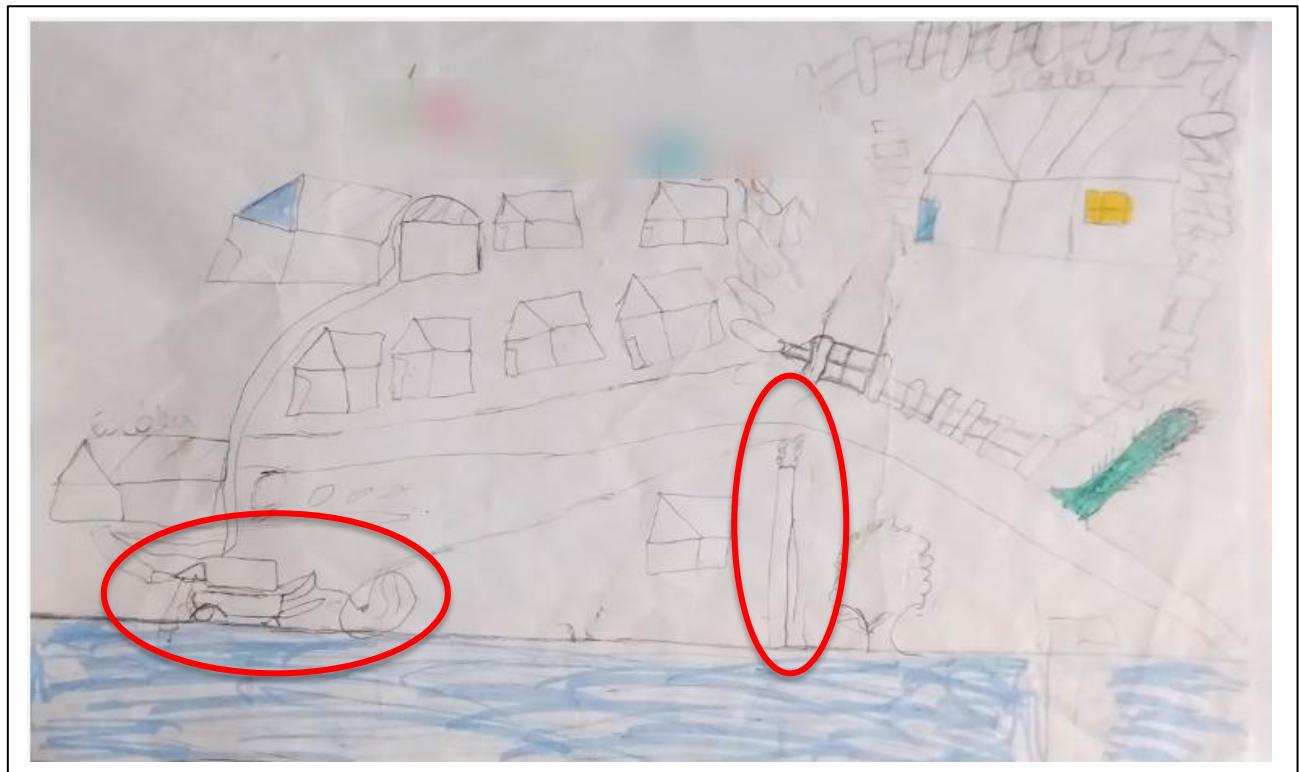


Fonte: Acervo do autor (2024).

A representação simbólica descrita acima, ao destacar tanto a proibição explícita do uso direto da bomba quanto a presença institucional da Codevasf, revela uma percepção aguçada sobre as limitações impostas ao direito de acesso à água. Tal cartografia, mais do que representar a infraestrutura disponível, evidencia as barreiras e contradições no acesso à água por meio do contraste entre a placa proibitiva e a caixa d'água com a logomarca da Codevasf. Além disso, reafirma o posicionamento da comunidade diante dessa limitação, mesmo diante da proibição, o uso da água se mantém como uma prática necessária, pois este é o único meio concreto de obtê-la. Assim, a cartografia não apenas denuncia uma negligência institucional, mas também expressa a agência dos sujeitos que, por meio de suas falas e representações, reafirmam o direito à água como um ato de resistência cotidiana. Nesse sentido, o mapa torna-se um dispositivo de denúncia e afirmação política, construído a partir da leitura crítica do território por seus próprios sujeitos.

Dando continuidade à análise a partir das cartografias produzidas, a Figura 11 apresenta novamente uma bomba elétrica instalada às margens do canal. Essa parte da representação foi realizada por um homem pertencente a aldeia que observava, ainda tímido, a dinâmica acontecendo quando foi convidado por uma das participantes a fazer parte da atividade.

Figura 13: Cartografia social da Aldeia



Fonte: Acervo do autor (2024).

Tenho a lembrança de que, no momento em que o participante iniciou o desenho, alguma das mulheres falou que “ele sabia realizar o desenho porque tinha colocado sua própria bomba no canal” e a partir disso a timidez já não era um problema e uma leve feição de alegria se fez presente em suas expressões. Essa breve mudança em seu comportamento, enquanto desenhava, pode ser compreendida como efeito direto da valorização dos saberes técnicos locais, saberes esses pautados na prática cotidiana, na experiência situada e na necessidade, que reproduzem a autoridade sobre o fazer e sobre os recursos que estruturam a vida comunitária. Ao tornar-se produtor da imagem e, simultaneamente, sujeito portador daquele conhecimento, ele reivindica um campo de saberes que desafia as formas hegemônicas e coloniais de validação do conhecimento técnico e científico.

Além disso, a sua entrada na dinâmica da cartografia, mediada por uma mulher, também evidencia a importância das relações intersubjetivas e comunitárias na construção do saber. Trata-se de uma metodologia de encontro e da escuta, que se contrapõe à lógica extrativista frequentemente presente em pesquisas com populações indígenas, onde o pesquisador colhe dados sem envolver-se ativamente nas relações que os produzem. O que se testemunha aqui é uma prática que se aproxima de uma perspectiva dialógica e de reconhecimento do outro(a) como sujeito de saberes, prática essa que deve ser considerada central na construção de metodologias decoloniais.

A realização da Cartografia Social seguiu bastante produtiva, não apenas enquanto exercício metodológico, mas sobretudo como instrumento de escuta sensível e participação ativa da comunidade. A atividade permitiu evidenciar outros pontos de tensão vivenciados cotidianamente pelos moradores da aldeia, pontos que, por sua vez, estavam para além da luta pelo acesso à água.

Entre essas tensões, destaca-se a questão da energia elétrica, representada nas produções gráficas das participantes e reforçada nos relatados durante a atividade. A Figura 12 é de uma produção realizada exclusivamente pelas mulheres, demonstrando como o mapeamento social pode se tornar uma linguagem própria de denúncia e proposição. Ao expressarem graficamente a ausência de eletricidade como um marcador de desigualdade e descaso histórico, essas mulheres colocaram em cena uma leitura crítica do território, não apenas como espaço físico, mas como lugar de disputa por direitos e dignidade. Vale destacar que a questão da energia elétrica também foi expressa na Figura 11, reafirmando que a comunidade segue em concordância nas pautas que atravessam sua vivência coletiva.

Outro elemento que apareceu novamente na imagem abaixo foi a caixa d'água com a logomarca da Codevasf. Essa repetição não deve ser lida apenas como uma mera repetição visual, mas como um gesto político de reafirmação crítica que assume um novo significado coletivo: o de marcador institucional de promessas não cumpridas, de intervenções estatais fragmentadas e da persistente vulnerabilidade hídrica no cotidiano da comunidade. Sua reaparição, sobretudo nesta produção, conduzida exclusivamente pelas mulheres, reforça um tipo de coesão narrativa que vai além da concordância temática, ela expressa a consolidação de uma memória coletiva sobre o papel da Codevasf na mediação do direito à água. Assim, ao emergir novamente no processo cartográfico, a caixa d'água simboliza um ponto de convergência entre as vivências individuais e os impasses coletivos, demonstrando como o território é também um espaço de inscrição de ausências, silêncios e disputas institucionais.

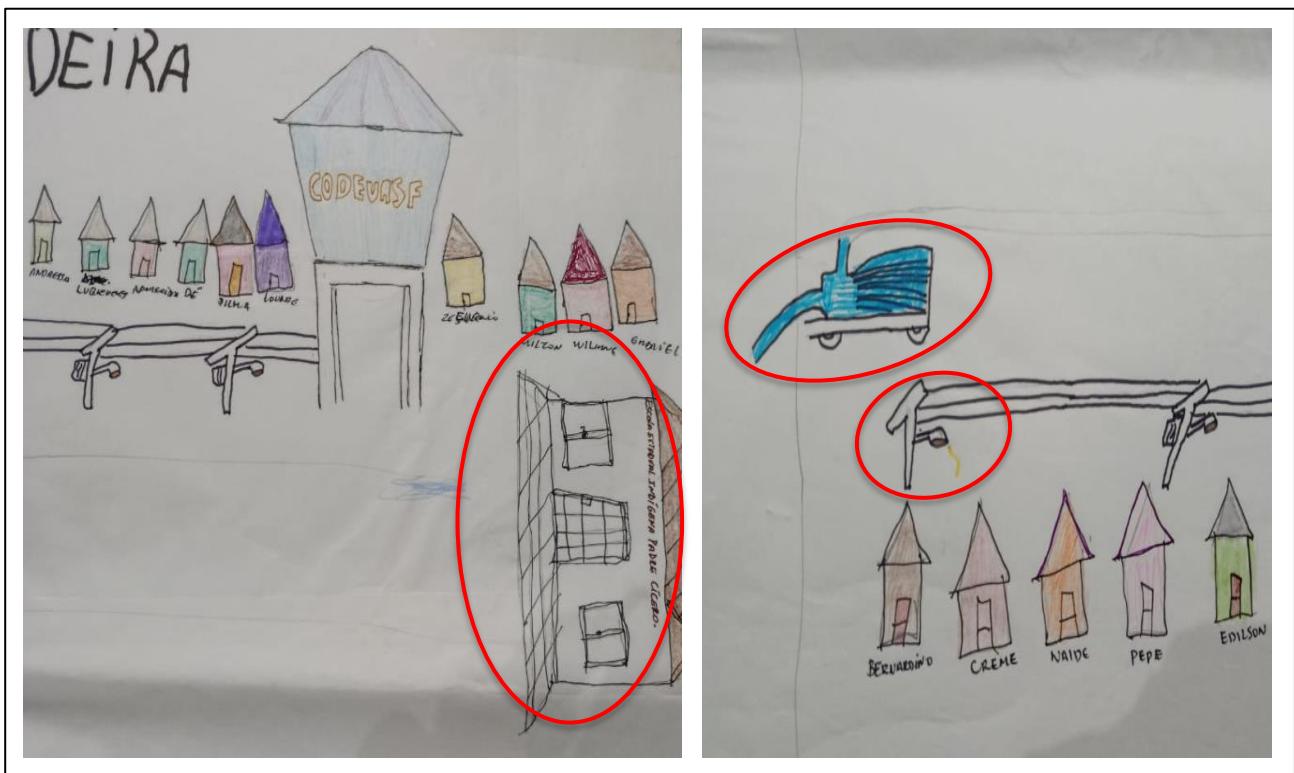
Figura 14: Cartografia social da Aldeia



Fonte: Acervo do autor (2024).

Além dos pontos destacados anteriormente, é pertinente analisar, em maiores detalhes, outros elementos presentes na cartografia, como a escola e a bomba d'água, cujas representações não apenas ampliam a complexidade da narrativa territorial construída pelas participantes, como também revelam camadas adicionais de disputa, expectativa e agência coletiva. Esses elementos, longe de serem neutros ou meramente ilustrativos, ajudam a compor um panorama mais denso das infraestruturas e ausências que atravessam o cotidiano da comunidade.

Figura 15: Cartografia social da Aldeia



Fonte: Acervo do autor (2024).

Ampliando o olhar analítico para além do que está posto, pode-se entender a presença da escola na cartografia como um dos símbolos que reafirmam a luta e a resistência do povo Pipipã na preservação e perpetuação da cultura, história e ancestralidade. Sua representação pode ser lida também como uma reivindicação silenciosa por melhorias na qualidade do ensino e nas condições estruturais do espaço escolar, especialmente em contextos em que o direito à educação se entrelaça a outros direitos negligenciados. Ao trazerem a escola na cartografia, as participantes não apenas situam geograficamente o espaço físico, mas inscrevem nele suas expectativas, desafios e experiências cotidianas, marcando-o como território em disputa e, ao mesmo tempo, de resistência.

Nos momentos finais da atividade, algumas das mulheres precisaram se ausentar para resolver suas demandas cotidianas. Contudo, antes que o grupo se dispersasse por completo, foi possível registrar, com consentimento, a Figura 14, que reúne a maioria das participantes presentes, incluindo também as crianças. Tal registro não apenas documenta a participação ativa dessas mulheres na construção coletiva da Cartografia, mas também simboliza a força e o compromisso compartilhados na luta pela valorização de seus direitos e de seu território.

Figura 16: Mapa social da Aldeia



Fonte: Acervo do autor (2024).

A cartografia social serviu como um ponto chave para ilustrar a presença e a voz das mulheres no processo de luta. O fato de a maioria dos participantes desta atividade serem mulheres é um indicativo da relevância do papel delas na comunidade, mesmo que as ações sejam tomadas em nome coletivo. Sendo assim, entende-se que o papel das mulheres não é apenas de participante, mas de líderes na articulação de soluções práticas para o acesso à água e outras melhorias.

É pertinente refletir sobre como a perspectiva de gênero se entrelaça com a estrutura comunitária, especialmente no contexto indígena Pipipã. Diferentemente de modelos convencionais que segmentam as lutas por gênero, na aldeia Pedra Tinideira, a mobilização coletiva tornou-se integradora, diluindo fronteiras rígidas entre as atuações de homens e mulheres. Nesse sentido, a liderança feminina não se manifesta necessariamente por meio de uma reivindicação exclusiva, mas de maneira colaborativa e comunitária.

Evidencio, portanto, que a realização da Cartografia Social possibilitou uma construção coletiva e outra perspectiva de movimentos de luta, como processos amplos e dinâmicos de participação política e social. As mulheres Pipipã podem não ser as únicas a lutar pelo acesso à água, mas, através de suas participações nos encontros comunitários, na cartografia social e nas reivindicações, elas constroem uma luta integrada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender de forma crítica e situada as dinâmicas que envolvem a luta das mulheres indígenas da etnia Pipipã pelo acesso à água, entendendo esse direito não apenas como uma necessidade básica, mas como expressão de resistência, agência política e territorialidade. A escolha por metodologias baseadas na decolonialidade e participação coletiva, possibilitou a construção de uma escuta sensível, na qual os saberes locais puderam emergir como narrativas legítimas e epistemologicamente potentes.

Durante o processo de pesquisa, pude estar em contato com outras questões inerentes ao acesso à água e que atravessaram a comunidade de modo profundo e multifacetado. O ponto de partida para alcançar tais problemáticas emergiu da forma como o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) foi experienciado localmente, especialmente por mulheres indígenas da etnia Pipipã. Embora o PISF seja oficialmente apresentado como uma iniciativa que garantiria a segurança hídrica para populações localizadas em áreas vulnerabilizadas, a realidade observada a partir dos relatos obtidos com esta pesquisa revelou um cenário de contradições e lacunas.

O contexto da aldeia mostrou que as promessas de acesso pleno à água, mediadas por estruturas de abastecimentos formalizadas, não se concretizaram, deixando justamente aqueles que deveriam ser beneficiados à margem, obrigando-os a recorrer a estratégias alternativas para viabilizar esse acesso, ainda que de forma irregular. Nesse contexto, a convivência com a precariedade da infraestrutura e a gestão excludente nas políticas de acesso à água evidencia como o direito à água permanece sendo um campo de disputa política e simbólica, especialmente para os povos originários.

Os caminhos metodológicos e as ferramentas analíticas aqui adotadas não apenas serviram como sustentadoras para o rigor investigativo, mas tornaram-se decisivos na construção de um espaço pautado no diálogo, participação e construção coletiva. Ao apoiar-se em metodologias participativas, como a Cartografia Social e a Análise Narrativa, a pesquisa pôde praticar o exercício de distanciar-se de um olhar hegemônico, que por vezes insiste em desvalorizar outras formas de produzir conhecimento, ancorando-se assim em uma escuta sensível e que considera a perspectiva de quem constitui o espaço estudado. Essa escolha metodológica pode ser encarada como um posicionamento ético e político diante da complexidade que envolve os modos de existir, resistir e reivindicar das mulheres indígenas, permitindo, a partir dessas mulheres, alcançar sentidos mais profundos de coautoria e legitimação das vozes indígenas no debate sobre o direito à água.

Por meio da cartografia social, as mulheres puderam representar o território e a água não apenas como recursos, mas como espaços de memória, pertencimento e resistência. Esses mapas coletivos expressaram a forma como o PISF atravessa suas vidas e práticas cotidianas, revelando dimensões simbólicas e afetivas que dificilmente emergiriam em abordagens convencionais de pesquisa.

Em termos de resultado, e resposta para o problema apresentado nesta pesquisa, ficou evidenciado que o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) não cumpriu sua função primordial de garantir o acesso à água para populações historicamente marginalizadas pela escassez hídrica. A promessa de desenvolvimento e justiça hídrica, amplamente mobilizada em seu discurso institucional, se revela frágil diante das realidades vivenciadas por comunidades diretamente impactadas pela obra. No caso da aldeia investigada, em que o canal da transposição atravessa seu território, mas a água não chega às casas, essa discussão mostrou-se ainda mais grave ainda pelo fato de que, diante da ausência de políticas públicas eficazes, a própria comunidade instalou um sistema de bombeamento como alternativa para suprir suas necessidades básicas, iniciativa que, ao invés de ser acolhida ou regularizada, foi criminalizada pelas autoridades estatais. Assim, o Estado, que se omite na garantia do direito, reaparece apenas para impor limites e reafirmar relações assimétricas de poder sobre o território indígena. Essa contradição expõe a face tecnocrática e excluente de grandes projetos de infraestrutura, frequentemente sustentados por uma lógica desenvolvimentista que desconsidera os saberes, modos de vida e demandas concretas das populações locais.

Outro resultado identificado por este estudo foi o aspecto central do protagonismo feminino na luta pelo acesso à água frente a invisibilização promovida pela falta de tais políticas. Embora esse acesso ainda ocorra de forma precária e, em termos jurídicos, à margem da legalidade, foram as mulheres que se mostraram ativamente envolvidas nas ações cotidianas de enfrentamento à escassez, seja por meio da mobilização coletiva, do cuidado com os equipamentos, da articulação com atores externos ou da reivindicação simbólica do direito à permanência no território. Tal envolvimento não se limita à execução de tarefas práticas, mas expressa uma resistência política fundamentada em vínculos afetivos, espirituais e históricos com a terra e com a água. Ao desafiar a ausência do Estado e confrontar a colonialidade das políticas públicas, essas mulheres revelam caminhos outros para pensar a gestão hídrica e a justiça ambiental, deslocando o olhar para formas de existência que resistem, recriam e se reinventam a partir das margens.

Dessa forma, foi possível compreender que o protagonismo das mulheres Pipipã se constitui não apenas em ações práticas, mas também como um movimento político e epistemológico de

resistência diante das ausências do Estado. Tal protagonismo expressa a capacidade dessas mulheres de transformar o cotidiano em espaço de luta e de produção de conhecimento, reafirmando seu papel central na reconstrução do direito à água como direito coletivo e ancestral.

Em termos de contribuições para o campo dos Estudos Organizacionais, esta pesquisa oferece contribuições significativas ao deslocar os saberes hegemônicos e ampliar os horizontes epistemológicos do que se entende por organização. Ao centralizar as vozes e experiências das mulheres indígenas Pipipã na luta pelo acesso à água, o estudo evidencia formas de organização que cuja atuação está para além dos contextos organizacionais e institucionais clássicos, desafiando assim concepções normativas e universalistas sobre racionalidade, poder e gestão. “A territorialização do debate organizacional”, ao reconhecer o território como espaço vivo, permeado por disputas simbólicas, políticas, corpos e agências diversas, consegue ampliar a compreensão de tais contextos onde se produzem resistências, estratégias coletivas e formas de articulação comunitária.

Além disso, a triangulação de metodologias de base decolonial tensionam os modelos tradicionais de pesquisa e contribuem para o fortalecimento de abordagens sensíveis, colaborativas e comprometidas com a transformação social. Por fim, ao adotar uma perspectiva interseccional que considera gênero, etnia e classe, a pesquisa desafia o sujeito abstrato dos estudos organizacionais, propondo uma visão mais plural, situada e ética sobre os modos de organização e resistência vivenciados por populações historicamente marginalizadas.

Com o intuito de demonstrar transparência com todas as etapas vivenciadas até sua finalização, cabe destacar que esta pesquisa contou com algumas limitações, principalmente relacionadas ao tempo de permanência no campo. Entretanto, tal limitação serve como motivador para que a pesquisa não se encerre em si mesma, mas sim como um convite à continuidade do debate, ao aprofundamento dos temas abordados e à ampliação das vozes escutadas.

Diante das constatações apresentadas, torna-se pertinente sugerir que futuras investigações sejam conduzidas em outras comunidades indígenas, sejam elas vizinhas à Pedra Tinideira ou situadas em territórios mais distantes, mas igualmente impactadas pela negligência dos agentes estatais e institucionais responsáveis pela obra do PISF. A ampliação do escopo territorial da análise permitiria não apenas o aprofundamento da compreensão acerca das múltiplas formas de resistência vivenciadas por esses povos, mas também a constituição de um panorama comparativo capaz de evidenciar os padrões estruturais de omissão e violação de direitos historicamente reproduzidos no contexto das grandes intervenções hídricas no Semiárido nordestino.

Além dessa ampliação territorial, futuras pesquisas poderiam explorar comparativamente como diferentes políticas hídricas afetam a organização social e política de homens e mulheres em outras comunidades tradicionais, permitindo compreender as nuances interseccionais da luta pelo direito à água. Outra possibilidade seria aprofundar o uso da cartografia social em conjunto com metodologias visuais ou digitais colaborativas, fortalecendo o protagonismo das próprias comunidades na produção de conhecimento e na incidência política sobre as políticas públicas de acesso à água.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. A. **Cartografia social e dinâmicas territoriais:** marcos para o debate/RJ: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ACSELRAD, Henri. et al. (org). **Guia Para Experiência de Mapeamento Comunitário.** Rio de Janeiro, Versão brasileira: ETERN/IPUR/UFRJ, 2013.

ALMEIDA, J. R. DE.; ANGELIN, R.; VERONESE, O. Identidade, diferença e reconhecimento: um olhar sobre os movimentos de mulheres indígenas no Brasil e a pauta de enfrentamento à violência de gênero. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, n. 2, p. 915–939, abr. 2023.

ALMEIDA, L. F. de S. **Água, território e justiça: a transposição do Rio São Francisco e as Vilas Produtivas Rurais.** 2022. Tese (Doutorado) - Curso do Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Recurso online, 347 f.

ÁLVARO, M. C.; ARAÚJO, N. da S. Colonialidade e violência contra as mulheres negras no Brasil: uma análise feminista decolonial. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 17, n. 33, p. 349–370, 2021.

ALVES, S. de A. **Escolarização de mulheres indígenas Puruborá, Suruí, Apurinã e a Licenciatura em Educação Básica intercultural da UNIR.** Orientadora: Maria Ivonete Barbosa Tamboril. 2022. 106 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022.

AMBROSIO, F. **Escassez dos recursos hídricos. a reutilização da água como instrumento para atingir a sustentabilidade em sua dimensão social.** 2019. 125 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2019.

APAC - Agência Pernambucana de Águas e Clima - PISF. Disponível em:
<<https://www.apac.pe.gov.br/pisf/206-pisf/691-vazao-e-uso-da-agua>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

ARAÚJO, N. M. S.; COSTA, J. M. de A.; MENDONÇA, É. da S.; SILVA, J. P. da. O Estado como deflagrador de conflitos socioambientais na região Nordeste do Brasil. In: ARAÚJO, N. M. S. (organizadora). **Estado, “questão ambiental” e conflitos socioambientais.** São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020. p. 243 – 264.

ARRUDA, A. E.; HELLER, L. Acesso à água e esgotos em ocupação urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte: efeitos na saúde, qualidade de vida e relações de gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 32, n. 2, p. e320204, 2022.

BARBOSA, L. P.; NÓBREGA, L. N. A luta das mulheres indígenas na América Latina e a crise ambiental. *SER Social*, [S. l.], v. 25, n. 52, 2023.

BRASIL, D. R.; PÁDUA, T. P. Capitalismo, ecologia política e ecofeminismo: a descolonização do pensamento como alternativa à ofensiva planetária. *Revista Direito Mackenzie*, v. 16, n.1, 2022.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Operação Carro-Pipa Federal (OCP)**. Brasília: Governo Federal, [2024?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/perguntas-frequentes-defesa-civil/operacao-carro-pipa-federal-ocp>. Acesso em: 26 maio 2025.

BUSARELLO, F. R.; SAWAIA, B. B. Pesquisacaminhante: a pesquisa ação-participante (pap) como método de pesquisa longitudinal. *Psicologia da Educação*, n. 55, p. 98-105, 2022.

CAMARGO, C. S. de. **A água e seus fluxos: ação coletiva, conflitos territoriais e povos indígenas na Transposição do Rio São Francisco**. Campinas, 2017. 338 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

CAMARGO, E. O ecofeminismo e a participação das mulheres na gestão das águas. **Labor e Engenho**, Campinas, SP, v. 12, n. 3, p. p.267–278, 2018.

CAMPOS, L. **Quem pode parir? Maternidades ecofeministas no Direito do Trabalho brasileiro**. 2022. 58 f. Monografia (Graduação em Direito) - Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

CARMO, M. V. N. S. do.; LIMA, C. H. R. Caracterização Espaço-Temporal das Secas no Nordeste a partir da Análise do índice SPI. *Revista Brasileira de Meteorologia*, v. 35, n. 2, p. 233–242, abr. 2020.

CARNEIRO, M. A. P. **Entre a enxada e a espada: experiência pós-colonial em jogos digitais no Brasil.** 2021. 1 recurso online (134 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Limeira, SP.

CARTAXO, F. L. **Transformações socioterritoriais e os conflitos por água na região sul cearense a partir do projeto de integração do rio São Francisco (PISF).** 2023. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

CARTAXO, F. L. **Transformações socioterritoriais e os conflitos por água na região sul cearense a partir do projeto de integração do rio São Francisco (PISF).** 2023. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

CARVALHO, G. O Feminismo Decolonial de María Lugones: colonialidade, gênero e Interseccionalidade. **Revista TOMO**, [S. l.], v. 42, p. e17757, 2023.

CERVO, A. L. **Metodologia científica** / Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva. - 6. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAVES, K. A. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. **Scripta Nova**, v. 25, n. 4, 2021.

Coimbra, A. C. G.; Branco, M. L. Educação escolar indígena e saberes tradicionais: A percepção dos professores Pipipã de Kambixuru. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 162, 2020.

COSTA, G. das C.; NASCIMENTO, D. dos S.; FREITAS, A. T. de. A cartografia social na perspectiva do letramento racial: ensino, pesquisa e extensão na formação de professoras em geografia. **Revista Ecologias Humanas**, [S. l.], v. 10, n. 13, p. 1–19, 2024.

COSTA, J. B.; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 15–24, 2016.

DANTAS, R. R. **Plantando alternativas a partir do Sul: um estudo ecofeminista decolonial sobre as narrativas de mulheres indígenas e quilombolas da Ilha de Marajó e Paraíba, no contexto de crise ambiental global.** Universidade Estadual da Paraíba, 2023. 61 p.

DIAS, M. C. A perspectiva dos funcionamentos: um olhar ecofeminista decolonial. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 4, p. 2503–2521, out. 2018.

DIAS, M. C.; GONÇALVES, L. Feminismo Decolonial, Perspectiva dos Funcionamentos e Educação. **APRENDER-Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 20, 2018.

DULCI, T. M. S.; MALHEIROS, M. R. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. **Revista Espirales**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 174–193, 2021.

DUTRA, T. A. H. **Justiça ecológica: territorialidades e emergências**. 2021. 421 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2021.

FAÇANHA, I. P. Gênero e água: uma Leitura sobre as Políticas no Semiárido e a Inclusão Feminina. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 17, n. 47, p. 339–356, 2019.

FALS BORBA, O. **Ante la crisis del país: ideas-acción para el cambio**. Bogotá: El Áncora Editores; Panamericana Editorial, 2003.

FALS BORDA, O. The application of participatory action-research in Latin America.

International Sociology, v. 2, n. 4, p. 329-347, 1987. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/026858098700200401>

FARIAS, T. da S.; CARVALHO NETO, J. F. de; VIANNA, P. C. G. Políticas públicas de distribuição de água potável: a ação da operação pipa no curimataú paraibano. **Revista de Geociências do Nordeste**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 166–177, 2020.

FERRARA, J. A.; C.; SILVINA, L. Caminhos para um feminismo decolonial. **Cadernos Pagu** [online]. 2021, n. 62.

FERRARI JÚNIOR, J. Decolonialidade e a Ausência de Futuro em "A Vida Não É Útil", de Ailton Krenak. **Revista Contraponto**, v. 9, n. 1, 2022.

FERREIRA, C. A. A.; CAROLINO, A. R.; NERO, A. C. P.; BATISTA, R. C. G.; TEODÓSIO, A. dos S. de S. Empreendedorismo Feminino Periférico: uma análise decolonial. **Perspectivas Em Gestão & Conhecimento**, v. 13, p. 109-133, 2023.

FERREIRA, C. E. V.; BINKOWSKI, P. Transposição do Rio São Francisco: análise da efetividade do Programa Básico Ambiental (PBA 17) e os conflitos ambientais na Comunidade Quilombola de Santana (PE). **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 8, n. 18, p. 63-80, 2021.

FERREIRA, M. L. R. Olhares cruzados sobre o ecofeminismo. **Ephata**, v. 4, n. 2, p. 37-49, 19 out. 2022.

FISCHER, I. R. (Coord.). **A relação de gênero na política de recursos hídricos: o contraditório em discussão**/Izaura Rufino Fischer, Lígia Albuquerque de Melo e Anita Aline Albuquerque Costa (in memoriam). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2021. 186 p.: il.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** / Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. - 3. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FLORÊNCIO, T. da S.; VASCONCELOS, O. L. S.; QUIRINO, J. M.; SANTOS, I. de J. P. A juventude rural e as questões do êxodo rural: Uma breve revisão. In: **Ciências Rurais em Foco - Volume 9**. Organização: Ezequiel Redin - Belo Horizonte - MG: Editora Poisson, 2023.

FONTENELE, T. Uma Leitura Ecofeminista e Decolonial a Partir Dos Movimentos Das Mulheres Rurais. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 3, 2020.

FUNARI, J. N. **Um sertão de águas: mulheres camponesas e a reapropriação social da natureza no Pajeú**. 2016. 203 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, C. A. C.; BRANCO, M. L. Educação escolar indígena e saberes tradicionais: a percepção dos professores de Pipipã de Kambixuru. **Arquivos de análise de políticas educacionais**, [S. l.] , v. 162, 2020.

GONÇALVES, G. M. da S.; GONÇALVES, C. U.; COSTA, A. M. Desterritorialização e novas vulnerabilidades na construção do canal da transposição do rio São Francisco: território do povo Pipipã, Floresta, Pernambuco. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 59, p. 324–337, 2021.

GONÇALVES, J. E. **Reparação de populações de campos vulneráveis pelas obras de transposição do Rio São Francisco**. 2022. 93 pág. Dissertação, (mestrado) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2022.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48. 2020.

HARARI, T.; POZZEBON, M. Metodologia outra: Metodologia otra: Challenging modern/colonial matrix with Paulo Freire and decolonial thinking. **Management Learning**, v. 55, n. 1, p. 63-80, 2024.

IAMAMOTO, S. A. S.; LAMAS, I. A.; EMPINOTTI, V. L. Apresentação do dossiê: dialógos contemporâneos da ecologia política, contribuições desde a América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza (CE), v. 51, n. 2, p. 13-36, jul./out. 2020.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. **IBGE: acesso a esgotamento adequado melhora, mas 1 em cada 4 ainda são excluídos**. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/ibge-acesso-a-esgotamento-adequado-melhora-mas-1-em-cada-4-ainda-sao-excluidos/>. Acesso em 02 de abril de 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Funai aprova estudos de mais quatro Terras Indígenas**. Disponível em: <<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/funai-aprova-estudos-de-mais-quatro-terras-indigenas>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

ISMAEL, L. L. **Análise de conflitos hídricos nas vilas produtivas rurais do eixo norte da integração do São Francisco no sertão Paraibano**. 2022. 2012 fl. (Doutorado em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo** / Ailton Krenak. - 1^a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LASCHEFSKI, K.; ZHOURI, A. Indigenous peoples, traditional communities and the environment: the “territorial question” under the new developmentalist agenda in Brazil. In: VLADIMIR PUZONE, V.; MIGUEL, L. F. (Org.) **The Brazilian Left in the 21st Century: Conflict and Conciliation in Peripheral Capitalism.** 1ed. London: MacMillan, v. 1, p. 110-138, 2019.

LOFTUS, A. J.; SOUSA, A. C. A. de. (In) segurança hídrica: garantindo o direito à água. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.],** v. 25, n. 2, p., 2021.

LOUREDO, F.; OLIVEIRA, T. Gestão sem norte? Uma revisão sistemática da perspectiva decolonial e dos estudos organizacionais. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.],** v. 2, p., 2022.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n.9, p.73-101, 2008.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas, [S. l.],** v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.

MAIA, F. J. F.; FARIA, M. H. V. de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações (Campo Grande), [S. l.],** v. 21, n. 3, p. 577–596, 2020.

MATOS, F.; SILVA, F. R.; CKAGNAZAROFF, I. B.; CARRIERI, A. P. As mulheres das águas: Algumas reflexões sobre a participação feminina nos comitês de bacias hidrográficas no Brasil. **DELOS: Desarrollo Local Sostenible,** v. 13, n. 37, p. 6, 2020.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminism.** New York: Bloomsbury Academic, 2014. (Reprint edition).

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Argentina: Ediciones del signo. 2010.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Projeto de Integração do Rio São Francisco. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/o-projeto>. Acesso: 22 de maio de 2025.

MIRANDA, E. R. da S.; LIMA, M. J. G. S. de. Experiências e aproximações teórico-práticas de mulheres quilombolas da Amazônia paraense com o ecofeminismo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 43, p. 01-26, 11 nov. 2022.

MIRANDA, R. de S.; NUNES, A. M. B.; FERREIRA, L. T. Tensões entre a legislação ambiental e as estratégias produtivas de agricultores familiares do Semiárido. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 65-77, 2022.

NETO, M. B. G.; SILVEIRA, E. A. de.; FERREIRA, T. H.; TEODÓSIO, A. dos S. de S.; GRANGEIRO, R. da R. Desafios de Gênero no Exercício da Liderança Feminina em Empreendimentos na Economia Solidária. **Gestão e Conexões**, v. 13, p. 5-27, 2024.

NUNES, M. G. P.; SILVA, C. N. M. da. Nordeste brasileiro: um olhar sobre o semiárido e a convivência com a seca. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 10, n. 3, p. 148–160, 2020.

OLIVEIRA, E. G. da S. **Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga)**: movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010). 2022. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, T. Z. G. de. **Experiências políticas de mulheres com a água [manuscrito]: organizando relações hidrossociais à luz do feminismo**. 2023. 149 f., Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

ORTIZ, D. R. **Modelo de otimização na operação Carro-Pipa do Nordeste brasileiro com a construção de novas estações de água**. 2021. 131 f., il. Dissertação (Mestrado em Transportes) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

OTT, A. F. S. **Mulheres que alimentam cidades**: ecofeminismo e agroecologização de territórios. 2023. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2023.

PEIXOTO, F. da S.; SOARES, J. A.; RIBEIRO, V. S. Conflitos pela água no Brasil. **Sociedade & Natureza** , [S. l.] , v. 1, 2021.

PEREIRA C. G. A. Degradação Ambiental nas Cidades: Elementos para uma Aproximação entre Produção Urbana e Ecologia Política. **Revista GeoUECE**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. e202107, 2021.

PINHEIRO, L. G.; FERREIRA, D. M.; SILVA, F. L.; MEDEIROS, J. A.; MEDEIROS, L. C.; PEIXE, P. D.; MOREIRA, S. A. Avaliação da sustentabilidade do processo de dessalinização de água no semiárido potiguar: Estudo da Comunidade da Caatinga Grande. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 1, pág. 132–157, 2018.

PINTO, F. M. S. C.; SANTOS, J. G. Água e território: Desafios da comunidade do assentamento Serra Negra, Floresta-PE, frente aos territórios hidrossociais do projeto de transposição do Rio São Francisco. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 23, n. 62, p. e16111, 2025.

PINTO, M. B. A. **Política afirmativa de cotas em um curso de Enfermagem: análise à luz da Perspectiva dos Funcionamentos**. 2022. 204 f. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética aplicada e Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. C. Uma breve história dos estudos decoloniais. In: MASP AFTERALL. **Arte e descolonização**. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e autores, 2019.

RAVAGNOLI, N. C. da S. R. A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. **The ESPecialist**, [S. l.], v. 39, n. 3, 2018.

ROCHA, B. B. S. **O saneamento rural e suas implicações nas relações de gênero: um estudo em três localidades brasileiras**. 2022. Tese (Doutorado) - Curso do Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Universidade Federal de Minas Gerais. 2022. Recurso online, 225 f.

RODRIGUES, J. C. Resistências na Amazônia: emergência e estratégias de lutas da CPT e do MAB face à produção de complexos portuários no oeste do Pará. CRUZ, Sandra Helena Ribeiro da et al. (Orgs.). **Territórios de esperança: a conflitualidade como produtora do futuro**. Belém: UFPA, 2021, p. 155-180.

ROSA, A. M. R. GUARDA, V. L. M.; ALVES, K. S. Gênero e Água. **Revista Argumentum – RA**, v. 21, n. 3, pp. 1177-1194, Set.-Dez. 2020.

SÁ, L. C. B. de. A interculturalidade crítica Pipipã em diálogo com a escola Ayllu. **Interritórios**, v. 7, n. 15, p 20-37, 2021.

SÁ, L. C. B. DE. Do colonialismo português aos grileiros locais: a luta do povo Pipipã pela demarcação do território. **Revista de Ciências Humanas CAETÉ**, v. 3, n. 1, p. 178-194, mar. 2021.

SABINO, L. W; SANTOS, P. dos. Mulheres, corpo-território e saúde indígena no Brasil sob uma perspectiva feminista decolonial. **Religação**, v. 8, n. 35, p., 2023.

SACRAMENTO, E. C. **Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**. 2019. 187 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, B. DE S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71–94, nov. 2007.

SANTOS, J. G. Entre a Seca e a Cerca: um olhar histórico em torno da Água no Nordeste brasileiro. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 21, n. 59, p., 2023.

SANTOS, J. G.; PEDROZO, E. A.; IORIS, A. A reterritorialização e a luta pela água dos atingidos pela transposição do rio São Francisco no Nordeste brasileiro. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 1º de janeiro de 2022.

SANTOS, K. A. dos.; COLTRI, P. P.; GRECO, R.; JÚNIOR, I. de O.; SÃO JOSÉ, R. V. de. **POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: do combate à convivência com a seca**. **Geo UERJ**, [S. l.], n. 42, p. 2023.

SANTOS, S. Para a crítica da ecologia política. **Universidade e Sociedade** (Brasília), v. Ano XXVII, p. 148-163, 2017.

SANTOS, S. U. A. dos. Entrevista narrativa: entrelaçando subjetividades na produção de conhecimento. **Cadernos da FUCAMP**, v. 22, n. 59, 2023.

SANTOS, Z. P. dos.; BORTOLIN, S.; ALCARÁ, A. R. Entrevista narrativa: possibilidades de aplicação na Ciência da Informação. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Cristovão, v. 6, n. 2, p. 44–66, 2020.

SEVERO D. O.; DIAS I. M. A. V.; HOEFEL, M. da G. L.; JARDIM, P. de T. C. Desafios epistemológicos com indígenas: reflexões baseadas na experiência com mapa conceitual. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 2022, v. 75, n 2.

SHIVA, V. **Guerras por água: privatização, poluição e lucro** / Vandana Shiva; tradução Georges Kormikiaris. - São Paulo: Radical Livros, 2006.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia** / Vandana Shiva; tradução Dinah de Abreu Azevedo – São Paulo. Gaia, 2003.

SILVA, L. F. de A. A Investigação-Ação-Participativa, instrumento de transformação social: contribuições de Orlando Fals Borda e Paulo Freire. **Revista Territorial**, v. 13, p. 153-180, 2024.

SILVA, M. B. M.; RIBEIRO, M. M. R. Alocação e governança da água como mecanismos de resolução de conflitos. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 27, n. 3, p. 533–540, maio 2022.

SILVA, M. M. V. da. **Projeto de Integração do rio São Francisco – PISF: recortes da injustiça hídrica no semiárido paraibano**. 2022. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2022.

SILVA, V. F.; WANDERLEY, S. Aproximações entre a metodologia da investigação temática e a abordagem decolonial: uma proposta para a área dos Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, n. 4, p. 514–526, jul. 2022.

SILVEIRA, S. K.; MEDEIROS C. B. de. Programa um milhão de cisternas: uma inovação social institucionalizada. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 9, n. 1, p. 59–73, 24 mar. 2023.

SILVEIRA, S. M. B.; SILVA, M. das G. E. Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 2, p. 342–352, maio 2019.

SOARES, A. de S. do C. M. **Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do nordeste setentrional - PISF: o custeio da manutenção e da operação pelos Estados destinatários e a garantia do direito humano à água e ao desenvolvimento - análise a partir do Estado da Paraíba**. 2022. 507 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2022.

SOARES, A. M. P. dos S. Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 30, n. 2, p., 2021.

SOUZA, J. dos S. de. Dinâmicas de gênero no parlamento das águas: o caso do Comitê de bacia Rio Pardo (SP). 2022. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

SOUZA, J. K. N. DE; SANTOS JUNIOR, R. P. dos S. Memórias coletivas do ser Pipipã: Resgatando e valorizando os conhecimentos tradicionais nas escolas indígenas e não indígenas. **RIOS - Revista Científica do Centro Universitário do Rio São Francisco**, v. 14, n. 26, p. 51-67, jul. 2020.

SOUZA, L. S. de. Sobre o feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, p., 2021.

TADEU, N. D.; SINISGALLI, P. A. de A. Escalas da injustiça hídrica: estudo de caso em Ilhabela – Litoral Norte de São Paulo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 52, p. 48-67, 2019.

TAHYRINE, I. Povos Pankará e Pipipã debatem sobre a demora na demarcação de suas terras em Pernambuco. **Brasil de Fato - Rádio**, 2022. Disponível em:
<https://www.brasildefatope.com.br/2022/02/21/povos-pankara-e-pipipa-falam-sobre-a-demarcacao-de-suas-terras-em-pernambuco>. Acesso em: Acesso em: 25-01-2024.

TANCETTI, B.; ESTEVES, J. H. O racismo como complexo cultural brasileiro: uma revisão a partir do feminismo decolonial. **Junguiana**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 49-62, dez. 2020.

TORRES, C. A.; SINÃNI, M. C. F. Pensando en un feminismo decolonial indígena Apinajé: Pensando en un feminismo decolonial indígena Apinajé. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 20, n. 38, 2024.

UNICEF. **Água, saneamento e higiene**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/agua-saneamento-e-higiene>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.

VASCONCELOS, J.; TAHYRINE, I. Conheça os Pipipã, etnia quase extinta em Pernambuco de luta pela demarcação da Serra Nega. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2022/03/03/conheca-os-pipipa-etnia-quase-extinta-em-pernambuco-que-luta-pela-demarcacao-da-serra-negra#>. Acesso em: 25-01-2024.

XAVIER, A.; BENTES, N. M. S. Limites, desafios e oportunidades de participação na gestão de recursos hídricos: uma análise do marco jurídico internacional e uma revisão integrativa da literatura sobre participação nos comitês de bacias hidrográficas brasileiros. **Direito Público**, [S. l.], v. 17, n. 95, 2020.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 97–107, 2008.

ZHOURI, A. Megaprojects, epistemological violence and environmental conflicts in Brazil. **Revista Perfiles Económicos**, N°5, Julio 2018, p. 7-33, 2018.

ZHOURI, A. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. **Revista Pós Ciências Sociais**, Repocs, v.16, n.32, ago./dez. 2019.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). Desenvolvimento e Conflitos ambientais, Belo Horizonte: UFMG, 2010. pp. 11-33.